



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

BERLANO BÊNIS FRANÇA DE ANDRADE

**TEM QUE SABER SE MOVIMENTAR: trabalho, mobilidades e
estratégias de famílias rurais no território das confecções no Agreste
pernambucano**

Recife
2017

BERLANO BÊNIS FRANÇA DE ANDRADE

TEM QUE SABER SE MOVIMENTAR: trabalho, mobilidades e estratégias de famílias rurais no território das confecções no Agreste pernambucano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Área de Concentração: Poder, Desenvolvimento e Desigualdade

Orientadora: Prof^a. Dr^a Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

A553t Andrade, Berlano Bênis França de.
Tem que saber se movimentar : trabalho, mobilidades e estratégias de famílias rurais no território das confecções no Agreste pernambucano / Berlano Bênis França de Andrade. – 2017.
149 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2017.
Inclui referências e anexos.

1. Antropologia. 2. Trabalho. 3. Mobilidade de mão-de-obra. 4. Roupas – Confecção. 5. Vestuário – Indústria. 6. Famílias rurais. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-056)

BERLANO BÊNIS FRANÇA DE ANDRADE

TEM QUE SABER SE MOVIMENTAR: trabalho, mobilidades e estratégias de famílias rurais no território das confecções no Agreste pernambucano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Antropologia.

Aprovada em: 18/ 08/ 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Russell Parry Scott (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

“Por que você estuda tanto?” Essa foi a pergunta feita pela minha sobrinha de três anos ao ver uma rotina que se estendeu por meses na escrita desta dissertação. As breves palavras que se seguem são uma tentativa de dar uma resposta pública a esse questionamento. A rotina solitária na qual me envolvi durante os últimos tempos, longe de refletir um isolamento, foi a etapa de uma jornada mais longa na qual só foi possível quando me tornei consciente de que não estava só. Eu “estudava” para fazer valer o compromisso intelectual com todas e todos que se seguem nestas linhas.

Àqueles que em Surubim tornaram possível esta pesquisa. Às trabalhadoras e trabalhadores da agricultura e da confecção. Aos representantes das associações de agricultores e moradores, as diretoras e diretores do Sindicato dos Trabalhadores de Trabalhadores Rurais de Surubim, a todos os integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável dessa cidade, aos técnicos que permitiram o acesso às várias famílias. Um agradecimento especial a Ivete Ramos, José Inácio, Paulo Bandeira, Paulo Soares e Jamildo Filho pelas inestimáveis ajudas na realização desta pesquisa.

Aos meus pais e irmãos por tornarem mais uma vez possível meu retorno.

À professora Salete Cavalcanti por ter aceito esta aposta intelectual e se tornado minha orientadora, dando-me todo o apoio desde então e combinando da melhor forma possível liberdade e rigor científicos. Graças à sua confiança essa travessia foi a mais tranquila.

À professora Dora Ferraz por ter me sensibilizado a pesquisar o universo rural. E pensar que cheguei até aqui porque um dia em sua sala você perguntou a um graduando cheio de dúvidas: “na sua cidade existe sítio?” Foram várias respostas do ponto de vista acadêmico a esse questionamento e esta dissertação é a mais recente.

Aos colegas da turma 2015 do PPGA que tornaram estes dois anos os mais incríveis: Thiago, Naylini e Breno (vocês sabem o porquê!); Dani e Lia (sobrevivemos à escrita!); Hosana, Nara, Bernardo e Verônica. A todos vocês: pelos ensinamentos nos corredores tão ricos quanto os da sala de aula, pela partilha, pelas longas discussões nas madrugadas recifenses quando nos encontrávamos em alguma mesa de bar, meu muito obrigado.

A Gabriel Augusto pela disponibilidade em tirar dúvidas relacionadas ao campo da geografia, não importando o quão tarde eu lhe contatasse.

A Edvaldo Clemente pela gentileza em me esclarecer um pouco mais sobre a história de Surubim.

À Claudinha de Jesus pelas sugestões de leitura (gradidão, camarada).

À professora Nazareth Wanderley pela generosidade em ouvir e debater uma série de questões referente ao mundo rural, em especial durante a disciplina Agricultura Familiar.

Aos professores Cristiano Ramalho e Ludovic Albin e todos aqueles que formam o LAE-Rural.

Aos que fazem o grupo de 'Antropologia da Dívida' que nesse pouco tempo de existência contribuiu substancialmente nesta dissertação.

Aos professores Parry Scott e Caroline Leal pelas valiosas contribuições a esta pesquisa durante a disciplina Antropologia do Consumo.

Ao professor Peter Schröder que junto ao professor Scott se disponibilizou a ler e comentar o projeto de qualificação do mestrado.

Aos que fazem e fizeram a rotina do PPGA ser possível: Selton, Carla, Ademilda e Ana Costa.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que possibilitou a realização desta pesquisa.

É, aqui eu vou morar... e tou na costura, né, e se Deus quiser e, não sei, ninguém sabe o dia de amanhã, quem sabe pode aparecer um serviço melhor, não sei, ne? Aparecendo eu sei que tou enfrentando.

G. (22 anos), confeccionista

Tem que saber se movimentar de um jeito ou de outro.

H. (50 anos), agricultor e confeccionista

A vida foi sempre uma luta. Acha que algum dia poderá ser diferente?

BERGER, John. (2001), *Terra Nua*. Rio de Janeiro, Rocco.

*Ai, tecelã sem memória,
de onde veio esse algodão?
Lembras o avô esse semeador,
com as sementes na mão,
e os cultivadores pais?
Perdidos na plantação
ficaram teus ancestrais.
Plantaram muito. O algodão
nasceu também na cabeça,
cresceu no peito e na cara.*

MOTA, Mauro. (2004), "A tecelã" in *Obra Poética*. Recife, ENSOL Editora.

RESUMO

O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, dedicado à produção e comércio de vestuário, desenvolveu-se através da incorporação de espaços rurais, espaços esses que aportam mão de obra para as áreas urbanas, de forma permanente ou pendular, como também atraem para o interior dos seus territórios unidades produtivas da confecção. Em função disso, esta dissertação procura através das contribuições da Antropologia descrever e analisar como famílias localizadas em espaços rurais têm lidado com esse processo, considerando também quais os vínculos que estabelecem com as atividades agrícolas. Para isso, o foco da observação passou a ser a compreensão de como essas novas relações são percebidas e representadas no discurso e na prática dos agricultores familiares e trabalhadores das confecções, como também nas estratégias usadas por esses atores, tanto no nível individual como nos espaços de ação coletiva. Observaram-se mudanças que se expressam na reconfiguração do mercado de trabalho e das mobilidades vinculadas à configuração do novo território produtivo. Convivem nos novos espaços agricultores familiares que combinam o trabalho na agricultura com o da costura, por um lado, e, por outro lado, aqueles que se diferenciaram pela especialização com o trabalho no Polo. Embora a combinação de trabalho agrícola com atividades não-agrícolas seja comum à história dos camponeses e agricultores familiares, a peculiaridade dessa combinação não tem sido claramente compreendida. Esta dissertação procura contribuir para explicar como se dá, na prática, a combinação de várias estratégias de reprodução social frente aos limites impostos aos pequenos agricultores familiares e para explicar as ambiguidades que se espargem nas relações entre trabalho e mobilidades.

Palavras-chave: Agricultores Familiares. Estratégias de Reprodução Social. Mobilidades. Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Territórios Produtivos

ABSTRACT

The *Polo de Confecções do Agreste Pernambuco*, dedicated to the production and trade of clothing, has developed through the incorporation of rural spaces to its dynamics, those spaces provide labor for urban areas, either permanently or seasonally, as well as attract inside their territories productive the clothing units. Based on Anthropological references, this dissertation seeks to describe and analyze how families located in rural areas have dealt with this process. For this, the focus of observation was the understanding of how these new relationships are perceived and represented in the discourse and practice of family farmers and workers, as well as in the constitution of strategies of these actors, whether at the individual level or in the spaces of collective action. Changes were observed in the reconfiguration of the labor market and mobilities related to new productive territory. In these new spaces, there are family farmers who combine work in agriculture with that of sewing, on the one hand, and on the other hand, those who differentiated themselves by specialization and work in the *Polo*. Although the combination of agricultural work with non-agricultural activities is common to the history of peasants and family farmers, this dissertation contributes to explain how in practice the combination of several social reproduction strategies, respond to the limits imposed on them, and helps to explain the ambiguities that are spreading out in the relations between work and mobility.

Keywords: Family Farmers. Mobility. Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Productive Territories. Social Reproduction Strategies

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Fluxos de mão de obra e de matérias-primas para a produção de vestuários	52
Figura 2 –	Os diversos trânsitos em função do trabalho para as confecções	52
Figura 3 –	Cadeia produtiva das confecções	69
Figura 4 –	Circuitos da confecção e da produção agrícola a partir dos espaços domésticos	88

LISTA DE IMAGENS

Imagem da capa –	Ilustração de Rini Templeton (1935-1986). Fonte: https://riniart.com/index.html	00
Imagem 1 –	Residência e salão onde funciona um <i>fabrico</i>	66
Imagem 2 –	Registro interno e externo de um <i>fabrico</i>	67
Imagem 3 –	Estação Experimental em 1963 na época da silagem	75
Imagem 4 –	Rua João Batista durante dia de feira (final da década de 1990)	75
Imagem 5 –	<i>Fabrico</i> de shorts	79
Imagem 6 –	<i>Facção</i> de vestuários de jeans	79
Imagem 7 –	Sede da Associação dos Moradores do Gancho do Galo	103
Imagem 8 –	Curso de costura industrial oferecido pela Associação dos Moradores do Gancho do Galo	103
Imagem 9 –	Escola rural no Mocotó onde a associação local se reúne e onde também é oferecido o curso de costura industrial	115
Imagem 10 –	Registro audiovisual do CMDRS sobre a presença do trabalho na confecção	121

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Mapa de Surubim e localização das comunidades visitadas	52
Mapa 2 –	Área de abrangência do Polo de Confeções circulada e os municípios agrestinos de Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Crescimento populacional no Alto Capibaribe e em Surubim	37
Quadro 2 –	Produção agrícola municipal (milho e feijão)	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIASUR	Associação Comercial e Empresarial de Surubim
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONDEPE/FIDEN	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
FADE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiars do Estado de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
LAE-Rural	Laboratório de Estudos Rurais
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
ProRural	Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
STR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UPE

Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: COSTURANDO IDEIAS	17
2	OS TERRITÓRIOS RURAIS DE SURUBIM EM TRANSFORMAÇÃO: PENSANDO A RELAÇÃO TRABALHO E MOBILIDADES ATRAVÉS DOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS	31
2.1	UM ESPAÇO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO.....	31
2.2	TRANSFORMAÇÕES NA PERCEPÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO	41
2.3	CASA: LÓCUS DE ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS	44
2.4	CASA E MOBILIDADE	48
3	DO CAMPO PARA A CIDADE E DE VOLTA PARA O CAMPO: SURUBIM E A FORMAÇÃO DO POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	55
3.1	O CAMPO DA PESQUISA E A PESQUISA DE CAMPO	55
3.2	DA HELANCA DO SUL À FEIRA DA SULANCA	56
3.3	DA FEIRA AO POLO	65
3.4	O MUNICÍPIO DE SURUBIM NO POLO	71
3.5	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO NA CONFECÇÃO NAS ÁREAS RURAIS	76
4	A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS PELOS ATORES EM SURUBIM	84
4.1	OS LUGARES: OS NOMES, AS LÓGICAS E OS MAPEAMENTOS	84
4.2	A MÁQUINA E A ENXADA: AS DIVERSAS INTERAÇÕES ENTRE AS ATIVIDADES AGRÍCOLA E DA CONFECÇÃO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.....	86
4.3	O TRABALHO FEMININO NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E A REDEFINIÇÃO AMBIVALENTE DOS PAPÉIS DE GÊNERO. O PAPEL DO MICROCRÉDITO RURAL NA ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES	93

4.4	AS DISPUTAS PELAS CLASSIFICAÇÕES DOS ESPAÇOS ENTRE OS DIVERSOS ATORES	97
4.5	CONSTRUINDO IDENTIDADES, FORTALECENDO A AÇÃO COLETIVA	100
5	O TRABALHO NA CONFECÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE FAMÍLIAS RURAIS E COMO PAUTA DAS ORGANIZAÇÕES RURAIS	105
5.1	REVISITANDO O DEBATE SOBRE ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS CAMPONESAS	105
5.2	MULHERES E JOVENS: PROJETOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA UNIDADE FAMILIAR	110
5.3	O DEBATE NAS ENTIDADES RURAIS SOBRE OS MEIOS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	118
5.4	AS REUNIÕES: AS PAUTAS, OS PLANEJAMENTOS E AS ESTRATÉGIAS	122
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	133
	ANEXO A - COLHEITA DE ALGODÃO EM SURUBIM (1953)	144
	ANEXO B - FEIRA NA RUA PAULO AFONSO (1974)	145
	ANEXO C - TURMA DA ESCOLA DE CORTE E COSTURA EM SURUBIM (1936)	146
	ANEXO D - CVT DE CONFECÇÃO ONDE É OFERECIDO CURSOS DE COSTURA EM ESPAÇO PERTENCENTE A PREFEITURA DE SURUBIM	147
	ANEXO E - CALENDÁRIO COM AS INFORMAÇÕES DOS DIAS DE FEIRA EM CARUARU, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E TORITAMA	148
	ANEXO F - RELATÓRIO DE ENCAIXE DE ROUPAS DE JEANS	149

1 INTRODUÇÃO: COSTURANDO IDEIAS

Pra ver uma vez basta-nos só um leve olhar

Pra compreender é preciso enxergar

Dazkarieh, Primeiro olhar

A presente pesquisa se debruça sobre as transformações nas formas de vida e trabalho de unidades familiares localizadas em espaços considerados rurais ante o impacto das reconfigurações no mercado de trabalho e nas mobilidades decorrentes da inclusão desses espaços à dinâmica do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Isso se dará por meio da análise da incorporação às atividades produtivas do trabalho na confecção, considerando também sua relação com as atividades agrícolas, e como essas novas relações são percebidas e representadas no discurso e práticas de seus integrantes e expressas na constituição das estratégias desses atores, sejam em nível individual ou familiar, como nos espaços de ação coletiva.

A trajetória intelectual na qual se vincula este trabalho remonta ao ano de 2012 quando realizei pesquisa de campo para a conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (Andrade, 2013). Naquela investigação, debruçava-me sobre como sujeitos detentores de pequenas propriedades conhecidas por *sítios*¹ mobilizavam o uso das migrações como estratégia de reprodução social das unidades familiares, trabalhando com um recorte histórico entre as décadas de 1950 e 1980. Havia escolhido o município de Surubim tanto por um critério prático – como se tratava de minha cidade natal, podia acessá-la a partir das referências e contatos que eram por mim conhecidos – como por uma compreensão a partir das leituras feitas até aquele momento de que a parte setentrional do Agreste pernambucano durante um período histórico estabeleceu um vínculo específico com a Zona da Mata canavieira no que diz a relação entre migrações sazonais e a complementariedade dos calendários agrícolas das duas regiões², o que possibilitava ampliar a compreensão sobre o tema das migrações incorporando um olhar de uma área pouco analisada em comparação com as demais.

¹ Neste trabalho, as categorias e expressões locais identificadas durante o trabalho de campo serão destacadas ao mesmo tempo em itálico e negrito.

² Essa compreensão havia sido instigada pela reflexão de Suarez (1982) que ao investigar o trabalho migrante em Garanhuns, no Agreste Meridional de Pernambuco, concluiu que algumas ideias seriam melhor refletidas se fossem investigadas no Agreste Setentrional.

Aquele trabalho possibilitou compreender que as migrações representavam um recurso regularmente utilizado e que ao longo dos anos mudavam de acordo com uma série de fatores tais como a emergência e estagnação de áreas de atração de mão de obra que por sua vez incidiam nas estruturas migratórias, fazendo-as serem múltiplas, com durações diferentes e impactando a cada momento novo de forma diferente cada segmento no interior da família. Também tornou claro que o recurso de atividades não-agrícolas ora de forma complementar, ora como mais central na estrutura produtiva do camponês é algo frequente. Na área investigada há uma categoria que expressa alguns desses fazeres, como os trabalhos na carpintaria, marcenaria e mecânica: os *artistas*. Assim, os agricultores de base familiar vêm se constituindo, ao longo da história, construindo tramas que ao mesmo tempo os integram à sociedade mais ampla e os dotam de algum nível de autonomia. Essa relação passa pela forma como eles organizam o seu trabalho e produzem a sua territorialidade.

A escolha do tema desta dissertação, então, é um desdobramento da pesquisa iniciada em 2012. Depois de analisar as migrações num recorte histórico específico, orientei meu olhar e minhas preocupações para as atuais configurações na região. É preciso lembrar que aquele trabalho monográfico tinha uma percepção influenciada pelas condições presentes da área estudada e, dessa forma, as perguntas feitas ao objeto de conhecimento procuravam, de maneira implícita, desvendar estruturas comuns a essas mobilidades. De forma complementar, o presente estudo se atém as atuais configurações do trabalho e da mobilidade considerando sua evolução recente. A consequência, como se apresentará ao longo desta dissertação, é que ao se remeter aos trabalhos que em décadas anteriores se debruçaram sobre as transformações nas formas de vida e trabalho no Nordeste rural, tendências que naqueles momentos não estavam evidentes, serão apresentadas como hipóteses sobre desenvolvimentos posteriores. Estes trabalhos serão lidos de duas formas: como fontes históricas, na qual oferecem dados que permitem a reconstrução do objeto e como produtores de conceitos analíticos considerados nas suas potencialidades e limitações no auxílio da interpretação desse mesmo objeto.

A realização do trabalho de campo ocorreu entre os meses de abril e outubro de 2016. Ele havia sido planejado, inicialmente, em torno da seguinte estratégia: mapear alguns contatos de trabalhadores e trabalhadoras do ramo das confecções e por meio deles contatar aqueles que viviam nas áreas rurais. Procurava, com isso, identificar e seguir as redes das cadeias produtivas que se estenderiam às comunidades rurais e, assim, visualizar uma forma de adentrar nesse universo via a mão de obra subcontratada. Era uma forma de acessar o campo a partir da cidade. Contudo, essa estratégia não se realizou. Viu-se, durante a pesquisa, que essa via de acesso é

extremamente limitada: ao longo do ano há temporadas de maior e menor demanda de produção, o que reduz o trabalho faccionado, adormecendo as redes de contato de trabalho por um tempo. Por outro lado, o acesso aos contratantes donos de *fábricas e facções* era mais difícil e ir a eles não garantia chegar às pessoas que subcontratavam; por fim, haviam também situações mais delicadas relacionadas aos acordos firmados entre as partes no que diz respeito às obrigações no trabalho, com os seus mecanismos de controle na qualidade da produção, e as investidas das fiscalizações trabalhistas que procuravam combater a informalidade do trabalho, o que poderiam prejudicar minha relação com os atores sociais que pretendia investigar.

Como parte da estratégia metodológica, passei a perguntar como as entidades de classe e associativistas dos que vivem no campo estariam lidando com esse processo de integração de mão de obra residente nas áreas rurais com a produção na confecção, além das reconfigurações migratórias. Entrei em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Surubim. O objetivo inicial era, por meio deles, levantar dados de como essas entidades estavam acompanhando e percebendo as transformações que são o objeto de análise desta pesquisa. Isso levou a um deslocamento no acesso ao campo e na forma de analisar como diferentes atores estão percebendo e lidando com a questão. O STR permitiu o primeiro acesso às comunidades rurais. Acompanhando a direção do mesmo, participei de reuniões de base dos associados e visitei casas de agricultores, cumprindo um ritual que também é uma ferramenta política de visitar os conhecidos por onde passávamos. Acompanhando conversas cotidianas, sobre a vida e o trabalho, sobre as demandas de ações para melhorar as vidas dos pequenos produtores rurais, familiarizei-me com o lugar e com alguns debates sobre ações que pudessem garantir a permanência desses atores no local. Além disso, acompanhei as plenárias mensais do sindicato onde pude ter informações sobre os sindicalizados e travar contatos diretos com algumas pessoas conforme era apresentado e reconhecido no espaço enquanto alguém que estava ali para realizar uma pesquisa. Foi na própria sede do sindicato que realizei uma primeira entrevista informal. Também lá pude ter outras conversas e a partir delas agendar visitas e entrevistas. Por meio do sindicato pude também ter acesso aos chamados *parceiros*, a exemplo de um técnico do Agroamigo do BNB, responsável por viabilizar empréstimos para os agricultores familiares. Fui estimulado pelas diretoras do sindicato a entrar em contato com ele para saber mais das localidades em que trabalhadores na agricultura usavam empréstimos do PRONAF para comprar máquinas e tecidos para trabalharem na costura concomitantemente com o trabalho agrícola. Por meio deste contato, fiz uma visita já direcionada a esse público, realizando entrevistas na *comunidade* do

Jucá Ferrado. A questão da costura sendo financiada pelo PRONAF me estimulou a realizar uma entrevista com este técnico de forma a entender como o Banco do Nordeste do Brasil estava atuando nesse sentido no município. Foi onde pude perceber que a política do Programa de estimular a diversidade produtiva das unidades familiares tem levado a novas situações como o fortalecimento das atividades não-agrícolas em detrimento das agrícolas. Pude também acompanhar uma das apresentações do Programa em outra *comunidade*, Sítio Tabu, sobre as orientações e descrições do perfil dos aptos a receberem o benefício.

Através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável tive acesso a outros integrantes do universo da minha pesquisa, mas que não eram alcançados pelas redes de contatos e mobilizações do STR. A partir das reuniões do CMDRS, era apresentado aos integrantes e travava contato direto com os representantes das diversas associações de moradores e produtores rurais e por meio deles realizava visitas e entrevistas. Além das visitas guiadas pelos membros dessas associações, realizei contatos e algumas visitas a essas entidades acompanhando o presidente do CMDRS. As reuniões desde o CMDRS até as associações lidavam com temas relacionados com os benefícios e formas de ocupação dos associados. Nesses espaços pude perceber como o tema do trabalho na confecção é constantemente pautado. Entravam nas pautas de discussões inscrições de moradores nos cursos de costura industrial que eram realizados nas sedes das associações ou em escolas rurais. A parceria com a prefeitura municipal que cede máquinas para os cursos era apresentada junto com a construção de cisternas e aquisição de cotas do Garantia-Safra como conquistas do CMDRS. Ao acompanhar as reuniões do CMDRS e das entidades a ele associadas, pude reorientar minha percepção sobre as divisões territoriais, em especial, o que estes atores entendiam por áreas rurais e urbanas e como isso é expresso em categorias nativas.

Apenas uma *comunidade*, Mimoso, não foi acessada via contatos com o STR ou CMDRS. À época do início do curso de mestrado, morei em um pensionato com outros estudantes e trabalhadores. Um deles era dessa localidade e estava nos primeiros semestres da graduação. A convivência diária com ele possibilitou amadurecer uma série de questões a partir de conversas informais e combinar uma visita guiada pelo mesmo ao local durante o seu período de férias.

As localidades visitadas foram: Mimoso, Tamanduá, Pinhões, Tabu, Lagoa da Vaca, Jucá Ferrado, Barra da Onça, Tatus, Gancho do Galo, Capim, Duas Estradas e Mocotó. Muitas das associações abarcam mais de uma localidade. Algumas delas, como Jucá Ferrado, em cada

visita, um ator diferente me acompanhava (neste caso, o técnico do Agroamigo e a presidente da associação de Agricultores) o que aprofundava minha percepção do lugar.

Ainda, a convite do CMDRS, pude participar da reunião do Território do Agreste Setentrional na cidade de Limoeiro. Nesse espaço pude compreender uma rede que inclui 16 municípios da região, através de várias entidades como associações rurais, sindicatos, comunidades quilombolas e representantes institucionais, como representantes do PRONAF e da Universidade de Pernambuco. Esta reunião em específico marcou a transição da gestão do Território das mãos dos representantes institucionais, especificamente ligados à UPE, para o conjunto das entidades rurais. A direção ficou sob a presidência dos representantes do CMDRS surubinese.

A forma como me inseri no campo influenciou na forma como fui delineando as questões para a pesquisa. Nesse sentido, é importante destacar as duas esferas na qual circulei: os espaços domésticos dos trabalhadores das atividades agrícolas e das confecções e os de organização social, especificamente o sindicato, as associações e o CMDRS. Em comum a esses espaços, vi o trabalho na confecção incidindo de diversas maneiras na realidade local. É importante lembrar que as sociedades camponesas não são autarquias isoladas; por isso, a incorporação de relações de trabalho não-agrícolas e vínculos com a sociedade mais ampla não lhes descaracterizam. Da mesma forma, não se pode tomar de forma rígida as fronteiras que separam o rural e o urbano, especialmente neste caso estudado. O trabalho na confecção se revela um elemento a mais numa realidade contraditória e que por si só não implica numa “descampenização” das famílias, do mesmo jeito que a sua presença não garante automaticamente um trabalho paralelo à agricultura e, com isso, possibilitando a reprodução social do camponês. O que este trabalho procura é trazer outras variáveis existentes para essa discussão de forma a entender melhor como esse *processo* tem operado.

Não procuro aqui descrever um quadro estático, ou me ater a uma exposição das lógicas e classificações no interior do campo de investigação. Esta pesquisa vê a necessidade de contextualizar esse processo de rápida transformação em que categorias têm ganhado variações semânticas e lógicas distintas têm se relacionado, gerando novas percepções. Em função disso, é essencial que se faça as devidas mediações.

Nisso, pode-se ver outro ponto em comum entre as duas esferas. Tanto no nível das unidades familiares como dos espaços de ação coletiva, o trabalho na confecção é considerado e, a depender da situação, recorrido como via de sobrevivência. Essa saída proporcionada por ele

suscita o debate sobre a noção de estratégia desses grupos. Da integração ao trabalho na confecção, realizado na maioria das vezes por mulheres, até a sua adição nas pautas do CMDRS e associações, vê-se como essas duas esferas não estão passivas a esse processo, mas têm agido ativamente construindo formas de reprodução social.

O velho discurso dualista apresentaria este caso da seguinte forma: de um lado, agricultores familiares que lutam para manter suas formas de vida e de outro uma expansão industrial que vem induzindo (de forma linear) transformações nas suas vidas e sendo tratado pelo Estado como expressão de uma necessária – e inadiável – “modernização” das relações de produção do capitalismo brasileiro. O que vemos na realidade, e isso mostra a sua complexidade, é que os agricultores em grande medida estão organizados e amparados por políticas de fortalecimento estatais ao passo que a expansão do trabalho na costura se dá, na maioria dos casos, independente de uma articulação institucional, além do fato dela ser considerada muitas vezes como uma possibilidade de trabalho demandada pelas próprias organizações de agricultores.

De forma não planejada e inesperada os meios de fortalecimento da agricultura são usados também para a acumulação do capital via o trabalho na confecção. Isso se dá quando se tornam apoio para sua expansão, quando entram na pauta de demandas das entidades representativas, quando o microcrédito rural permite o financiamento dessas atividades ou quando em espaços de reunião, ou seja, de sociabilidades, as pessoas encontram com quem trabalhar, *pegar peças* na expressão local.

É em função disso que esta dissertação procura descrever e analisar os diversos arranjos e interações decorrentes do intercâmbio no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco e as áreas rurais do município de Surubim. Faz isso dando atenção às transformações nos espaços domésticos e os tomará ao mesmo tempo como ponto de partida e de chegada para compreender as mobilidades – seja espacial como social – desses atores. Procura também entender como as estratégias são mobilizadas, analisando as trajetórias de homens e mulheres e as discussões nas reuniões do STR, associações de moradores e produtores rurais e do CMDRS.

Como afirmei no início desta introdução, coincide o local onde realizei a pesquisa ser o mesmo onde nasci e vivi durante alguns anos. As transformações acarretadas pela emergência do trabalho na confecção mobilizaram um sem número de homens e mulheres, em especial, das camadas mais baixas. Meus familiares não ficaram de fora desse processo. Exatamente durante o período em que estive cursando o mestrado em Antropologia, meus pais tomaram a decisão

de vender o *sítio* no qual vivíamos, durante alguns anos, e com parte desse dinheiro estruturaram uma pequena produção em sua casa com a ajuda de meus dois irmãos mais novos. Minha irmã, que já tinha constituído sua própria família nuclear, anteriormente trabalhava na costura na condição de subcontratada, chegando a dividir uma parte do trabalho com a nossa mãe. Agora com o capital da venda da pequena propriedade puderam adquirir alguma autonomia na produção, dependendo apenas de terceiros para cortar e lavar as peças de roupas e tendo agora a possibilidade de subcontratar pessoas em momentos de maior produção, o que fizeram através de parentes e vizinhos.

Este momento marca uma nova etapa na trajetória de minha família. Contudo, a relação com este tipo de saber e fazer remonta há muito mais tempo. A costura sempre foi o ofício de minha mãe. Atividade aprendida através de um curso oferecido pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais nos anos 1980, onde ela pôde, ainda solteira, ter seus primeiros rendimentos. Nossa mudança para a cidade marcou a consolidação de uma clientela para a qual ela consertava e fazia roupas sob encomenda. Ser filho da “costureira da vila” era reconhecer o seu papel numa coletividade. Nossa casa sempre foi um ponto de trânsito de objetos e pessoas. Era inclusive um eixo de sociabilidade onde pessoas passavam a tarde conversando enquanto ela costurava, fazendo circular informações das mais variadas. Paralelo a isso, vivi uma experiência de exercer outra categoria de trabalho artesanal quando trabalhei como ajudante de sapateiro para meu pai em um ponto no centro da cidade durante os dias de feira. As linhas e agulhas eram de outra qualidade, com certeza, mas socialmente pude vivenciar mais de perto a função de outro eixo de sociabilidade. Junto com os bancos de feira que se espalhavam pelas ruas da cidade, o local onde trabalhávamos era um ponto de passagem, onde as pessoas conversavam, deixavam suas compras por alguns instantes para resolverem algum outro afazer. Era em especial o local onde se podia encontrar parentes e conhecidos que residem na zona rural, saber se estavam bem, se iriam *botar roçado* naquele ano ou se a plantação vingaria.

Estas duas atividades me permitiram entender que a constituição dessas oficinas deveria ser tomada como espaço de alto grau de interação social. Eram por meio desses lugares que as redes sociais *também* eram costuradas, que se tomava *conhecimento*³ sobre algum trabalho relacionado a atividade de confecção. Assim, esta experiência pessoal⁴ possibilita situar meu

³ Sobre o sentido local dessa expressão, ver o segundo capítulo.

⁴ Apesar de fazer uma “antropologia do muito próximo”, meus familiares não foram usados para abrir redes e, com isso, entrar em campo embora essa possibilidade tenha sido cogitada na defesa do projeto de qualificação. Trata-se de um recurso interessante que, como lembram Duarte & Gomes (2008), faz surgir uma série de inquietações e cuidados com a dimensão ética do trabalho. Recordam que autores como Pierre Bourdieu e Abu-Lughod

olhar sobre o processo na qual procuro investigar de forma a evidenciar elementos na qual um primeiro olhar e um olhar externo não capturariam com alguma facilidade.

A metodologia que permitiu a realização desta pesquisa procurou seguir a proposta de Vincent (2010) de completar a observação intensiva com a abstração e análise de campos de atividade e o emprego rigoroso de material histórico. O grupo social analisado é formado de unidades familiares de pequenos produtores locais que no seu interior vem se diferenciando entre os que continuam vivendo do trabalho agrícola, os que estão se especializando na atividade na confecção e aqueles que exercem simétrica ou assimetricamente as duas atividades. Tomando os grupos familiares como unidade analítica, vemos como cada atividade se vincula a outra de forma a garantir a reprodução social destes. É no interior das famílias que podemos ver como esses atores têm lidado com os processos de mudança. Mas também tem sido nos espaços de ação coletiva na qual eles se engajam que alternativas são mobilizadas para lidar com as dificuldades que por vezes surgem. Em função disso recorri ao método etnográfico para compreender a configuração dessas relações.

Partindo da proposta de uma “descrição densa” (Geertz, 2008), debruçei-me sobre os espaços domésticos, descrevendo as rotinas de agricultores e trabalhadores das confecções e dando atenção a esses ambientes, procurando na sua conformação expressão de um processo em mudança. Essa proposta fará com que tome os espaços de ação coletiva – sindicato, associações de moradores e produtores rurais e o CMDRS – também como ambientes de sociabilidades na qual vínculos para além dos interesses políticos são tecidos. Com isso, procuro tomar as reuniões e os momentos relacionados a ela – como as conversas cotidianas que antecedem e sucedem esses eventos – como fonte de análise: serão discutidas as reuniões com as suas pautas, disputas e questões.

Heredia (1979) ao discutir o seu acesso junto às famílias camponesas na Zona da Mata de Pernambuco, relata que as entrevistas realizadas em cada grupo doméstico tendiam a ser efetuadas com o pai da família quando geralmente só ele estava presente para só com o passar do tempo essa situação se modificar e ela poder acessar as mulheres e, com isso, ter uma visão da família como um todo. A pesquisa que realizei possibilitou perceber uma mudança nas hierarquias familiares. Em grande parte, o acesso que tive as famílias foi graças às mulheres. Isso se deve porque elas conformam a maioria nos espaços do STR, das associações e do

assumiram que seus familiares haviam participado de alguma forma de suas pesquisas como fonte significativa de suas análises e no auxílio no contato com determinados grupos.

CMDRS. Inclusive muitas delas ocupam cargos de direção nessas entidades, tendo um conhecimento privilegiado do lugar e das pessoas. São também as mulheres que conformam a grande maioria dos que trabalham na costura, como pude observar, sendo elas também quem me apresentaram ao universo das confecções.

Foram, ao todo, realizadas 17 entrevistas semi-estruturadas. Muitas das informações colhidas e tratadas aqui foram extraídas de conversas informais – quando muitas vezes pude no momento tomar nota no caderno que sempre estava à mão – além das observações realizadas. Os locais das entrevistas e conversas foram tanto as residências onde as atividades na confecção são realizadas como os ambientes do STR, associações e escolas rurais. Os espaços coletivos permitiram ter acesso a moradores de várias outras localidades além das que visitei, possibilitando uma visão mais ampla da realidade local. Desses entrevistados dois não têm alguma relação com o trabalho na confecção: o presidente do CMDRS de Surubim e o técnico do Agroamigo. Os demais expressam os diferentes perfis de quem se vincula à essa atividade: homens, mulheres, jovens que procuram iniciar um trabalho que não o da agricultura; pessoas mais velhas que já passaram por diferentes atividades ao longo da vida e aqueles que exercem tanto a atividade na agricultura como na confecção. As entrevistas com os trabalhadores da confecção procuram entender histórias de vida com as seguintes questões: história ocupacional, a relação com o trabalho agrícola, as redes familiares e de conhecidos que se vinculam via essa atividade; o espaço doméstico e sua inter-relação com a confecção, a divisão do trabalho por gênero, o retorno financeiro proporcionado por essa atividade e como ele é administrado; as condições de trabalho, os mecanismos de financiamento da atividade e como percebem essas transformações.

Outras informações foram obtidas através de um levantamento dos dados sobre a população e a produção agrícola no município, uma pesquisa em jornal local sobre a participação da região na atividade nas confecções e um resgate fotográfico que permite registrar ao longo dos anos a história do município. Também são utilizados, à nível comparativo, dados extraídos da pesquisa de campo que deram origem ao meu trabalho de conclusão de curso (Andrade, 2013).

A análise desse processo, pelo método etnográfico, permite observar as microestruturas que tornam possíveis essa configuração. Como será visto, a forma de organização dos *sitiantes* oferece um conjunto de práticas e representações que de uma forma e outra estarão presentes na conformação do território das confecções: da produção familiar a comercialização na

*Sulanca*⁵. Contudo, não se deve reificar a análise a um recorte micro afastando as preocupações macroestruturais que exercem influência no objeto de conhecimento.

O caso aqui estudado se insere, com suas características próprias, na dinâmica global do capitalismo, ou mais especificamente na forma como o capitalismo periférico possibilita a sua reprodução. Gregory (2015), criticando o procedimento que abstraía o contexto colonial dos dados que os antropólogos coletavam, como se descrevessem uma sociedade pré-capitalista, argumenta que essas sociedades têm sido subordinadas às capitalistas do centro e que, por isso, devem-se ser analisadas como tais, evitando uma estrutura evolutiva. Essa orientação é extremamente importante.

Trata-se, então, de tomar esse processo por meio da noção de *desenvolvimento desigual e combinado*, ou seja, no interior do capitalismo pensar a historicidade própria dessas localidades em que os aspectos *modernos* e *arcaicos*, longe de se antagonizarem se relacionam dialeticamente⁶. No que se refere a esta pesquisa, é possível trabalhar essa noção, como faz McAllister (1991), pensando-a a partir de uma perspectiva etnográfica⁷. Isso permite levar essa chave a uma escala de microanálise. Nesse caso, deve-se ter em mente que essa perspectiva proposta pela autora é menos global e mais posicional em relação ao sistema mais amplo na qual se percebe as disposições e interações em menor escala de uma dinâmica de forma a compreender os microprocessos das macroforças e as macroforças dos microprocessos, nos termos propostos por Burawoy (2014). Assim, esta pesquisa evita se reificar em si mesma, como tem se generalizado abordagens fragmentárias. Ela procura se inserir a uma agenda de investigações e de reflexões sobre as transformações do Nordeste rural por sua vez integrados à dinâmica do capitalismo global.

Dessa forma, a análise dos dados desta pesquisa permitirem a construção daquilo que McGranahan (2015) entende como uma *antropologia como narrativa teórica*, em outras palavras “a discipline engaged in explaining, understanding, and interpreting cultural worlds as

⁵ Neste trabalho, quando me referir a *Sulanca* (em maiúsculo) quero dizer o complexo produtivo e comercial muitas vezes referido como *Feira da Sulanca*, embora, apesar do nome, não se restringe apenas a comercialização. Já *sulanca* (em minúsculo) refere-se à produção local de roupas, colchas e tapetes tendo por matéria-prima retalhos.

⁶ Sobre as características e desenvolvimento dessa noção, ver Trotsky (1977), Löwy (1998), Davidson (2010) e McAllister (1991).

⁷ Também considero importante a contribuição de Sahlins (1997) para o que ele chama de *indigenização da modernidade*, ou seja, o poder de outras lógicas se integrarem culturalmente às forças do sistema mundial. Comparativamente, as reflexões de Sahlins têm muitos pontos de semelhança com as de McAllister (1991) decorrentes de sua pesquisa etnográfica sobre formas cotidianas de resistência de mulheres na Malásia no contexto de interação entre tradições matrilineares e islâmicas com a economia salarial e mercantil.

well as in developing theoretical paradigms large and small for making and making Sense of cultural worlds”⁸ (MacGranahan, 2015).

Esta dissertação se apoia numa série de trabalhos que se debruçam sobre o mundo rural, com maior ênfase nas pesquisas realizadas no Nordeste brasileiro. Eles possibilitam oferecer uma perspectiva ao desenvolvimento do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco, mostrando que os costumes comuns aos agricultores de base familiar estruturam práticas ao universo da confecção. Nesse sentido, o Polo não se constitui numa configuração alheia a uma moralidade camponesa, mas depende dela em muitos aspectos para a sua reprodução.

O debate sobre as sociedades camponesas é central aqui, pois as perguntas que, em vários momentos, têm sido feitas, ao se voltarem para o caso que proponho analisar, revelam o quanto permanecem pertinentes. Como se pode entender a colocação de Taussig (2010) de que as sociedades camponesas não são organizadas pelo mercado, mas dominadas por ele⁹? A partir dessa pergunta, pode-se fazer outra: qual é a especificidade da unidade camponesa? van der Ploeg (2016) procura oferecer algumas respostas. Para ele, o funcionamento das unidades camponesas é diferente das unidades capitalistas, pois o que é central nela é o trabalho familiar, ou seja, não assalariado. Esse entendimento oferece uma explicação para a sobrevivência da agricultura camponesa ao longo dos tempos. Segundo van der Ploeg, ela integra o capitalismo de maneira conflituosa, já que pode chegar aonde a fazenda capitalista não chega. A sua perspectiva, por sua vez, está referenciada nas contribuições de Alexander Chayanov que procura entender a dinâmica interna da unidade familiar atentando para a relação entre consumidores e trabalhadores para interpretar a variação do tamanho das famílias (Chayanov, 1985). A ideia *diferenciação demográfica* proposta por ele procura mostrar que o volume da atividade econômica corresponde, quantitativamente, à força de trabalho com que conta a família.

No Brasil, uma premissa que é considerada no debate sobre o rural – por exemplo, em Wanderley (2009) e Garcia Jr (1983) – é a que pontua que o que caracteriza a agricultura de base familiar é a tensão que lhe constitui entre autonomia e subordinação. Tal premissa deve ser compreendida junto a outros pares que permeiam o debate sobre o campesinato nas

⁸ “A disciplina envolvida na explicação, compreensão e interpretação de mundos culturais, bem como no desenvolvimento de paradigmas teóricos, grandes e pequenos, para fazer e dar sentido a estes mundos”, em tradução livre.

⁹ Essa colocação foi feita a partir de seu estudo de caso com os trabalhadores das minas na Bolívia e dos canaviais na Colômbia.

sociedades capitalistas: pequeno produtor e trabalhador rural; eliminação de uma forma particular de reprodução camponesa e reprodução de um trabalhador não proletário para o capital. Como sugere Wanderley (2009), esses pares não devem ser tomados de forma excludente, mas compreendidos de forma dialeticamente articulada.

Pensando nessas tensões, pode-se agora compreender algumas outras questões. Como será explicado ao longo dos capítulos, as unidades familiares em Surubim, viram-se impossibilitadas de se reproduzirem socialmente em função do pouco acesso à terra. Isso implicou no assalariamento e no recurso do trabalho em outras terras sob o regime de *parceria* quando ainda era possível essa possibilidade. Na maior parte dos casos, o trabalho não-agrícola e migrante foi incorporado às atividades estabelecendo uma relação ambígua entre a garantia de reprodução camponesa e sua dissolução (Menezes, 2009). Outras dinâmicas se tornam presentes como o papel do Estado na promoção de políticas públicas e o fortalecimento de movimentos sociais que articulam resistências e propõem projetos.

Esses novos arranjos mostram que o rural nas sociedades contemporâneas tem que ser compreendido em sua diversidade. Isso implica dizer, concordando com Wanderley (2004), que processos sociais mais globais como urbanização, industrialização e modernização da agricultura se compreendem como profundas transformações que não podem ser traduzidas pela “uniformização” da sociedade de forma que leve ao fim das singularidades dos espaços rurais e das populações que ali vivem.

Por fim, deve-se afastar de uma concepção que explica os agricultores familiares exclusivamente como sujeitos econômicos e subordinados passivamente a dinâmica socioeconômica. Ao tomá-los como *ordem moral* (Woortmann, 1990) se evidencia categorias próprias de pensamento, lógicas que ordenam símbolos, sociabilidades e valores que os distinguem e que os tornam presentes para além dos espaços comumente descritos como rurais. Também é necessário associar essas dimensões àquelas que salientam a condição de dominação dos camponeses por atores ou setores externos a eles (Shanin, 1980). Ao mover a atenção para os sujeitos, valoriza-se a dimensão da construção de redes e de sociabilidades que tornam possíveis a ação destes em situações as mais variadas.

Esta dissertação é dividida em quatro partes, além desta Introdução e das Considerações Finais. O capítulo intitulado “Os territórios rurais de Surubim em transformação: pensando a relação trabalho e mobilidades através dos espaços domésticos”, procura oferecer algumas coordenadas gerais ao debate apresentando o município de Surubim nesse contexto de mudança

social. Tomando como *locus* os espaços domésticos, procura compreender as transformações que vêm ocorrendo no meio rural, além de apresentar as reconfigurações nas mobilidades na região.

O capítulo seguinte, “Do campo para a cidade e de volta para o campo: Surubim e a formação do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco” é dedicado a apresentar o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco desde as suas origens e descrever as suas características. Procura aqui mostrar como o espaço rural é importante na constituição desse aglomerado tendo em vista que costumes comuns à sociabilidade camponesa oferecem apoio à sua reprodução. Em seguida, traz algumas questões sobre a dinâmica das confeções em Surubim, especificamente no que diz a sua presença em espaços rurais e como as relações socioeconômicas nestes locais têm sido afetadas.

Na sequência, o capítulo “A produção de territórios pelos atores em Surubim” procura tratar da produção de territórios e da construção de diferentes papéis sociais entre os agricultores familiares em um contexto em que a atividade das confeções se torna um elemento a mais nessa problemática. As geografias econômicas que são traçadas por esses atores, as concepções de espaço apresentadas pela administração municipal ou pelas associações de moradores e produtores rurais, apresentam disputas entre si que ganham forma de narrativas sobre o que é *comunidade* ou *sítio* e o que é a *rua* ou a área urbana.

Por fim, o capítulo “O trabalho na confecção entre as estratégias de famílias rurais e como pauta das organizações rurais” se dedica a trazer todo esse processo apresentado nos capítulos anteriores para as esferas das famílias e dos espaços de ação coletiva, sob o debate de estratégias. No primeiro momento, trata como a família e os seus segmentos lidam com os impasses e alternativas para a sua reprodução social. Em seguida examina essas preocupações refletidas nos espaços das reuniões e assembleias dos STR, associações e CMDRS. O objetivo é indagar sobre a influência do trabalho na confecção nesses ambientes, seja entrando nas pautas ou sendo um espaço de contato entre trabalhadores desse ramo.

Na composição desta dissertação procurei evitar o método de exposição que separa “cartesianamente” os capítulos entre um teórico-metodológico, outro de contextualização do objeto de conhecimento e por fim um de análise dos dados empíricos. A cada capítulo articulo relato etnográfico, com dados empíricos e reflexão teórica. Com isso quero evitar um descompasso dos conceitos em relação com o caso analisado. O que articula os capítulos é que o antecedente prepara o subsequente. Assim, ao discutir as origens e características do Polo, as

noções anteriormente debatidas de mobilidades constituem o pano de fundo para explicar a sua constituição. Da mesma forma, considerar esse processo discutido nos dois capítulos anteriores permite esboçar as dinâmicas territoriais que ganham forma no município estudado. Por fim, todos os elementos anteriormente discutidos servem para fazer entender as ações de homens e mulheres nas suas estratégias individuais e familiares de reprodução social, sejam em nível das famílias, sejam nos espaços de ação coletiva.

2 OS TERRITÓRIOS RURAIS DE SURUBIM EM TRANSFORMAÇÃO: PENSANDO A RELAÇÃO TRABALHO E MOBILIDADES ATRAVÉS DOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS

2.1 UM ESPAÇO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

As três histórias apresentadas a seguir poderiam ser tomadas como exemplares das diversas modalidades de trabalho existentes na sociedade estudada. E poderiam, a partir de cada uma delas, deduzir os seus vínculos e relações com o espaço social, de forma relativamente autônoma, se fôssemos optar por encaixá-las numa oposição binária trabalho rural-agrícola/trabalho urbano-indústria e serviços. Contudo, os atores integram a mesma família residente em uma área rural no município de Surubim, a saber:

João¹⁰, 50 anos. De segunda a sexta acorda entre 4h30 e 5h30. Sua casa fica próxima à rodovia estadual PE-90 e é lá que pega a condução para o município de Santa Cruz do Capibaribe, onde trabalha como vigia no Moda Center Santa Cruz, um centro atacadista que reúne mais de 10 mil pontos comerciais voltados para o comércio de vestuários. Às 18h30 está de volta em casa. Esta tem sido sua rotina há 6 anos.

Maria, 44 anos. No *inverno*, como se referem localmente a época de chuvas que vai de março a agosto, acorda às 5h30 e vai para a roça, uma pequena propriedade que a família herdou com o falecimento do seu sogro. Ela permanece lá até às 09h-10h. Voltando para casa, ela se dedica aos afazeres domésticos, indo até às 14h. Quando não tem bordado; atividade pontual realizada nas peças de roupas que lhe chegam após estas cumprirem outras etapas, do corte a lavagem passando pela montagem; volta para o roçado e fica lá até às 16h-17h.

Joana, 23 anos. Acorda às 7h30 e trabalha na costura até às 21h. Atualmente trabalha em sua casa como subcontratada de uma *facção* de peças de jeans localizada na cidade vizinha de Santa Maria do Cambucá. Regularmente recebe dessa unidade produtiva as peças cortadas onde as monta utilizando para isso três máquinas industriais de sua propriedade, adquiridas através de economias feitas inicialmente com um antigo trabalho de vendedora de bonés em Santa Cruz do Capibaribe. Nesse regime de subcontratação, recebe a encomenda e deverá

¹⁰ Optei por preservar a identidade dos meus interlocutores, com exceção do presidente do CMDRS e do técnico do BNB responsável pelo Agroamigo, no momento em que transcrevo as suas falas neste trabalho.

entregá-la numa data estipulada, o que a faz realizar *serões*, ou seja, estender ainda mais a jornada de trabalho para entregar a produção.

Esses casos são representativos das mudanças que vêm operando na região. Coexistência, numa mesma unidade familiar, de distintas apropriações e subordinações à dinâmica das relações tempo-espço. Maria, orienta sua rotina durante alguns meses do ano ao tempo do ciclo das chuvas e do ciclo da produção agrícola. Transita entre sua casa e o roçado. João, como assalariado, está subordinado aos horários estabelecidos no seu contrato de trabalho. Desloca-se diariamente para uma cidade vizinha num movimento pendular semelhantes a de muitas pessoas residentes em Surubim. Já Joana, encontra-se vivendo e trabalhando exclusivamente no espaço da casa. Onde recebe as peças e se compromete a entregá-las em data combinada, num acordo informal no qual o seu bom cumprimento resultará na renovação da parceria. O que acabo de descrever é a expressão de uma nova configuração do processo de mobilidades que tem transformado não só as cidades onde estes atores vivem, mas também outras da mesma região.

O município de Surubim se localiza¹¹ na parte setentrional do Agreste de Pernambuco, mais especificamente na microrregião do Alto Capibaribe¹². Sua população, segundo dados¹³ do censo de 2010 do IBGE, é de 58.515 habitantes distribuídos numa área de 252,855 km². Ainda segundo esta fonte, 44.036 residem na área urbana enquanto 14.479 na área rural. O município historicamente se destacou por sua vocação agrícola. Um dos principais produtores de algodão e, mais tarde, importante bacia leiteira, teve na sua composição social a existência de significativo contingente de pequenos produtores rurais, os *sitiantes*, como expressão característica do Agreste, ou seja, no que o distingue pela existência da pequena propriedade e policultura. De acordo com Andrade (2005), a pequena propriedade possui importância para a região. Internamente, argumenta o autor, ela se diferencia com base em categorias êmicas *sítio*, que corresponde a extensões de terra maiores, e o *chão de terra*, que possuiria menos de um hectare. Em trabalho de campo em uma comunidade rural em Surubim (Andrade, 2013) pude

¹¹ Como será visto ao longo deste texto, definir sua localização geográfica permite especificá-la em suas características socioeconômicas e inseri-las em processos contínuos e descontínuos de mudança social. Além disso, irá permitir que estabeleça comparações com regiões próximas que de alguma forma estabelecem algum vínculo com estas áreas, seja por meio de mobilidades ou relações entre as esferas produtivas. Também possibilitará estabelecer os marcos que tornam viáveis os níveis de comparações com as literaturas que lidam com processos semelhantes em outros contextos.

¹² Além de Surubim, é formada pelos municípios de Casinhas, Frei Miguelinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes.

¹³ Para mais detalhes, ver Quadro 01 neste capítulo.

observar também a existência de outro par de categorias nativas: *fortes e fracos*.¹⁴ O objetivo desta descrição é o de tomar estes atores, que outrora foram chamados de *sitiantes* e hoje são descritos como *agricultores familiares* como fio condutor de minha argumentação. Como será visto, há uma relação muito estreita entre as *práticas de mobilidade*¹⁵ de pequenos produtores rurais e o surgimento da *Feira da Sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe, que deu origem ao que hoje é chamado de Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco. Ela passa por compreender tanto as mobilidades dos atores e suas transformações na região ao longo dos anos como o uso de diversas estratégias de reprodução social, destacando-se a migração.

Um importante processo de mudança ocorreu na microrregião do Alto Capibaribe, no que diz respeito às mobilidades. Durante um período em sua história, quero especificar, entre os anos de 1940 e meados dos anos de 1980, as migrações se caracterizavam por serem mais longas, durando meses e até anos, tinham áreas de origem e destino mais definidas e havia um certo compasso entre mobilidades espacial e social. Em grande parte, para os pequenos produtores rurais, tratavam-se de migrações para o *sul*, a Zona da Mata canavieira onde realizavam trabalhos temporários complementando a renda com o trabalho nas pequenas propriedades no Agreste, como também uma grande intensidade de fluxos, migrações para o sul do país, reflexo de uma integração inter-regional que ocorre a partir dos anos de 1930.

As migrações temporárias entre o Agreste e Zona da Mata durante algum período correspondiam a uma complementaridade entre os calendários agrícolas das duas regiões (Palmeira *et al* 1977). O período em que se encerravam as principais colheitas e se iniciava o período de estiagem no Agreste era a época em que se requeria mão de obra para o corte da cana. Suarez (1977) descreve o Agreste e a Zona da Mata como regiões complementares sob vários aspectos, incluindo o demográfico. Os movimentos migratórios sazonais estariam constituindo, neste caso, a sua principal expressão. Em outra obra (Suarez, 1982), a autora destacará que a parcela setentrional do Agreste corresponderia melhor às questões por ela analisada nessa relação inter-regional, embora seu campo de pesquisa tenha sido o município de Garanhuns, no Agreste Meridional. Ou seja, o Agreste Setentrional melhor corresponde

¹⁴ Esse par também é registrado por Woortmann (1995) em pesquisa junto aos *sitiantes* no estado de Sergipe.

¹⁵ Ao me referir a *práticas de mobilidade* apenas quero tratá-las por meio da agência dos atores envolvidos, em especial como estratégias construídas por eles. Aqui, procuro menos me ater as configurações estruturais que influem nesse processo e mais na dimensão da interação social que permite que redes e significados sejam construídos. Ao me referir apenas a *mobilidade*, estou me referindo a todo o processo.

analiticamente as questões tratadas aqui. Transformações na *plantation* açucareira influiriam na relação estrutura produtiva da região/movimentos migratórios.

Como destaca Sigaud (1979), nos anos de 1950 inicia-se um processo de transferência de força de trabalho de dentro dos engenhos para as cidades, que se transformaram em grandes concentrações de trabalhadores. O crescimento das cidades e a disponibilidade de mão de obra para as atividades no corte da cana refletiram-se na dinâmica migratória do Agreste. Se antes havia alguma complementaridade entre os calendários agrícolas, ela foi quebrada. O aumento populacional nas cidades da Zona da Mata concorreu para a diminuição da mão de obra agrestina. Junto a isso, lembra Suarez (1982), haverá uma nova forma de assimilação dos trabalhadores do Agreste à Zona da Mata. Já não são mais os *curaus*¹⁶, os que migram no período em que já colheram seus produtos para complementarem sua renda com o assalariamento na lavoura canavieira. Os que migraram a partir de então, e por períodos de mais curta duração, foram os agrestinos que possuíam apenas o *chão de terra*, algo insuficiente para manter a família. A escassez de terras ganhará traços mais nítidos. O crescimento populacional por um lado e o avanço da pecuária, por outro, colocaram o camponês numa situação mais precária. Será assentado nesse novo quadro que se apresenta que Suarez constatará que o migrante agrestino “não complementa apenas a sua subsistência pelo assalariamento temporário, mas sua subsistência é *assegurada* em grande parte por este assalariamento.” (p.132) destaque da autora.

O outro perfil de migração correspondia àquela realizada para os grandes centros urbanos, em geral para o sul do país¹⁷. Garcia Jr (1990), em obra considerada referência no tema, procura compreender a multiplicidade dos efeitos dos deslocamentos dos trabalhadores do Nordeste em direção ao mercado de trabalho industrial do Sudeste. Para o autor, ao lado dos migrantes que se tornaram operários, existiram também aqueles que reproduziram a condição camponesa graças à passagem temporária ao mercado de trabalho industrial. Para ele, a relação que foi estabelecida entre as migrações e o desenvolvimento industrial não é falsa, contudo “é claramente insuficiente para explicar tais fluxos migratórios” (Garcia Jr, 1990: 12). Isso implica

¹⁶*Curau* ou *Curau do Sul* são como eram conhecidos os migrantes agrestinos que migravam para a Zona da Mata. Tais categorias são êmicas aos moradores do Agreste. Os residentes da Mata os classificam como *Corumbas* e assim são descritos nos trabalhos de Sales (1977;1982) e Palmeira (2009). Como nossa análise se dá a partir dos pequenos produtores do Agreste, procuro utilizar, na medida do possível e sem trazer prejuízos à análise, as categorias que se referem a si mesmos ao invés do que lhe são atribuídas.

¹⁷ Mas não se deve excluir as migrações para os grandes centros urbanos nordestinos que em muitos casos se assemelham as lógicas migratórias para o Sudeste. Alvim (1997) se dedica em analisar um desses fluxos migratórios, os dos camponeses que trocam a atividade agropecuária nas zonas rurais pelo trabalho fabril nas indústrias de tecelagem em Paulista-PE.

dizer que é necessário pensar as migrações como estratégias de reprodução social. Como também permite considerar que esses processos não devem ser tomados como uma relação de causa e efeito pela ótica da escassez e oferta de trabalho entre as regiões. Unidades familiares tecem redes que possibilitam circular em pessoas entre esses territórios distantes permitindo o retorno de alguns de seus membros. Como afirma Scott “a curto e médio prazo, os camponeses utilizam as estratégias migratórias para se armarem contra a exploração e expropriação crescentes no seu local de origem” (1986: 81). Fontes (2002) revela que as taxas de retorno para o Nordeste foram sempre altas ao longo da década de 1950. No final da década, segundo dados que eram considerados bastante modestos, cogitava-se que cerca da metade dos migrantes nordestinos voltava para suas regiões de origem.

Tais migrações poderiam se diferenciar internamente de acordo com as estratégias migratórias das famílias. É nesse sentido que Woortmann (2009), em pesquisa entre os *sitiantes* de Sergipe, destaca que estes distinguem três modalidades de migração: a migração pré-matrimonial do filho; aquela do chefe de família, de tipo circular; e a emigração definitiva. Sob a constatação de que as migrações seriam além de um processo de êxodo rural e transformação em trabalhadores urbanos, meios pelos quais famílias camponesas garantem sua reprodução social, vários autores, nas décadas de 1970 e 1980, começaram a questionar a necessidade de trazer para o debate este segundo perfil da migração. Aqui se inserem os trabalhos de Menezes (2002), Garcia Jr (1990), Woortmann (2009) e Scott (1986). Esses trabalhos permitem tomar as migrações como estratégias de reprodução social utilizadas não só após a industrialização iniciada no Sudeste do país, a partir dos anos de 1930, como também entre outras áreas no Nordeste como as migrações temporárias realizadas pelos trabalhadores do Agreste e Sertão na Zona da Mata.

Contudo, a década de 1990 tornou mais nítida uma tendência a uma profunda mudança nas estruturas migratórias na região. Se antes, como afirmei, as migrações se caracterizavam por serem mais longas, durando meses e até anos; tinham áreas de origem e destino mais definidas e havia uma cadência entre mobilidades espacial e social, elas passam a ser mais curtas, pendulares e múltiplas nos seus locais de destino e se reforça o descompasso entre mobilidades social e espacial, percebidas desde os anos de 1980. De acordo com Menezes (2009), ao tratar das migrações no Agreste paraibano, a deterioração das condições de trabalho e moradia no Sudeste, a partir dos anos de 1970, fez com que o trabalho na *plantation* açucareira em Pernambuco emergisse como meio concorrente de reprodução social. Já Fusco & Vasconcelos (2010) apontam que entre os anos de 1970 e 2000 o Agreste pernambucano

destacou-se não só como área de evasão da população como também de atração de emigrantes em termos proporcionais. Como será visto mais detalhadamente no próximo capítulo, o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco se constituiu como o principal dinamizador desses novos fluxos migratórios.

Atendo-me, por hora, ao município de Surubim, alguns fatores merecem ser destacados. O crescimento das cidades acarretou na expansão e consolidação de atividades não-agrícolas que substituem a mão de obra na agricultura e pecuária. O aumento populacional se relacionou com a decrescente atividade agrícola, o que configurou em um expressivo crescimento das áreas urbanas. O Quadro 1 permite ver a taxa de crescimento¹⁸ na região e no município ao longo dos anos. Segundo estes dados, tanto na microrregião como no município há um grande crescimento da população residente nas áreas urbanas e uma queda nas áreas rurais, mais acentuada na década seguinte. O Quadro 2 apresenta a produção da lavoura de feijão e milho em um período de dez anos. As informações nele contidas são bastante reveladoras. Num primeiro olhar, percebe-se uma oscilação na produção com um decréscimo mais acentuado nos últimos anos. Os anos de 2007 e 2015 expressam momentos em que a seca atingiu, de forma mais significativa, a produção como se pode ver na relação entre área plantada e quantidade produzida. Contudo, um olhar mais atento revela que entre essas oscilações decorrentes da estiagem, apresenta-se um aumento do rendimento de grãos por hectare, quando a quantidade de área plantada tem diminuindo (mais nitidamente no caso do feijão) ou permanecido relativamente estável. Informações colhidas durante a pesquisa de campo registraram que ao longo dos anos a prática de trabalho nas terras de outras pessoas, o trabalho *alugado*, reduziu-se drasticamente.

Essas informações podem sugerir que a produção desses grãos começa a se concentrar cada vez mais em poucas propriedades e os pequenos produtores rurais encontram mais dificuldades em dar continuidade à produção agrícola ou mesmo em garantir níveis de produção iguais a de anos anteriores. Considero que esses fatores exercem algum nível de influência na expansão de atividades não-agrícolas nas áreas rurais e na opção por trabalhos nas cidades, sejam de forma pendular como deslocamentos definitivos.

¹⁸ Deve-se ter cuidado no tratamento dessas informações. Como se tratam de registros de populações consideradas urbanas e rurais pelo critério da referência ao domicílio nas áreas definidas como rural ou urbana, impossibilita considerarmos neste quadro os trabalhadores agrícolas que moram nas *pontas de rua*, ou seja, nas periferias das cidades, assim como quem exerce atividade não agrícola nas zonas rurais, que cresce bastante nos últimos 20 anos.

Quadro 1 – Crescimento populacional no Alto Capibaribe e em Surubim

Microrregião Alto Capibaribe			
Ano	Total	Urbana	Rural
1970	121.795	35.564	86.231
1980	146.423	59.403	87.020
1991	177.674	95.843	81.831
2000	212.491	136.381	76.110
2010	273.729	204.838	68.891
Surubim			
Ano	Total	Urbana	Rural
1970*	52.275	13.361	38.914
1980*	61.023	21.215	39.808
1991*	67.572	29.040	38.532
2000	50.331	33.145	17.186
2010	58.515	44.036	14.479

Fonte: IBGE e CONDEPE/FIDEM. Organização de Berlano Andrade (2016).

* Até o Censo de 1991 os municípios de Casinhas e Vertentes do Lério faziam parte Surubim, emancipando-se, respectivamente, em 1997 e 1991.

Quadro 2 – Produção agrícola municipal (milho e feijão)

Produção agrícola municipal - lavoura temporária	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Milho (em grão) - Área colhida	600 hectares	600 hectares	800 hectares	600 hectares	900 hectares	500 hectares	800 hectares	1.300 hectares	480 hectares	600 hectares	600 hectares
Milho (em grão) - Área plantada	600 hectares	600 hectares	800 hectares	600 hectares	900 hectares	500 hectares	800 hectares	1.300 hectares	480 hectares	600 hectares	600 hectares
Milho (em grão) - Quantidade produzida	360 toneladas	360 toneladas	240 toneladas	540 toneladas	1.080 toneladas	300 toneladas	560 toneladas	360 toneladas	336 toneladas	318 toneladas	16 toneladas
Milho (em grão) - Rendimento médio	600 Kg/hectare	600 Kg/hectare	300 Kg/hectare	900 Kg/hectare	1.200 Kg/hectare	600 Kg/hectare	700 Kg/hectare	277 Kg/hectare	700 Kg/hectare	530 Kg/hectare	27 Kg/hectare
Milho (em grão) - Valor da produção	161 mil reais	149 mil reais	76 mil reais	205 mil reais	378 mil reais	135 mil reais	268 mil reais	230 mil reais	235 mil reais	200 mil reais	12 mil reais
Feijão (em grão) - Área colhida	550 hectares	550 hectares	700 hectares	550 hectares	550 hectares	100 hectares	800 hectares	450 hectares	180 hectares	250 hectares	250 hectares
Feijão (em grão) - Área plantada	550 hectares	550 hectares	700 hectares	550 hectares	550 hectares	100 hectares	800 hectares	450 hectares	180 hectares	250 hectares	250 hectares
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	165 toneladas	165 toneladas	140 toneladas	495 toneladas	495 toneladas	30 toneladas	340 toneladas	150 toneladas	54 toneladas	55 toneladas	6 toneladas
Feijão (em grão) - Rendimento médio	300 Kg/hectare	300 Kg/hectare	200 Kg/hectare	900 Kg/hectare	900 Kg/hectare	300 Kg/hectare	800 Kg/hectare	333 Kg/hectare	300 Kg/hectare	220 Kg/hectare	24 Kg/hectare
Feijão (em grão) - Valor da produção	280 mil reais	261 mil reais	190 mil reais	644 mil reais	740 mil reais	69 mil reais	791 mil reais	496 mil reais	135 mil reais	129 mil reais	17 mil reais

Fonte: IBGE. Organização Berlano Andrade (2017).

Acompanhando as reuniões das associações e do CMDRS, e ao entrevistar José Inácio, o presidente desta entidade, pude perceber que dentro do planejamento para distribuir entre os agricultores as cotas do Garantia-Safra, há um ponto importante que sempre é colocado para os presentes: o critério para receber o benefício é ter no mínimo 0,6 hectares cultivados. Para alguns, não ter uma propriedade dessa extensão não constitui um problema, pois, é considerado o total do que é plantado incluindo em terras de outras pessoas. Isso revela que entre os atores sociais que ia conhecendo nas reuniões, havia muitos dos que recorrem ao trabalho de outras terras. Contudo, como me relatou José Inácio, o CMDRS por vezes chega a encontrar dificuldades de selecionar algumas famílias por não se enquadrarem nesse critério.

Essa pequena informação permite localizar o peso que tem a dimensão da propriedade e o acesso à terra para o trabalho como elemento para entender as transformações em curso no município – e não apenas nele. Ao longo do tempo se configurou uma série de relações entre os pequenos produtores rurais. Uma delas constitui a existência de pequenas propriedades rurais, os *sítios*, e o regime de *parceria* que faz com que se trabalhe em terras de outras pessoas. Nesse último caso se permite que famílias residentes na periferia da cidade, as *pontas de rua*, possam manter algum vínculo com a atividade agrícola quando há a possibilidade de trabalhar em terras.

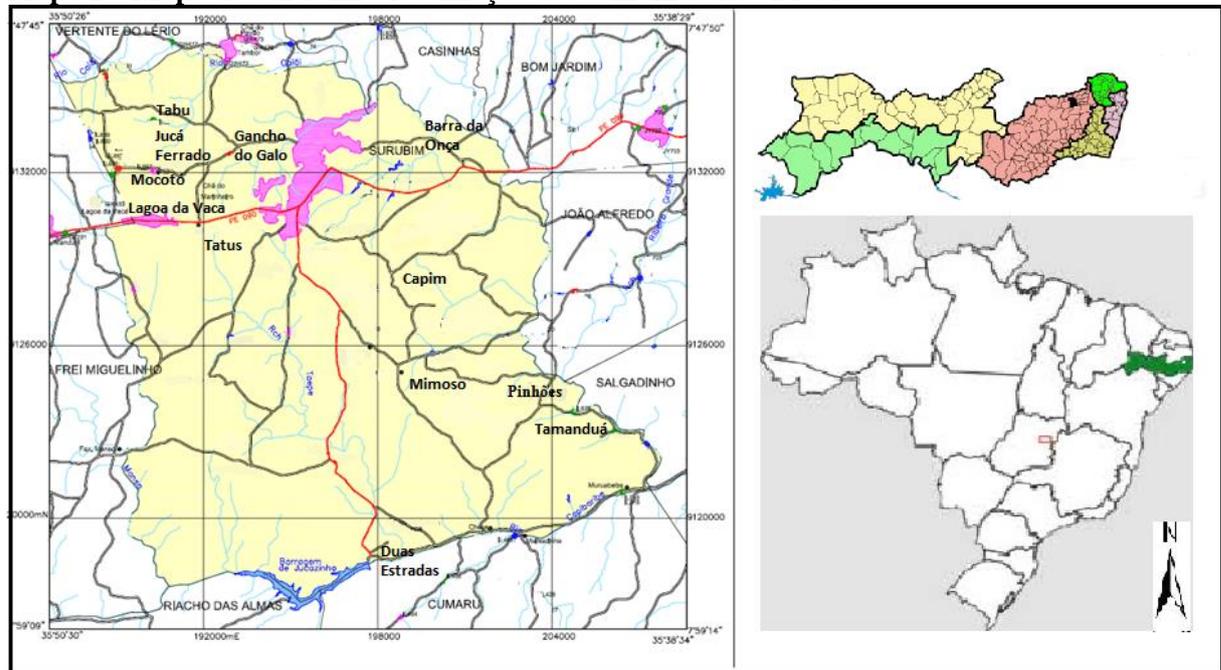
Quando o acesso à terra é limitado até entre os dependentes do trabalho em outras propriedades, desencadeia-se uma série de mudanças. Entre os moradores das *pontas de rua* pode ocorrer uma ruptura definitiva com o trabalho agrícola, integrando-os ainda mais às relações urbanas. Entre os moradores nos espaços rurais se apresenta a situação entre ficar, sob condição de buscar outras formas de trabalho, ou migrar.

Nesse sentido, as diversas formas que as migrações ganham e a ampliação do trabalho na confecção de roupas nas áreas rurais têm que ser explicadas também a partir do que ocorre na dinâmica da estrutura fundiária e das relações de acesso à terra para o trabalho na agricultura. Como será discutido mais à frente, as narrativas sobre a seca têm uma centralidade na explicação dos impactos que levam famílias a reorientarem suas estratégias de reprodução social, inserindo-as em outras atividades. O peso das explicações climatológicas e geológicas é contrabalanceado pelo da estrutura fundiária, que dinamiza as relações sociais no campo.

Novas atividades, no ramo do comércio e serviços, também acompanham os investimentos na formação de mão de obra. A interiorização das universidades e do ensino superior define uma nova modalidade de migração pendular: desta vez não para o trabalho, mas

para o estudo. As sedes dos municípios oferecem agora opções de trabalho, sejam elas centrais à sobrevivência, tendo o trabalho agrícola cada vez mais marginal nas trajetórias familiares. Assim, na região do Agreste Setentrional operou o surgimento e consolidação de um polo de desenvolvimento vinculado às atividades na confecção. Esse tipo de atividade contribuiu para a reconfiguração da força de trabalho nas áreas rurais, integrando a mão de obra de forma pendular nas cidades para trabalhar nas pequenas e grandes oficinas de costuras ou estendendo às áreas rurais o trabalho na costura e em atividades relacionadas como limpeza de tecidos e bordados nas peças, em um sistema de subcontratações. Isso levou a mudanças nas relações sociais e percepções sobre tempo e espaço.

Mapa 1 – Mapa de Surubim e localização das comunidades visitadas



Fonte: organização de Berlano Andrade (2017).

2.2 TRANSFORMAÇÕES NA PERCEPÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO

Ir pra rua é uma expressão que, no passado, rapidamente evidenciava certas demarcações espaciais e temporais. Durante o tempo em que as relações entre os *sítios* e o centro da cidade eram menos intensas comparada com hoje, o deslocamento se subordinava ao atendimento a um conjunto reduzido de necessidades que não podiam ser supridas na localidade. Uma delas é a feira semanal. Aos sábados, transportes coletivos – as toyotas e antes delas, as rurais willys – levavam os moradores para a cidade. Ir à feira possibilitava – e ainda possibilita – socializar com um número importante de pessoas. Além de adquirir os produtos de consumo que não se podiam extrair da produção própria, podia-se consultar na farmácia, ir ao sindicato e interagir com parentes e conhecidos. Nas ruas onde a feira se localiza, os pontos de transporte para as comunidades rurais são breves microterritórios dessas pessoas. Aí é onde uma pessoa de determinado lugar pode ser localizada, mas também é onde elas interagem entre si, sendo mais outro espaço de encontro como são as reuniões ou festividades em suas localidades. Nesses encontros, pessoas que não se veem nos outros dias da semana, podem trocar informações sobre a mesma localidade onde vivem. Quando a circulação campo/cidade era mais limitada, a importância desses microterritórios temporários externos às comunidades rurais era maior.

Com o decorrer dos anos, os territórios rurais em Surubim passaram por transformações que implicaram nas transformações nas percepções sobre o tempo e o espaço. O aumento populacional, como descrito anteriormente, ampliou as áreas urbanas, aumentou a necessidade de trabalho em vários setores na cidade, como no setor de serviços, e acompanhou mudanças nas práticas de consumo e acesso a bens. Nas periferias da cidade, e mesmo nas comunidades rurais, multiplicaram-se os estabelecimentos que oferecem mercadorias que atendem novas necessidades. Tais necessidades reorientam práticas e estimulam padrões diferentes de deslocamentos – além de sociabilidades. A possibilidade de compra de automóveis leva a uma individualização no transporte e amplia a mobilidade.

Como destaca Carneiro (2008), há hoje uma heterogeneidade no espaço rural de forma que não se trata mais de reconhecer diferenças entre os “de fora” e os “de dentro” da localidade. Segundo a autora, isso se deve às combinações referentes à origem dos atores sociais e suas posições em relação ao território que ampliam essa diversidade: há os que moram na localidade, mas trabalham fora; há os que residem fora, mas trabalham no local, a exemplo de técnicos, funcionários de agências dos correios e trabalhadores nos postos de saúde. Essa

heterogeneidade também se expressa na forma como cada um se apropria dos bens materiais e simbólicos dessas localidades. Ainda no interior desses espaços rurais, deve-se destacar o aumento das atividades não-agrícolas. Com isso, podem-se visualizar os processos pelos quais incidem em práticas e representações dos atores sociais.

Em Surubim, enquanto cidade de porte médio, faz-se sentir mais intensamente o impacto das diferentes interações resultantes dos fluxos campo e cidade, a exemplo da expansão da atividade das confecções. Os ciclos das chuvas que marcam os ritmos de trabalho na agricultura ao longo do ano tendem a coexistir com o calendário da produção de vestuários. As categorias *inverno* e *verão*, que correspondem às épocas das chuvas e da estiagem, passam a ser acionadas juntas com a temporalização da produção “mais forte” e “mais fraca” da confecção. O trabalho relacionado ao Polo de Confecções não apenas permite que outros ritmos de tempo sejam incorporados nas relações de pessoas residentes nas localidades rurais, mas como um processo integrante da dinâmica capitalista promove um redesenho nas circulações de pessoas e mercadorias, redefinição de territórios e a produção simbólica sobre os mesmos.

Harvey (2014) afirma que a história da mudança social é “em parte apreendida pela história das concepções de espaço e tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções” (p. 201). O final do século XX marcou uma profunda transformação político-econômica do capitalismo. Para Harvey, o conceito de *acumulação flexível* expressa as transformações caracterizadas pela quebra da rigidez do modelo fordista de acumulação. O modelo de organização da produção muda, as grandes concentrações industriais dão lugar a esferas menores, espalhadas pelo globo e a mão de obra passa a ser cada vez mais subordinada a uma estrutura de subcontratação de modo que tire a pressão dos custos do trabalho, o que acarreta no aumento da sua precarização. Se uma importante característica do capitalismo é fomentar a produção de formas rápidas e baratas de comunicação e transporte, de modo a garantir o barateamento final da mercadoria, é preciso dizer que esta “geografia do capital” acarreta impactos na própria racionalidade das relações sociais.

Trabalhos recentes que vêm lidando com o rural nordestino a exemplo de Cavalcanti (2011), que trabalha com o conceito de *regiões globais*, mostram processos de globalização que inserem determinados lugares às vinculações mais estreitas a agendas internacionalizadas. Mais ainda, no caso pesquisado por essa autora, a produção de frutas irrigadas no Vale do São Francisco, se focaliza, “a globalização acentuada pela hipermobilidade do capital, considerando

seus efeitos nas práticas sociais, políticas, econômicas, em especial, no trabalho e na vida dos trabalhadores.” (p.137-138). Ainda segundo a autora,

esses movimentos, aparentemente hegemônicos do capital, contrapõe-se a mobilidade de populações, expressa através de processos migratórios e guerras por reconhecimento que tendem a se multiplicar no presente. (p. 138).

Em outro trabalho, Cavalcanti (1999) procura mostrar como no contexto da globalização, velhas e novas formas de dominação se apresentam no mesmo contexto, revelando as possibilidades e impasses que surgem nos confrontos diários entre os atores envolvidos.

Assim, deve-se pensar como os espaços urbanos e rurais veem se relacionando. Estes, não podem ser tomados como antagônicos e dissociados do contexto global. Cavalcanti (2014) fala sobre os desafios e possibilidades que se abrem para a compreensão dos vínculos, entre o local e o global, e que precisam ser desvendados “em suas nuances, no intrincado jogo de forças em que se enredam os que são lançados no processo de transnacionalização, sem se descuidar da sua contraparte, o nacional” (p.137). Conforme atesta Flores (2010), a mobilidade deve ser vista em suas distintas dimensões de forma a atentar como elas remetem a hierarquias sociais e espaciais. Para a autora, deve-se ir além das compreensões dos lugares de origem e destino e compreendê-los em suas capacidades de circular, de recorrer a espaços e de se apropriar deles *produzindo territórios* participando da criação de riquezas e de novas identidades. Nesse sentido, deve-se considerar a produção desses territórios dotados de lógicas próprias, uma vez que ao aproximar socialmente espaços geograficamente distantes, estabelecem entre si sociabilidades distintas.

O que este trabalho propõe não é apenas situar as transformações analisadas em um contexto mais geral da atual dinâmica do capitalismo, mas articulá-lo, em sua compreensão, com as expressões dessas transformações observadas em uma escala reduzida ao nível das unidades familiares. As reconfigurações orientadas pela dinâmica do capital se relacionam de forma desigual e combinada com as diferentes práticas sociais de uma economia, que, como será visto, caracteriza-se pela ainda presente produção agrícola convivendo, muitas vezes de forma articulada em algumas unidades familiares, com o trabalho fabril da produção de vestuário. Nesse sentido, é importante observar como formas de disciplinamento do trabalho podem estar se relacionando com as diferentes esferas produtivas ou passando por mudanças. Thompson (2015) argumenta que a transição para a sociedade industrial acarretou numa reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho. Isso faz com que o autor questione até que

ponto isso se relaciona com mudanças na notação interna de tempo. As atividades agrícolas que marcaram a vida e o trabalho dos antigos *sitiantes* poderiam ser descritas por aquilo que Thompson chama de *orientação por tarefas*. O tempo é medido pelas tarefas realizadas e estas são subordinadas aos ciclos da produção muitas vezes relacionados com as estações climáticas. As transformações recentes no espaço rural têm permitido que se observem mudanças nas subordinções em relação ao tempo. Os territórios passam a incorporar essa maior diversidade e formas de relação com os espaços mais amplos de forma que as tradicionais separações entre o rural e o urbano se tornem insuficientes para abarcar tais configurações.

Assim, ao focalizar as relações entre os atores sociais, deve-se procurar compreender como essas dinâmicas ganham forma. Durante minha pesquisa de campo, pude perceber como a demanda para o trabalho na produção de roupas de jeans implicava no reconhecimento da necessidade de realizar as diferentes etapas de montagem da roupa umas próximas das outras ou por meio de uma circulação rápida entre esses materiais. No STR, pude, por intermédio de uma de suas diretoras, conversar com uma agricultora que também trabalha na costura. Ela me informou que possui uma pequena unidade produtiva na *comunidade* dos Tatus que recebe peças de jeans de uma *fábrica* local e que por sua vez subcontrata mão de obra de pessoas da localidade e de *comunidades* vizinhas. Em um determinado momento, a diretora pergunta se haveria peças que pudessem passar para ela costurar. A resposta é que não poderia, “porque você mora na cidade”. Ceder parte da produção para alguém de uma localidade distante da sua é correr o risco de não ter a produção pronta a tempo de entregá-la a *fábrica*.

Para garantir uma maior rotatividade do capital, os territórios rurais de Surubim procuram se adequar à expansão das unidades produtivas que produzem roupas e demais atividades relacionadas ao Polo (vendas, lavagem de peças de jeans etc.). Espaços próximos se relacionam pelo fluxo de mão de obra e de peças, integrando-se, ao mesmo tempo, que ampliam a circulação de transportes que garantem a subcontratação de unidades familiares ao levar peças.

2.3 CASA: LÓCUS DE ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

A realização do trabalho de campo permitiu o acesso as casas de várias famílias nas áreas rurais de Surubim. Em alguns momentos estive acompanhando os dirigentes do STR em suas visitas aos associados, nas casas de alguns deles onde eram realizadas reuniões das

associações de agricultores e moradores e, principalmente, o trabalho na costura. Pude, com isso, perceber especificidades na relação da casa rural com o espaço agrícola e a produção e comércio de vestuários. Foi possível, com isso, notar transformações e permanências. Em algumas casas, os encontros se deram nas cozinhas, locais privilegiados para as *conversas*. Em outras, era recebido em salões adjacentes às casas pois em função das jornadas de trabalho na costura, eram onde as pessoas passam a maior parte do tempo. As casas mais antigas têm procurado adequar sua divisão espacial às novas exigências laborais. Se antes a sala era o local de visitas, simbolicamente associado à figura masculina (Heredia, 1979), agora se converte em espaço misto, onde homens e mulheres dividem espaços e responsabilidades. Junto com o aumento do número de pessoas que não trabalham em atividades agrícolas, surge nos espaços rurais um modelo de arquitetura semelhante as das áreas urbanas.

O desmembramento da pequena propriedade tem sido possível em parte graças a diminuição do peso das atividades agrícolas para muitas famílias. É possível notar casos em que o retorno à propriedade familiar ou a sua divisão quando um dos membros inicia uma nova família nuclear ocorre, por exemplo, porque alguns indivíduos embora morem no campo, trabalham em atividades não-agrícolas. Iniciar um novo ciclo próximo espacialmente aos parentes leva a consequências na tensão relacionalidade/individualização no interior da família. De fato, a distribuição espacial mais ampla nunca inviabilizou os vínculos entre os parentes. Pensando nas casas de famílias populares, Duarte & Gomes (2008) argumentam que uma de suas características é a ampla e intensa circulação de pessoas (parentes, vizinhos e agregados). Para os autores, existem diferentes modalidades de experiência de casa, tais como “casa da família”, “casa da família e local de passagem” e “casa da família e local de morada”. Nesse sentido, o que quero pontuar é que as transformações que têm ocorrido nos espaços rurais em Surubim revelam outras experiências de casa e a elas devem se dar a devida atenção pois elas permitem explicar a reprodução de relações sociais, nesse caso estudado, em um contexto de interação entre espaços rurais e atividades industriais vinculadas à confecção.

É por meio das transformações no espaço doméstico, e em especial a *casa*, que se pode compreender as mobilidades e a organização social das unidades familiares. É através dele que as atividades laborais agrícolas e na confecção, são realizadas. É ali onde as sociabilidades são construídas e fortalecidas. A vinculação ao trabalho nas confecções ocorre graças as redes de parentesco, amizade e *conhecimento* que muitas vezes são tecidas e acionadas no interior das casas. Ainda como espaços de sociabilidade, é preciso destacar que as residências também

podem cumprir o papel de aglutinadores para as ações coletivas. São nas suas varandas e áreas externas às casas que algumas reuniões são realizadas¹⁹.

Woortmann (1980) destaca que *casa* sempre é pensada como a contrapartida material da *família*: a casa é o *locus* de realização do grupo doméstico. Nesse sentido, a afirmação *trabalhar em casa* tem consequências na estrutura material e simbólica. Ainda segundo o autor, a casa é o espaço ritual onde os seus membros interagem, é o lugar da reprodução da força de trabalho de seus membros individuais e da família. A partir do seu interior, as famílias constroem o seu próprio mundo e se relacionam com o mundo externo. Esta temática vem sendo explorada por vários autores que têm se dedicado às sociedades camponesas. Em trabalhos como os de Garcia Jr (1983) e Heredia (1979), o objeto de investigação é a organização interna das unidades camponesas. A atenção destes trabalhos se centra na família entendida como unidade de produção e consumo, na divisão do trabalho familiar e nas relações sociais em que ela se baseia. O espaço da *casa*, para esses autores, pode ser pensado como ordenador das relações de produção e consumo. A oposição *casa-roçado* explica o núcleo da organização da unidade camponesa, que se apresenta como especificidade do ponto de vista da organização da economia. São oposições que organizam as esferas de trabalho e não trabalho que devem ser mais compreendidas: a *casa* é onde se materializa a formação de uma nova unidade doméstica (garante a evolução do ciclo familiar); o *roçado* é onde se fornece, direta e indiretamente, os meios materiais que garantem semanalmente o consumo doméstico. Contudo, é na *casa* onde o consumo doméstico se materializará em todo o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (Fortes, 2011).

Ainda segundo estas etnografias, se o *roçado* pode ser lotado em diferentes lugares, isto é, pode haver variações dos locais em que se materializa, a *casa* é um ponto fixo. A *casa* ainda é um lugar de reprodução material (alimentos) assim como de regras e formas sociais (ideologia). Aqui a aproximação com a casa kabyle analisada por Bourdieu (1999) se torna nítida. No seu estudo, revela-se que os papéis estão inscritos em cada ator. O homem respeitável deve estar à vista dos outros e não dentro da casa. As atividades biológicas comer, dormir, procriar são banidas do universo propriamente cultural e se encontram ao abrigo da intimidade e dos segredos da natureza que a casa representa, mundo da mulher consagrada a gestão da natureza e excluída da vida pública.

¹⁹ Geralmente, em função da quantidade de pessoas a maioria das reuniões ocorrem em igrejas, escolas, casas de farinha ou mesmo em sedes próprias.

A sala de visita (lugar de chegada, de sociabilidade) e a cozinha (onde se realiza as atividades de preparo) revelam tal distinção. Conforme ainda mostram Garcia Jr (1983) e Heredia (1979), o excedente produzido pelo roçado é comercializado nas feiras com o objetivo de adquirir produtos que os camponeses não podem produzir. Mas a renda ainda é complementada com a criação de animais de pequeno porte. O *terreiro* onde se faz corpo com a casa é o espaço onde a mulher realiza suas atividades. A ela cabe a distribuição e preparo de alimentos para os animais (porcos, galinhas, patos). Este trabalho feminino vincula-se com o controle dos alimentos para alimentar os animais. A criação e produção do *roçado*, segundo estes trabalhos, permitem um mecanismo importante: o da *precisão*. Trata-se da possibilidade de vender parte desses produtos para adquirir bens mais duráveis como roupas, sapatos etc.²⁰ Ou seja, bens superiores à demanda semanal que é suprida nas feiras. A criação ainda deve ser entendida como função complementar ao roçado uma vez que a renda monetária por ele proporcionada permite suprir despesas da órbita feminina, como a compra de objetos indispensáveis ao consumo doméstico. Nesse sentido, o recurso monetário extraído da venda da criação e da produção da roça permite ao homem repor os instrumentos de trabalho e à mulher os instrumentos de consumo. Pode-se concluir ainda que a criação é tanto objeto como instrumento de consumo.

Brandão (1995), por sua vez, mostra em sua pesquisa no Alto Paraíba que a *casa* é entendida como uma extensão doméstica do trabalho familiar. Assim, é em função das estratégias do seu exercício que ela é pensada e construída. Como ele ainda afirma, a existência de quartos separados, a de uma sala com uma mesa livre dos encargos da cozinha é um sinal urbano de prosperidade.

Essas etnografias são úteis menos pelas semelhanças com a minha pesquisa e mais pelos contrastes que para mim constituem importantes pistas que me permitem me debruçar sobre as mudanças nas unidades familiares analisadas. Se nesses trabalhos, que oferecem descrições válidas para a realidade rural surubinese, principalmente de décadas anteriores, vê-se exposições sobre relações entre espaço, produção, consumo e os papéis sociais dos segmentos de gênero e geração, aqui tomo esses tópicos para examinar as transformações nos espaços rurais. O trabalho doméstico na confecção não é apenas uma forma alternativa ou complementar de renda. Ele tem possibilitado um protagonismo feminino na organização interna das unidades familiares. Mesmo sendo um trabalho precário, que maciçamente não oferece garantias

²⁰ Nas palavras de uma agricultora na *comunidade* da Barra da Onça, “ter bicho é assim... uma poupança”.

trabalhistas, as mulheres têm sido a principal mão de obra nessas atividades. Tem passado por elas o trabalho na costura ou em atividade relacionadas (bordado, *aprontamento*, limpeza) nas áreas rurais levando a mudanças na disposição simbólica no interior das casas. Concordo com Miller (2013) quando afirma que “a moradia implica contornos de poder e escala que tornam questões tão íntimas como nossos relacionamentos pessoais dependentes de forças muito maiores” (p.120-121). Ao inserir uma máquina de costura em um cômodo que antes era íntimo ou que era pertencente a esfera do masculino, converte-se em espaço misto. As opções outras de trabalho que não a atividade agrícola e a capacidade das mulheres de administrarem seu rendimento relativiza a rigidez dos papéis de gênero que antes marcavam as sociedades camponesas. Nesse sentido, a ideia de Brandão (1995) de que “Todos os espaços são feitos para serem úteis e, não, cômodos” (p. 187) estabelece consequências importantes. Faz com que se torne lógica as mudanças espaciais e simbólicas nos espaços domésticos.

Ao visitar a residência de uma das costureiras no Mimoso, pude presenciar uma regra comum nas áreas rurais – também encontrada nas casas populares das cidades. Ao entrar, o morador da localidade, que me acompanhava, retirou as sandálias o que levou a negativa da moradora da casa que afirmou que esta estava suja e por isso sujaria os seus pés. Essas breves trocas de palavras são muitas vezes frequentes durante essa regra. Os vizinhos e parentes mais próximos evitam levar a “sujeira” para dentro da casa e com isso deixam seus calçados na parte de fora. A menor familiaridade e, no caso descrito aqui, a presença de uma pessoa de fora levam a pedir que entre calçado.

Conforme nas casas vão se transformando a sua divisão espacial em função da readequação ao trabalho na confecção, essa regra tende a ficar obsoleta. Quando os cômodos no interior dessas são os lugares onde as atividades são realizadas, convertem-se em espaço de grande circulação de pessoas e objetos. Com a especialização na atividade, a casa é ampliada e o novo local para o trabalho se torna o acesso principal à residência e às pessoas que ali vivem. É onde eles serão encontrados quando procurados, onde muitas vezes as conversas serão realizadas.

2.4 CASA E MOBILIDADE

Deve-se acrescentar que quem realiza cada forma de trabalho não se aliena das demais atividades da unidade familiar. João, nos finais de semana e feriados se junta a Maria e ao outro

filho do casal nas atividades na roça. Durante a pesquisa pude registrar múltiplas funções desses atores. Mulheres que se dividem em até triplas jornadas com atividades agrícolas, na confecção e domésticas. Homens que se dedicam centralmente em atividades na agricultura e pecuária, mas que desprendem algumas horas de seu tempo para ajudar as esposas no trabalho na confecção. Contudo, deve-se destacar a ambivalência desse processo que se expressa seja nas tendências a coexistência de mais de uma atividade na rotina individual ou da família como especializado em uma única atividade. Joana procura um meio de vida distinto dos familiares que trabalham na agricultura. Tanto Maria como seu outro filho de 20 anos, são alunos de um curso de costura industrial oferecido pela prefeitura em uma escola rural em uma **comunidade** vizinha. Ante as dificuldades de permanência no trabalho agrícola que vêm surgindo, famílias vão buscando formas alternativas de reprodução social.

O caso da família anterior registra também a opção em permanecer na zona rural, mesmo que não necessariamente trabalhando em atividades agrícolas. O trabalho descentralizado na costura, que pode ser realizado nas próprias residências tem se tornado uma forma pela qual pessoas têm permanecido nas **comunidades** de origem ou mesmo retornado a elas. Roberta (39 anos) nos ilustra bem essa situação:

– Há quanto tempo você trabalha na costura?

– *Há uns dois anos aqui, né? Porque eu já trabalhei fora, em Toritama.*

– Por quanto tempo?

– *Dez anos. Porque aqui não tinha trabalho. Aí a gente foi e aprendi lá a trabalhar e depois vim para cá.*

– Por que você decidiu voltar para cá?

– *Porque melhorou, né... trabalhei dez anos aí juntei um dinheirinho e comprei as máquinas e comecei a trabalhar em casa porque era melhor porque minha mãe já tava de idade... aí ficava melhor para ela e para mim. Porque é outra coisa tá em casa.*

Moradora na **comunidade** onde se encontram seus familiares, em especial sua mãe viúva e idosa que requer cuidados, ela vê na atividade da confecção uma possibilidade de estar próxima espacialmente da família. Esta opção implica dizer que seus laços com a **comunidade** eram mantidos nos anos em que morou em Toritama. Sua ida a esta cidade também passou por sua relação com a **comunidade**. Foi por meio de uma conhecida do mesmo local que foi convidada a ir trabalhar em Toritama.

Beatriz (39 anos), após fazer um curso de costura, passa dois meses trabalhando em Toritama graças a contatos de pessoas da mesma **comunidade** que viviam lá. Depois desse

período em que só voltava para sua casa aos fins de semana, consegue trabalho em Surubim, onde diariamente realizou um movimento pendular da zona rural para a cidade.

– Você foi para lá [Toritama] só para aprender a costurar ou estava pensando em ficar?

–*Tava pensando em ficar por lá não. Assim... foi um começo, para mim a costura, mas eu pensava mesmo era em costurar em casa um dia.*

Quando os filhos nasceram, ela passa a ficar em casa. Mas a passagem nessa mesma atividade em Surubim lhe possibilita ter um capital para iniciar o trabalho em casa.

– Qual foi o capital que você usou para comprar as máquinas?

–*As máquinas que eu tenho hoje em casa eu tenho porque, assim, há anos atrás meu esposo tinha emprego fixo, registrado e o meu o que eu ganhava pela costura era como se fosse meu e com ele eu fui comprando as máquinas e quando eu vim para casa, eu já tinha todas as máquinas.*

Tanto Beatriz como o seu esposo exercem atividades na agricultura. Contudo, eles buscaram ao longo dos anos outras formas de sobrevivência. Ela na costura, ele se assalariando em Recife, só retornando para casa nos fins de semana. Com a perda do emprego, ele procura outras atividades para sobreviver, incluindo trabalhar junto a esposa, a quem o ensina a costurar.

Os casos de Roberta e Beatriz oferecem pistas para pensar as mobilidades face as mudanças nas relações produtivas que estão ocorrendo nesse local. A forma como se referem à casa quando estavam em outros lugares – *em casa* – mostra que seu ponto de referência continuou sendo a **comunidade** de origem, onde se encontra a rede familiar. Este ponto de referência permite visualizar a **comunidade** como algo mais amplo que a circunscrição espacial. Seria algo como uma *comunidade moral* (Comerford, 2014), que considera os que no momento não estão lá, mas que são considerados, os que se reconhecem em alguma obrigação com o grupo ou que os seus integrantes são multilocalizados. Nesse sentido, não se pode pensar a casa como um lugar de imobilidade dos que ali vivem, mas como um espaço também de trânsito. Onde as pessoas *a partir dela* procuram circular em busca de outros meios de sobrevivência. Conforme coloca Marcelin (1999):

A casa não é somente um bem individual transmissível, uma coisa, um bem familiar, uma ideologia. Ela é uma prática, uma construção estratégica na produção da domesticidade. Ela também não é uma entidade isolada, voltada para si mesma. A casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas. Ela é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção — no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma *configuração*. (p. 36-37)

Assim, ante as novas mobilidades que vem se desenhando nas áreas rurais de Surubim, este olhar sobre as casas pode permitir compreender as *práticas de mobilidade*. Deve-se acrescentar ainda que essas práticas constroem aquilo que Flores (2010) chama de *território migratório*, ou seja, um espaço organizado e significativo que mantém uma lógica própria,

(...) donde se crean nuevas formas de sociabilidad, se construyen redes, se elaboran estrategias, se encadenan migraciones locales, regionales, nacionales e internacionales, y se establecen los vínculos entre los agentes que posibilitan la inserción de los trabajadores a los distintos mercados laborales (p.13).

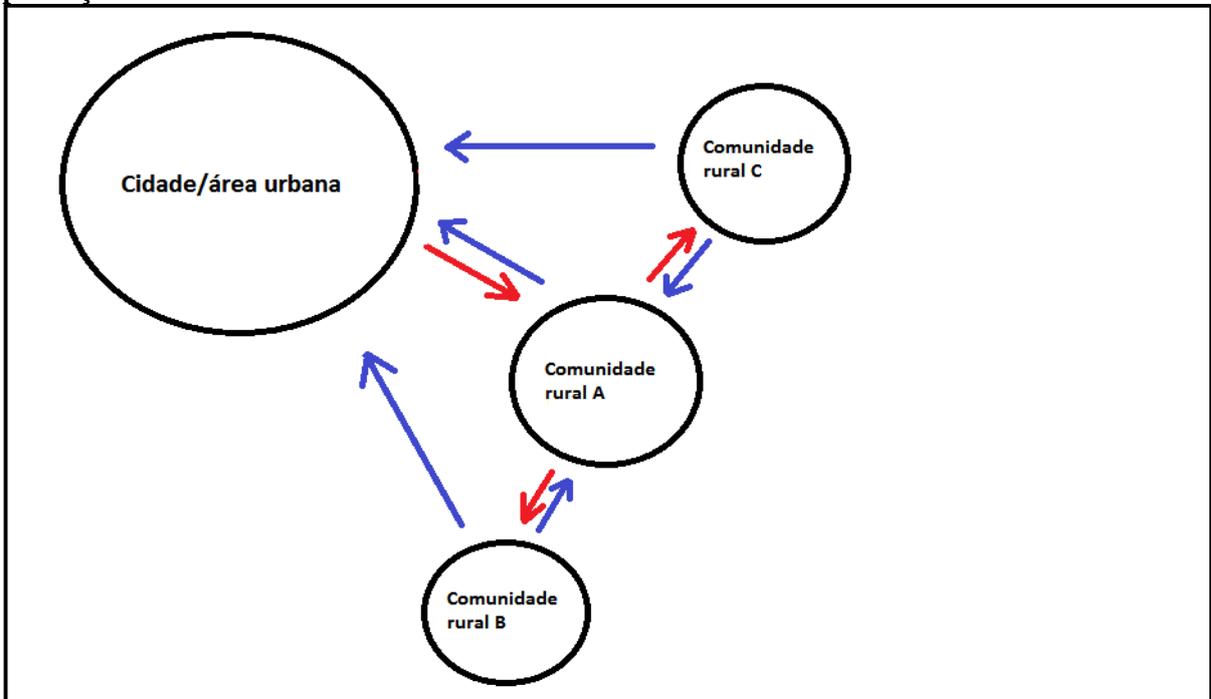
A noção de *território migratório* permite compreender todo esse processo que vem ocorrendo nas áreas rurais de Surubim ainda a situando em uma dimensão mais ampla – tanto histórica como geograficamente. Nesse sentido, pode-se tomar os espaços domésticos e a casa como fios que possibilitam visualizar essa configuração.

Os casos anteriores de Roberta, Beatriz, Maria e João permitem observar que no território rural de Surubim as migrações se adequam também a algumas variáveis: distância do centro da cidade, possibilidade de maior ou menor acesso a vias que levam direto aos principais centros de produção e comércio da confecção – Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru – e as redes de contato. Mimoso, onde residem Roberta e Beatriz, localiza-se mais afastado da rodovia estadual PE-90 (no Mapa 1, a linha vermelha na horizontal) que dá acesso as principais cidades do Polo. Um dos primeiros bairros que se encontra ao se dirigir para a *rua* é a do Coqueiro que mantém algumas unidades produtivas de confecção. Nessa situação, a relação casa e mobilidade se apresenta da seguinte forma: as pessoas que moram nessa *comunidade* e nas vizinhas se relacionam, via o trabalho na confecção, com o bairro do Coqueiro promovendo uma circulação casa-trabalho diária que do ponto de vista do grupo doméstico constitui uma possibilidade de permanência no lugar através do emprego de mão de obra não-agrícola. Inversamente, as unidades produtivas de maior porte, as *fábricas* e *facções*, na área urbana próxima a essas *comunidades* fazem circular a matéria-prima da produção de vestuário, pela proximidade entre as partes (contratante e subcontratado) garantindo uma circulação mais rápida da mercadoria e com isso a diminuição do custo da mesma.

Com isso, observa-se uma maior integração bairro urbano e *comunidades* rurais. Como me relataram dois agricultores numa atividade promovida pelo CMDRS, numa *comunidade* próxima a Tamanduá, Gangungo, é conhecido um grupo de trabalhadores numa das confecções no Coqueiro que alugam uma toyota que os levam diariamente da casa ao trabalho. Também se faz notar uma integração entre comunidades rurais que se vinculam através da oferta de trabalho

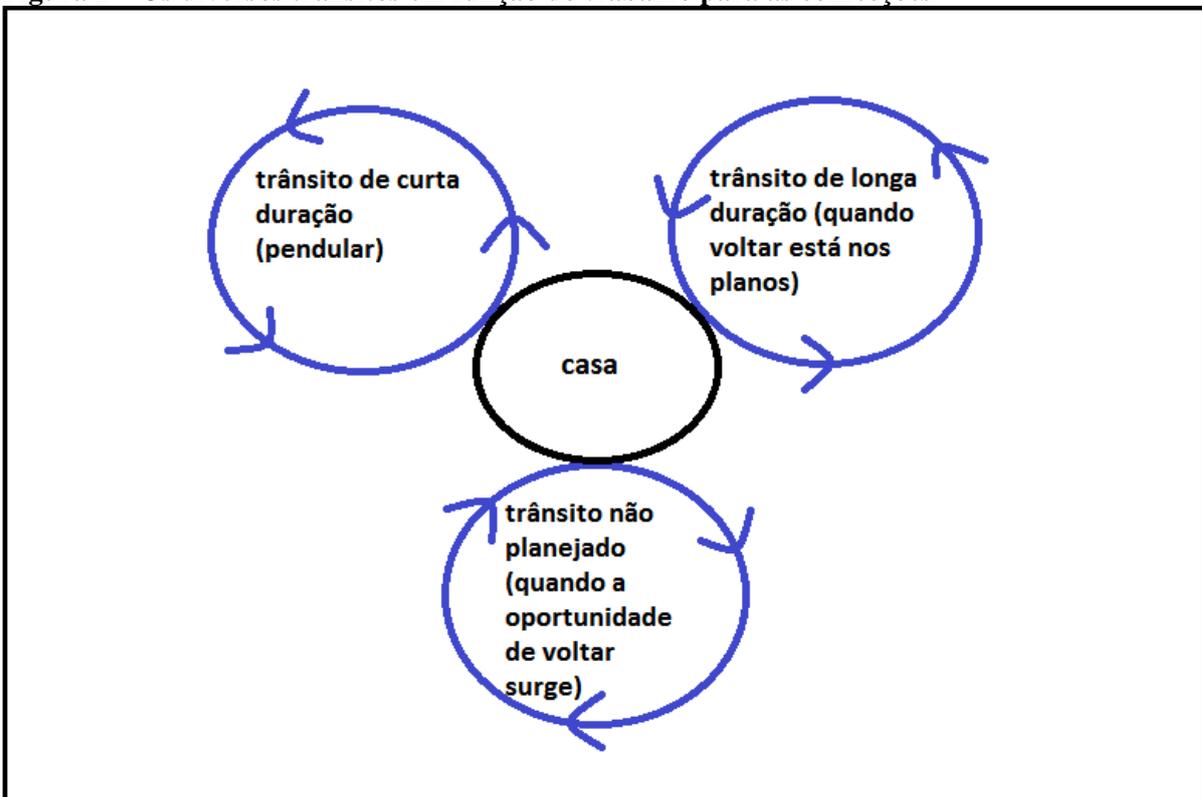
subcontratado. Em todos esses casos, o disciplinamento do tempo promovido pela produção de vestuário organiza a produção de uma territorialidade.

Figura 1 – Fluxos de mão de obra (setas azuis) e de matérias-primas (setas vermelhas) para a produção de vestuários



Fonte: organização de Berlano Andrade (2017).

Figura 2 – Os diversos trânsitos em função do trabalho para as confecções



Fonte: organização de Berlano Andrade (2017).

A Figura 1 apresenta uma das formas de integração dos territórios por meio da circulação de mão de obra e de matérias-primas, a partir dos exemplos dos espaços rurais próximos ao bairro do Coqueiro. Contudo, outras *comunidades*, a exemplo de Mocotó, Jucá Ferrado e Lagoa da Vaca, ao se localizarem nas proximidades da rodovia estadual PE-90 permitem um trânsito intermunicipal diário. Dispondo dos transportes coletivos que passam em grande número ou mesmo alugando algum junto com parentes e vizinhos, promovem outra possibilidade de migração e de acesso ao trabalho. Esses exemplos trazidos aqui, permitem mostrar que mesmo numa escala municipal coexistem algumas variações nas formas dos territórios se relacionarem e com isso das mobilidades serem tecidas.

Assim, a Figura 2 permite, também a partir dos casos aqui apresentados, capturar como a circulação de pessoas pode ganhar forma. O trânsito pendular representa a possibilidade de se manter vinculado ao local de origem quando migra para trabalhar numa atividade fora. O trânsito de longa duração trata das migrações em que pessoas se estabelecem em outras moradias, mas a perspectiva de retorno é presente principalmente porque o trabalho em escala familiar permite instalar unidades produtivas em vários lugares. Por fim, uma variável que tem que ser considerada. Procuo chamar de “trânsito não planejado” quando uma perspectiva inicial de migração sem retorno se converte em retorno. Ela se apoia na disposição dos atores sociais de se encontrarem em movimento na busca do trabalho de forma que a oferta de atividades relacionadas à confecção nas suas *comunidades* de origem os estimulem a voltar. Empiricamente, essa variável é sustentada pelas informações de Fusco e Vasconcelos (2010) anteriormente citados que mostram que o Agreste pernambucano, entre os anos de 1970 e 2000, se destaca como área de atração de emigrantes, em um fluxo inverso ao que aconteceu nos anos anteriores e Lyra (2005) que em seu trabalho também atenta para os retornos para Pernambuco com a emergência da *Sulanca*.

A partir da Figura 2, compreende-se melhor que a casa não se constitui como uma unidade isolada nesse processo de fluxos. Ela faz parte de uma *configuração* (Marcelin, 1999) na qual só se faz compreender no contexto de uma rede de outras casas. Essa vicinalidade, como explicam Pina-Cabral & Godoi (2014), enquanto categoria analítica assume que os espaços de morada tendem a ser agregar territorialmente segundo lógicas plurais como amizade, interesse político, geração, afinidade etc. Com isso, forma-se um “conglomerado aberto com importantes implicações para a ação social, que coexistem e interagem com outras formas mais instituídas de agrupamento (tais como aldeias, linhagens, partidos, etnicidade, classes etárias etc.) sem elas se dissolverem.” (p.13). Assim, ao tomar as casas como *locus* para analisar os processos

referentes a transformações nos territórios em Surubim e seus desdobramentos para as mobilidades, deve-se considerar conjuntamente as outras casas que formam uma relação e tornam possíveis se constituírem umas em referência as outras.

Essas questões são reveladoras das novas configurações do trabalho e da vida de homens e mulheres. Elas permitem que se direcione o olhar para compreender como emergiu e como se caracteriza o Polo de Confecções do Agreste para em seguida compreender como ele se relaciona com as áreas rurais. Assim, pode-se passar para esta questão no próximo capítulo.

3 DO CAMPO PARA A CIDADE E DE VOLTA PARA O CAMPO: SURUBIM E A FORMAÇÃO DO POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

3.1 O CAMPO DA PESQUISA E A PESQUISA DE CAMPO

Ao lidar com um aglomerado produtivo que se organiza em grande medida em escala domiciliar e vem se estendendo aos espaços rurais estabelecendo novos arranjos territoriais, pude observar a palavra *crise* compreende uma categoria de interpretação dos eventos muito mais ampla do que uma dinâmica estritamente econômica. A crise pode ser referida para expressar um julgamento moral para aqueles que não foram bem-sucedidos na empreitada de montar uma pequena *facção*, embora vários motivos a levam a isso e a efemeridade na forma como se insere nesse tipo de trabalho lhe é característica. Quando é usada como marcador temporal, equipara-se a outras comumente utilizadas pelos agricultores-confeccionistas: o *tempo da seca, na época em que as chuvas eram mais regulares, na época de papai*. Esse evento, a crise na produção de confecções, não relacionado ao que tradicionalmente se entende como modo vida camponês se converte em referência na sua produção simbólica.

Além de entender a crise como expressão de uma inteligibilidade dos fenômenos, ela é um fato da própria dinâmica do capitalismo e representou um momento de dificuldades no Polo. A visita a uma das *comunidades* foi bastante ilustrativa. A negociação para visitar a *comunidade* do Mimoso dependia basicamente da disponibilidade de algumas pessoas para serem entrevistadas. Mais à frente soube que estar disponível significava estar presente no local. A dificuldade em encontrar as pessoas em suas residências se dava porque a ausência de peças para a costura as faziam ir para outros lugares em busca de trabalho. Ter peças de roupas para serem costuradas era uma garantia de lhes encontrar em casa. Conforme notado, a ausência de pessoas nas *facções* revelou, por sua vez, que a origem de alguns destes não era daquela *comunidade*, mas de vizinhas. E conforme me seria relatado, pessoas das proximidades frequentemente vão ao local perguntar se há alguma vaga de trabalho.

Durante as primeiras visitas às *comunidades*, as pessoas com quem dialoguei recorreram diversas vezes a crise econômica tanto como um marcador temporal – a produção era avaliada em contraste entre aquele momento e meados de 2014 – como uma chave para explicar a oscilação nas vendas e também uma forma de elucidar porque algumas famílias conseguiram se manter no ramo enquanto outras não. No nível da pesquisa, a crise que se

abateu na confecção se constituiu numa oportunidade para compreender a situação estudada. Por ser uma situação atípica, ela relevou mais imediatamente uma série de detalhes da estrutura produtiva que procurei analisar. Mostrou como o trabalho e o deslocamento de trabalhadores se articulam através de uma forma de atividade informal. Como registra Thompson (2001), um episódio ou uma situação atípicos servem para descobrir normas surdas. Nas palavras dele, “um motim ilumina as normas de anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados” (p. 235).

Ao tomar a dimensão da crise econômica e de seus desdobramentos nas configurações das relações sociais no Polo, converto-as em fio de onde parti minha investigação.

3.2 DA HELANCA DO SUL À FEIRA DA SULANCA

Várias manchetes de jornais e matérias para o rádio e televisão tendem a assumir uma narrativa que descreve a formação de um espaço fruto de um empreendimento de homens e mulheres simples que diante das incertezas de trabalho, em especial na agricultura, transformaram um ambiente sem nenhuma ajuda oficial. Uma manchete do Jornal do Comércio em 14 de dezembro de 2014 destaca “a força empreendedora do homem do interior” que foi provada com o surgimento e consolidação do Polo de Confecções do Agreste²¹. No documentário Sulanca (1986) da cineasta Kátia Mesel filmado na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, um dos entrevistados afirma: “numa terra semiárida, onde a agricultura não ajuda, a pecuária não dá e com a criatividade do povo e a coragem do nosso povo estamos hoje numa boa nesse Nordeste brasileiro”.

A força dessa narrativa opera numa tentativa de explicação das origens da *Sulanca* e na construção de uma imagem do empreendedor, o sujeito que protagonizaria a modernização e racionalização do território do Polo²². Em grande medida ela se articula com outra narrativa presente na região: a da seca. A irregularidade das chuvas e os desdobramentos decorrentes disso constituem elementos que influem objetivamente na vida de homens e mulheres no Nordeste, em especial dos que dependem de atividades agrícolas como modo de sobrevivência.

²¹<< <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/12/14/polo-de-confeccoes-do-agreste-da-sulanca-a-industrializacao-160371.php> >> Acesso em julho de 2017.

²² Espírito Santo (2013) oferece uma discussão importante do uso local das noções *sulanqueiro* e *empreendedor* a partir da sua pesquisa. Para o autor, as duas expressões são variações do par tradição/ modernidade e expressões ideal-típicas dos conflitos sociais naquela região. Assim, elas devem ser analisadas nas sua relação, oposição e continuidade.

Contudo, deve-se dar atenção à construção de um discurso mais generalizado que é também instrumentalizado e direcionado a busca de objetivos. Afinal, como lembram Taddei & Gamboggi (2010), a interação entre clima e sociedade é cultural e socialmente mediada, o que faz, por exemplo, com que este seja usado para dar sentido a disputas políticas. Da mesma forma que a crise econômica, localmente, *seca* pode incorporar outros sentidos ou, como verifiquei na pesquisa de campo, ser mobilizado por diferentes grupos sociais numa série de disputas por afirmações indentitárias, nos termos propostos por Cavalcanti (2011). Muitas vezes percebi que entre os integrantes dos movimentos sociais rurais *seca* é uma categoria relacional a qual só pode ser mobilizada conjuntamente com a de *alternativas*. Nas reuniões, assembleias e programas de rádio²³ se vê a repetitiva necessidade de recorrer às diversas políticas e projetos voltados a permanência do homem no campo alternadas com as constatações das mudanças no regime das chuvas. Paralelamente ao projeto desses movimentos, sustenta-se outro, mais identificado com os aglomerados urbanos e o latifúndio e que através das elites locais se faz manifestar nas estruturas políticas e instituições do Estado. A necessidade de evidenciar essa diferenciação é importante para fazer perceber os mecanismos de disputa ideológica e de conflito de projetos que opõem diferentes segmentos tomando como ponto de partida a construção da percepção das consequências da seca.

A história da *Sulanca* tem sido construída no imaginário local, em grande parte, por meio da articulação dessas duas narrativas. Apesar de uma série de trabalhos acadêmicos, alguns de caráter etnográfico como será visto ao longo desta dissertação, desconstruírem os pressupostos dessas narrativas e mostrarem outras dimensões que explicam a origem e desenvolvimento desse território das confecções, é importante situar essas construções enquanto concepção prática que mobiliza pessoas e, como afirmado, projetos. Tratam-se de categorias locais que estarão presentes em várias situações como aparecerá ao longo dos capítulos.

A história da formação da *Sulanca* é uma história das mobilidades. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco existe em função dos fluxos de pessoas e mercadorias. Como afirmam Burnett (2014 a) e Rabossi (2008), o fenômeno denominado *Feira da Sulanca* emergiu entre as décadas de 1950 e 1960 em Santa Cruz do Capibaribe através do aproveitamento dos retalhos oriundos de Recife – à época um importante polo têxtil nacional –

²³ O STR de Surubim tem um programa de rádio semanal chamado A Voz do Trabalhador Rural transmitido aos sábados entre as 18h e 19h.

e num segundo momento dos retalhos dos rejeitos da indústria têxtil vindos de São Paulo. A palavra *sulanca* seria uma corruptela das palavras “sul” e “helanca”, ou seja, a helanca vinda do Sul, referindo-se a São Paulo. Tanto Vêras de Oliveira (2011) como Silva (2009), lembram ainda que essa expressão passou a marcar os produtos de baixa qualidade, de preços baixos e voltadas às populações de baixa renda.

Esse aglomerado comercial das confecções surgiu, desenvolveu-se e está inserido numa zona de transição entre os dois sistemas de exploração agrárias que se opõem social e politicamente, mas economicamente se complementam: o Nordeste da cana de açúcar e o Nordeste do gado (Andrade 2005)²⁴. Por Agreste se entende a zona que incorpora características dos dois Nordeste, mas se diferenciando pela existência da pequena propriedade e a policultura. A ocupação dessa área ocorreria posteriormente às entradas ao que hoje é o Sertão. Para o autor, só após a guerra holandesa no século XVII ela foi economicamente integrada ao Nordeste.

Furtado (1964) argumenta que o povoamento dessa região se fez com os excedentes populacionais da Zona da Mata durante os longos períodos de decadência da economia açucareira. Lembra que a economia de subsistência já era encontrada na época colonial a partir das ocupações de populações negras foragidas do sistema escravista, como os que formaram o Quilombo de Palmares. Com a abolição da escravatura haveria uma intensificação da transferência de população, o que provocou importante adensamento demográfico no Agreste. Isso o fato de que somente nessa região (e em outras similares como as Serras do Ceará) o homem teria encontrado possibilidade de sobreviver com base numa economia de subsistência. Essa população que não encontrava emprego nos latifúndios, sejam açucareiros ou pecuários, sobreviveria na zona agrestina “até que o desenvolvimento urbano passou a atraí-las e se abriram as correntes migratórias para fora do Nordeste.” (p.164)

Lins (1981), historiciza as modificações socioeconômicas que se sucederam na região agrestina²⁵. Para ela, três fases devem ser distinguidas: uma primeira de predominância da pecuária extensiva que ocorreu dos fins do século XVII ao começo do século XIX; a segunda

²⁴ É a partir dessas diferenças consagradas pelos nordestinos desde o período colonial que, segundo Andrade, se constituiriam a divisão do Nordeste em áreas diferenciadas entre si pelo clima e pelas diferentes formas de ocupação da terra e uso econômico: Zona da Mata, Agreste e Sertão. O autor ainda considera necessário acrescentar outra área, a Oeste, o Meio Norte.

²⁵ Este trabalho está baseado nas contribuições de Mario Lacerda de Melo. Em obra dedicada as características da região agrestina (Melo, 1980), este autor a toma no plural, *Agrestes*, de forma a reconhecer a sua diversidade interna.

da expansão algodoeira e da introdução do café, que durou até meados do século XX; e, por fim, a da expansão da pecuária leiteira em detrimento da lavoura em geral. Para a autora, essas fases ganharam a seguinte configuração: na primeira, o povoamento é escasso; na segunda, a participação do algodão e do café na economia local acarretou um crescimento demográfico elevado; na terceira, observa-se intensos deslocamentos populacionais. É na segunda fase que se generalizou no Agreste o regime da *parceria*²⁶ pelo qual o proprietário cede parte de suas terras para que o *parceiro* a cultive, mediante acordo de divisão dos produtos da lavoura. Com a terceira fase, ocorre a ampliação da bovinocultura em função da produção leiteira. Nesse momento, a produção algodoeira entra em declínio – o café já havia perdido alguma relevância –, e a *parceria* declina uma vez que para o fazendeiro interessa mais a ampliação dos pastos para o seu rebanho do que a participação na safra obtida pelo *parceiro*. Para Palmeira *et al* (1977) esse processo pode ser entendido pela oposição entre *terra de trabalho* e *terra de gado*. Como lembra Suarez (1982), a expansão da pecuária intensiva eliminou velhas relações de produção baseadas no sistema de parceria e das várias formas de relação cultura de subsistência *versus* pecuária que ocorriam no interior da grande propriedade. Com base nessas argumentações, pode-se afirmar que a cotonicultura, junto com a *parceria*, possibilitaram a reprodução da agricultura camponesa e que o avanço da *terra de gado* junto com a crise na produção algodoeira incidiram nos deslocamentos populacionais. Esse processo contribui para compreender o surgimento da *Sulanca*.

Lira (2011), procura analisar o processo histórico que levou ao surgimento da atividade das confecções em Santa Cruz do Capibaribe, situando as transformações decorrentes da dinâmica da cotonicultura e da pecuária no Agreste de Pernambuco. Para a autora, ao tentar encontrar uma solução para a crise agrícola, o município passou a se dedicar à produção da *sulanca*. Anteriormente, a cidade exercia uma atividade artesanal no ramo calçadista, conhecidos como *lambe solas*, que foi substituída pela atividade das confecções. Os retalhos eram utilizados para a produção de colchas e tapetes; e com o tempo para a produção de roupas infantis e rústicas para o trabalho no campo. Rapidamente essa produção passaria a ser comercializada na feira local. O documentário *Sulanca* (1986) registra algumas cenas interessantes. Numa delas, pode-se ver em uma pequena propriedade rural uma mulher trocando peças da *sulanca* por galinhas. O áudio ao fundo informa que os produtos eram vendidos aos *galinheiros* – atravessadores que compravam ou trocavam mercadorias produzidas pelos

²⁶ Localmente, o regime de parceria é expresso na categoria *alugado*.

camponeses – e que por sua vez trocavam por galinhas. Na cena seguinte, uma costureira identificada como pioneira nessa atividade afirma que produz para os *galinheiros* do local que vendem cobertas para o Sertão. Bezerra (2011) também registra em seu trabalho o papel desses atravessadores na circulação dessas mercadorias que seria ampliada nacionalmente com as redes de parentesco e amizades estabelecidas a partir da incorporação dos retalhos trazidos do centro industrial de São Paulo (Burnett, 2014 a) à produção local.

Os trabalhos de Gomes (2002) e Lyra (2005) procuram abordar as redes sociais que se instalam e promovem a circulação de pessoas e retalhos. No caso de Lyra mais especificamente a atenção é dada ao processo de retorno de migrantes, entre 1970 e 2000, ao município de Caruaru. Para ela, as redes de relações sociais estabelecidas e consolidadas pelas rotas de ônibus Caruaru-São Paulo-Foz do Iguaçu supõem uma rede de comércio tanto formal como informal que se estabelece entre o sul do país e o Agreste pernambucano que reforça a relação com a família e a própria economia familiar. Gomes (2002), ao investigar o comércio de retalhos no bairro do Brás, em São Paulo, identificou entre os migrantes que iniciaram essa atividade pernambucanos, de Santa Cruz do Capibaribe e cidades circunvizinhas, que seguiam o fluxo da rota comercial uma vez que todos os dias saíam caminhões levando toneladas de resíduos e retalhos²⁷ e que ao retornarem serviam como transporte para os migrantes. Para os migrantes que permaneceram em São Paulo, o comércio de retalhos se converteu em uma das formas ou condições para sua sobrevivência nessa cidade.

Assim, esses fluxos de pessoas e mercadorias na qual estão integrados retalheiros, *sulanqueiros*, muambeiros, atravessadores e mercados promovem uma estrutura informal de produção, de comercialização e de consumo popular muito próxima daquilo que Ribeiro (2009; 2010) chama de “globalização popular”. O comércio da *sulanca* é, em certa medida, uma das expressões das rotas tecidas por trabalhadores migrantes diante das reconfigurações promovidas com a integração das economias regionais além da redefinição da divisão regional do trabalho em todo o país desde da década de 1930 (Oliveira, 2008).

Durante minha pesquisa de campo, a dinâmica migratória que possibilitou essa configuração ficou evidente quando os pequenos agricultores e confeccionistas me explicavam suas trajetórias de vida. Felipe é um caso exemplar. Morador da *comunidade* do Jucá Ferrado, ele me falou que ainda muito jovem migrou para a Zona da Mata com o objetivo de trabalhar

²⁷ Gomes descreve os *retalhos* como os cortes de tecido que medem um metro no mínimo. Os *resíduos*, por sua vez, são as pequenas tiras de tecido que variam de tamanho não ultrapassando 30 centímetros, no geral.

na Usina Trapiche em Sirinhaém, litoral sul de Pernambuco. Essa migração era facilitada pelos transportes da empresa que arregimentavam os trabalhadores da localidade. Segundo ele, essa seria sua rotina por 10 anos. Também por um período de 10 anos viveu em São Paulo, antes de voltar e se envolver na atividade das confecções, tendo aprendido a costurar com sua esposa. Trajetória parecida à de João (50 anos) e Maria (44 anos), moradores da *comunidade* Lagoa da Vaca. Há trinta anos, quando se casaram, assumiram a rotina de ir para o *sul* em determinadas épocas do ano para trabalhar em uma usina de cana de açúcar, retornando no *inverno*, e logo depois migraram para São Paulo,

- Por quanto tempo vocês ficaram nessa rotina indo para o *sul* e voltando?
- *Eu passei dois anos. Aí eu parei porque tive filhos e ele ainda foi para o sul e aí, depois, foi para São Paulo e trabalhou em uma usina, de pintor (...)*
- Você passou quantos meses lá?
- *Dois meses.*
- E ele?
- *Dois meses também. E aí no Rio passamos mais de ano.*
- E ele trabalhou em que lá?
- *Zelador, a profissão dele é isso.*
- E quando você voltou para cá?
- *Com dois anos. Aí eu vim e ele ficou. Aí tem 19 anos de vez que a gente que estamos aqui de vez.*

No total, João migrou três vezes para o Rio e uma vez para São Paulo. Como destacou Maria, “quando as coisas apertava, tinha que procurar emprego”. Essas trajetórias revelam uma diversidade de estratégias de reprodução social – em especial, entre os que procuram manter seu vínculo com a agricultura familiar. Atentando às dimensões morais que podem estar incidindo na construção de suas práticas, a fala de Maria destacada logo acima, não é isolada. Ao questionar sobre as diversas atividades que homens e mulheres recorriam para sobreviver, ouvi como resposta um princípio de que se deveria sempre estar em busca, ou “correndo atrás” de algo que permitisse a sobrevivência de sua família. Uma chave para entender esse processo passa por tomar esse princípio quando compreendemos a articulação entre trabalho e mobilidades.

Assim, é importante complexificar o surgimento e a consolidação da *Sulanca*. Inscreve-se em estruturas mais amplas e profundas e que não podem ser explicadas pela narrativa do

surgimento autônomo via a criatividade de homens e mulheres empreendedores²⁸. Deve-se considerar o *território migratório* (Lara, 2010) e o que torna possível sua reprodução e, a partir dele, tomar como historicamente as diferentes migrações que foram utilizadas na região possibilitaram que a *Sulanca* se tornasse possível. Dessa forma, deve-se cruzar as trajetórias de vida que, por exemplo, fazem com que uma pessoa possa em diferentes momentos recorrer a diferentes articulações de trabalho e migração com as configurações e reconfigurações nas relações de trabalho que acionam redes nas quais as mobilidades são tecidas.

Uma outra dimensão que se deve ter em mente e que ajuda a compreender a argumentação anteriormente colocada, é considerar a *ordem moral* do universo camponês (Woortmann, 1990) que torna possível a *Sulanca* e, desde a sua origem, o trabalho das costureiras nas zonas rurais. Mais do que isso, o *sistema sitiante* oferece um conjunto de lógicas, práticas e organização dos atores sociais que tornam possíveis a estruturação desse universo. Nesse sentido, Burnett (2014 a) ao investigar as práticas socioeconômicas que instituíram a *Feira da Sulanca* percebeu que,

Esses costumes são de origem essencialmente rural, ligados à pequena propriedade da região, chamada de *sítio*, e ao trabalho agropastoril da família no seu domicílio. O mercado desse universo agropastoril é historicamente a *feira livre* para onde convergem os *sitiantes* e local improvisado para as sociabilidades da população rural agrestina. (p.10-11)

De acordo com Woortmann (1983;1995), entende-se por *sítio* um sistema de espaços diversificados – compreendendo aqueles físicos e sociais – que são complementares e articulados entre si. Sua organização e práticas são, segundo ela, “informados por uma lógica, uma estratégia e um saber – ou um “know how” – que possibilitam a reprodução camponesa nesse contexto regional” (1983:164). Ainda segundo a autora, é preciso também descrever o *sítio* como um território de parentesco na qual articula o conjunto de *sítios*, formando um bairro rural. O *sítio* pode, a partir dessa descrição, ser compreendido no que Sabourin (2009) aponta como os princípios de base das comunidades camponesas no Brasil: parentesco, localidade, sentimento de pertencimento e reciprocidade.

As feiras livres constituem uma dimensão muito importante para os pequenos produtores rurais no Agreste. Para Martins (1981), constitui-se em local privilegiado do comércio desses atores. Estudos desenvolvidos por Palmeira (2014), Garcia (1983) e Garcia Jr (1990) realizados na Zona da Mata pernambucana e no Brejo paraibano procuram compreender

²⁸ Ideia também compartilhada por Souza (2012), Milanês (2013) e Burnett (2014 a).

os circuitos das feiras que mobilizam a circularidade de mercadorias e pessoas em um conjunto de lugares além do caráter complementar a agricultura. É nesse sentido que Garcia (1983) descreve a feira como um meio que possibilitou aos pequenos produtores do Agreste uma forma de lutar contra a expropriação relacionada ao avanço da *terra de gado* que vinha inviabilizando sua produção camponesa. Dessa forma, pode-se compreender que a combinação entre agricultura e *negócio*²⁹ constituiu uma garantia de reprodução social desses atores sociais e a transferência de atividades para a *Sulanca*. Isso é ilustrado no próprio início da *Feira da Sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe quando mulheres começaram a ocupar um determinado espaço para negociar as peças. Em entrevista para Burnett (2014 b), dona Creuza, identificada como uma das pioneiras da *Sulanca*, recorda que a feira começou na rua Siqueira Campos para em seguida ser expandir para outras ruas.

Interessante notar que essa articulação entre o trabalho agrícola e a atividade nas feiras continua existindo agora sob a comercialização das confecções. A *comunidade* do Jucá Ferrado foi o local onde isso ficou mais evidente. Várias unidades familiares se dedicam à produção de peças de custos mais baratos para serem vendidas nas feiras. É o caso da família de Felipe. Em um salão construído ao lado de sua casa, junto com sua esposa e uma prima desta trabalham produzindo calças tactel³⁰. Todas as etapas de produção são realizadas no local: do corte de tecidos ao acabamento. Ocorre que além de produzir, sua esposa e ele vendem o produto diretamente em Santa Cruz do Capibaribe e em Caruaru, onde na primeira cidade ele cuida de dois bancos no Calçadão³¹ e na segunda ela cuida de um banco, que não está regularizado junto à administração municipal. Em sua unidade familiar, ainda se trabalha na agricultura e na criação de animais de pequeno porte, a chamada *criação de terreiro*. Além do caso da família de Felipe, no Jucá Ferrado há outras unidades familiares que também produzem e vendem seus próprios produtos nas feiras. Destas, há os que ainda mantêm uma divisão com a atividade agrícola como os que já se especializaram na confecção. Mas também há pessoas no local que se dedicam a comprar as peças dos vizinhos para revender nas feiras. A quantidades de pessoas

²⁹ *Negócio* aqui se refere ao que Garcia Jr (1990) observa como as práticas comerciais nas feiras.

³⁰ Tactel é um tecido feito de fibras sintéticas.

³¹ Hoje conhecido como Calçadão de Confecções Miguel Arraes de Alencar, constitui em uma feira livre com piso e cobertura localizado no interior da área do Moda Center Santa Cruz. Antes de 2014 quando foi inaugurado, os feirantes utilizavam o mesmo local para vender seus produtos por meio dos bancos de madeira com coberturas de lona, em uma situação de trabalho bastante precária.

no local que se dirigem à feira nos dias de segunda é tão significativa que a Associação de Produtores Rurais da localidade transferiu o seu atendimento aos associados para as terças³².

Além dessas considerações, deve-se compreender que as feiras não podem ser tomadas apenas como espaços de comercialização de produtos. Afinal, é preciso destacar a natureza social das relações econômicas. Na música “Moça de Feira” (1957) de autoria de Armando Nunes e J. Portella e interpretada por Luiz Gonzaga, um trecho diz: *Se não chover, amanhã vou passear/ comprar farinha lá na feira do Pilar*. Afinal, é nas feiras que as coisas acontecem. Esses espaços são lugares de sociabilidade e de trocas culturais³³. Burnett (2014 a), destaca as diversas estruturas características dos *sitiantes* que foram transferidos para o universo da *Sulanca*. Para ela, os núcleos familiares de produção agropastoril se transferiram para as áreas urbanas mantendo a estrutura familiar, e utilizando o espaço das feiras livres, em função do trabalho dos *sulanqueiros*. Para Souza (2012), a inserção do mundo agrícola na produção das confecções é favorecida pela estrutura que subdivide a produção fazendo com que unidades familiares localizadas nas áreas rurais realizem sob acordos informais etapas na produção das peças. Essa característica permite tanto uma transferência de mão de obra para a atividade na confecção – o que pode incluir a migração para as cidades – como um mecanismo que combina com as atividades agrícolas, complementando a renda. Nesse sentido, concordo com Espírito Santo (2013), segundo o qual a *Sulanca* é um *fato social total*: articulando costureiros, *sulanqueiros*, estilistas, associações de diversos tipos e trabalhadores dos mais variados ofícios, extrapola a moda, a economia e os mercados populares.

Apesar de hoje a região contar com empresas de grande porte, as unidades familiares constituem a grande maioria e são elas as que têm permitido uma rápida expansão da atividade da confecção. Procuro mais à frente mostrar como as diferentes esferas morais relacionadas a organização familiar camponesa tem se articulado com a estrutura produtiva do aglomerado das confecções a partir dos espaços rurais, foco de minha análise.

³² Os dias de feira na *Sulanca* e nos centros comerciais já passaram por mudanças ao longo do tempo. Por exemplo, em 2014 em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama houve alteração do dia de domingo para a segunda-feira e terça-feira.

³³ Sigaud em *Greve nos engenhos* (1980) mostra a importância das feiras para as mobilizações dos trabalhadores durante a greve dos trabalhadores nas usinas de cana-de-açúcar em Pernambuco em 1979. Eram nesses espaços que as pessoas se encontravam e com isso poderiam ter acesso às informações.

3.3 DA FEIRA AO POLO

A partir dos anos 2000 este aglomerado produtivo passa a se chamar Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Essa mudança está relacionada com as estratégias de alguns atores locais, em especial os que conquistaram maior projeção, de tentar desvincular a imagem desse universo da *Sulanca*, considerada por eles relacionada a produtos de baixa qualidade. Essa renomeação procura dar um ar de modernidade ao local.

O Polo é um dos mais importantes aglomerados econômicos da região Nordeste. Voltado para o setor de confecções de roupas, é o segundo maior polo têxtil do Brasil, perdendo apenas para São Paulo. O foco da produção atualmente tem sido a roupa casual, brim (jeans, bermudas, saias, shorts e camisas), malharia (camisetas, tops, blusas, vestidos), outras vestimentas (calças, saias, camisas e blusas), moda infantil e lingerie, tendo a produção majoritária de artigos de consumo popular (Véras de Oliveira, 2011; SEBRAE, 2013).

Como afirmado anteriormente, caracteriza-se pela predominância de micro e pequenos empreendimentos, nos quais as unidades produtivas são constituídas por empresas e unidades subcontratadas embora se registre a presença de fábricas. A estrutura produtiva é descentralizada, havendo uma divisão das etapas da produção. Isso permite sua rápida expansão, como a inclusão de áreas rurais, num processo de construção de novas territorialidades.

Localmente, as unidades produtivas são classificadas em *fábricas*, *fabricos* e *facções*. Os *fabricos* se caracterizam por serem unidades produtivas familiares, que contratam pessoas que, no geral, são parte de uma rede de relacionamentos, como parentes e vizinhos. Diferenciam-se pelo caráter informal e por certo funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários. A pesquisa de campo pode mostrar como os espaços domésticos têm se reconfigurado diante dessas unidades produtivas. Há tantos casos em que a produção é realizada no interior das casas como também em salões contínuos às residências (Imagens 1 e 2). As *fábricas*, por sua vez, se constituem formalmente, havendo uma dissociação entre a base operativa do domicílio dos patrões e por se basear na contratação do trabalho assalariado, seja em condições formais como informais (Véras de Oliveira, 2011). As *facções*, no entanto, distinguem-se pelas condições mais precárias e cumprem um papel de atender, sob a condição de subcontratadas, demandas pontuais das *fábricas* e *fabricos*³⁴. Há trabalhos subcontratados

³⁴ Algumas unidades compostas no máximo por membros do núcleo familiar e detentoras de pouquíssimas máquinas de costura não se reconhecem, contudo, como pertencentes a *facções*. Não foi apresentada nesta pesquisa

ainda mais pontuais – que não se enquadram necessariamente nessas três classificações – como bordadeiras e pessoas que limpam as peças, função conhecida como *aprontamento*. Estes cumprem atividades de remuneração mais barata e oferecem sua mão de obra seja para as *fabricas* e *fabricos* como para *facções*, numa espécie de *quarteirização* das atividades. Há ainda outras atividades que integram a produção das *facções* como a lavagem de jeans, modelagem e corte dos tecidos. Os dois últimos podem ser realizados tanto como atividade especializada como sendo incorporado nas múltiplas tarefas na pequena produção familiar. Assim, pode-se compreender esta lógica produtiva por seu caráter em rede, organizando-se geralmente a partir da base familiar, nas quais os contatos interpessoais e as redes das famílias voltadas para este trabalho exercem algum nível de influência na expansão do trabalho nas confecções.

Imagem 1 – Residência e salão onde funciona um *fabrico*



Foto: Berlano Andrade (2016).

alguma categoria que nomeie esse segmento. Isso pode sugerir continuidades entre as formas de organização da produção e mesmo hibridismos.

Imagem 2 – Interior de um *fabrico*



Foto: Berlano Andrade (2016).

Uma unidade familiar pode cuidar em seu *fabrico* de todas as etapas da produção das peças, a depender do que pretender fabricar e qual público deseja atingir. Se optar por trabalhar com peças de jeans dependerá do trabalho externo as suas unidades das lavanderias para lavagens e tingimento das peças. Excetuando-se esse caso, pode escolher um modelo de roupas em uma revista, em uma peça pronta ou atentar aos modelos que estão mais em evidência³⁵. A partir da escolha, faz a modelagem e por meio dela corta os tecidos, para em seguida montá-los. As etapas de fabricação dependerão do grau de complexidade da montagem da peça e, com isso, se a unidade possuirá ou não as diferentes máquinas para cada etapa. A depender desse último elemento e da demanda na produção, a unidade pode subcontratar mão de obra. Por fim, a unidade pode se encarregar de cuidar da própria comercialização do produto, seja por meio das encomendas a clientes fixos como nas vendas nas feiras, o chamado *pinga feira*.

Para os *fabricos*, uma questão importante é como garantir a venda das mercadorias quando estes realizam a produção por conta própria. Helena, moradora do Jucá Ferrado, garante a venda da sua mercadoria por meio das encomendas com *sulanqueiros*. Vende para compradores de Caruaru e tem um comprador fixo de Minas Gerais. A sua produção se baseia em shorts masculinos de diversas cores que ela mesmo faz a modelagem e recorta. Em sua

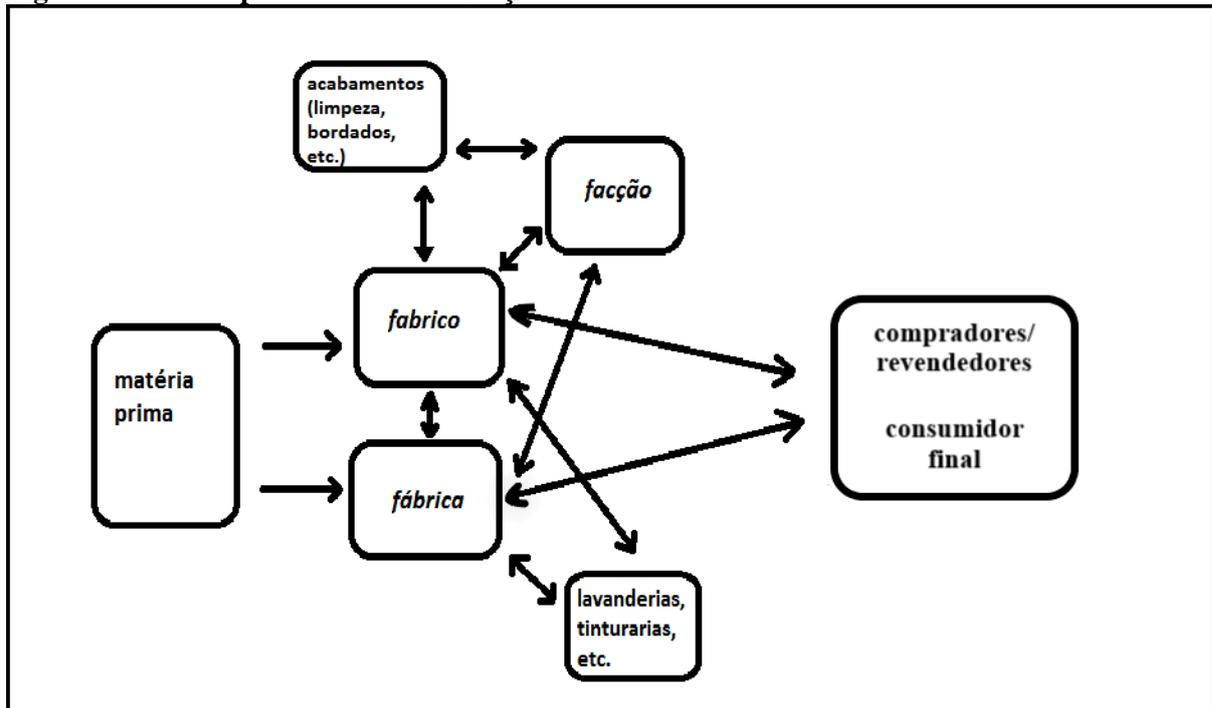
³⁵ Sousa (2012), chama a atenção para a apropriação dos modelos que vão surgindo e sendo atualizado na feira sob influência dos meios de comunicação em massa. São as *modinhas*, roupas que em determinado momento estão sendo mais utilizadas. Para a autora, as unidades familiares, por serem pequenas, tem a vantagem de mudar rapidamente os modelos.

residência trabalham com ela o esposo e um filho, além de subcontratar mão de obra de parentes e vizinhos moradores na localidade.

Para as unidades que trabalham na condição de subcontratadas, a sua remuneração depende do contratante ao invés do comprador. Em resumo, a divisão do trabalho pode ocorrer da seguinte forma. A unidade A compra tecidos, paga pela sua modelagem e corte. Em seguida, distribui entre as unidades subcontratadas (unidade B) para realizarem ou todas as etapas – caso tenham todas as máquinas e ferramentas para isso – ou uma parte delas, comprometendo-se em seguida em voltar para levar a um terceiro subcontratado (unidade C). A unidade B pode ela mesma subcontratar os serviços da unidade C para completar as etapas restantes da confecção. Nesse caso, a unidade B repartirá o seu pagamento com a unidade C. O fio que unifica as diversas unidades é a qualidade da montagem adequada ao modelo apresentado pelo contratante. Nesse sentido, ao subcontratar a unidade C, a unidade B precisa que esse garanta a mesma qualidade que lhe será cobrado pela unidade A. O bom resultado dessa montagem ao longo da cadeia da confecção permitirá que a parceria seja renovada.

Abreu (1986) ao analisar a história do trabalho a domicílio na indústria da confecção, destaca que desde o século XIX há significativa presença da indústria externa “que realiza apenas parte do sistema produtivo em um regime de subcontratação” (p.51). Presença de unidades informais, trabalho precarizado e ampla utilização de mão de obra feminina parecem ser pontos em comum com o processo analisado aqui. Os casos dos países industrializados no século XX e o caso do Brasil, segundo a autora, envolvem um emaranhado de situações que vão desde a grande empresa capitalista até o pequeno produtor independente. O que parece distinguir o caso brasileiro de outros países, para Abreu, é o peso que esses setores não-organizados ainda têm na produção do vestuário. O caso do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco corrobora sua afirmação. A seguir, a Figura 3 oferece um modelo de como essa cadeia produtiva tem se apresentado exemplarmente em Surubim:

Figura 3 – Cadeia produtiva das confecções



Fonte: elaboração de Berlano Andrade (2017).

Apesar do nome, o Polo não se restringe apenas ao Agreste pernambucano, tendo como parte de sua abrangência as mesorregiões do Agreste e da Borborema, na Paraíba. O Polo tem as cidades pernambucanas de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama como o eixo principal desse aglomerado por serem os maiores produtores de confecções e de concentrarem a comercialização, através das feiras e dos shoppings de vestuário como o Moda Center Santa Cruz do Capibaribe, o Parque das Feiras em Toritama e o Polo Comercial em Caruaru. A partir desse eixo, municípios vizinhos se subordinam a uma divisão territorial do trabalho (Lira, 2011) onde o espaço é fragmentado de forma a configurar uma área que concentra a produção e comercialização na região, oferecendo estruturas para atrair compradores de vários lugares; as cidades em seu entorno orientam de alguma forma a estrutura produtiva em torno desses três municípios, fazendo com que através deles circulem pessoas e mercadorias. É nessa lógica que vemos municípios na Paraíba sendo incorporados ao aglomerado do Polo conforme mostra Bezerra (2011).

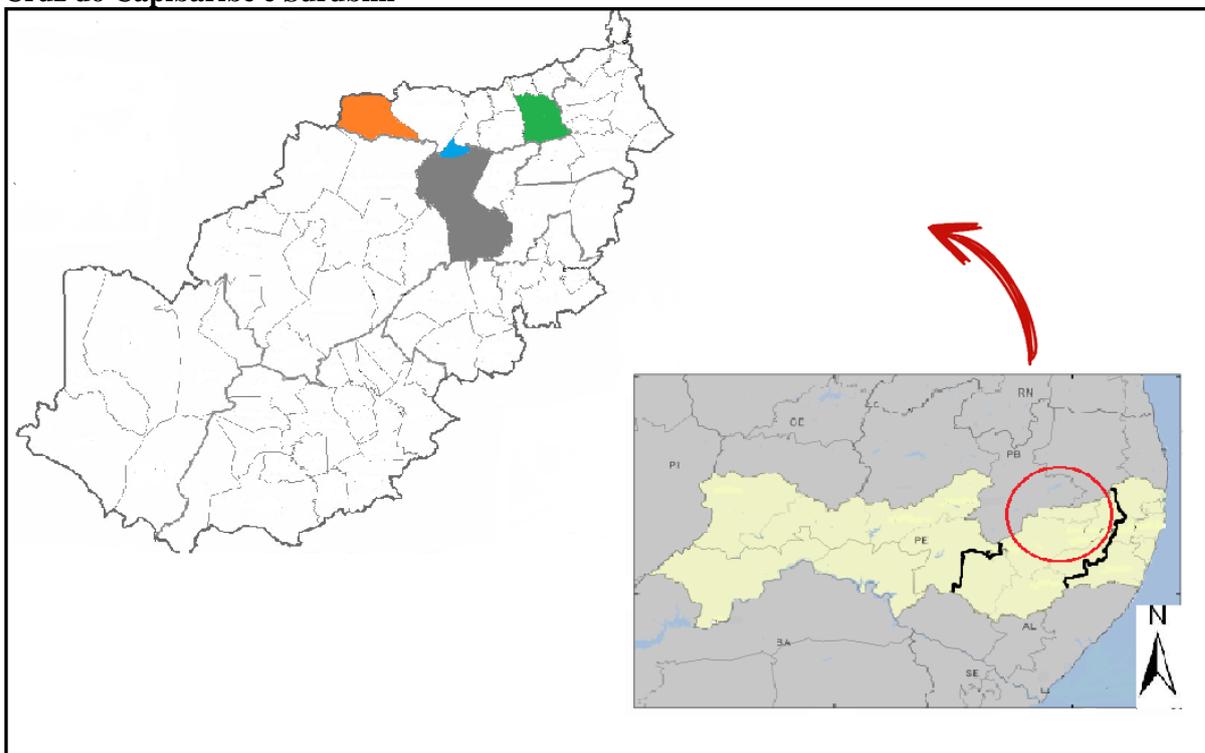
Não há um consenso sobre a quantidade exata de municípios que integram o Polo de Confecções do Agreste, além de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. O SEBRAE (2013), em relatório que procura examinar a configuração do Polo, mostra que, a partir de vários registros, pode-se compreender uma expansão da produção de confecções para além do núcleo originário. Em outras palavras, a sua expansão continua incorporando outras áreas. A pesquisa

de Lira (2011) procurou mapear esses municípios, além dos três anteriormente citados. Incluem-se³⁶: Surubim, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Santa Maria do Cambucá, Belo jardim, Frei Miguelinho, Riacho das Almas, Cumaru, São Caetano, Bezerros, Cupira, Gravatá, Agrestina, Altinho, Pesqueira, Sanharó. Como se pode ver, só os municípios pernambucanos estão listados, carecendo uma listagem dos paraibanos uma vez que a proximidade da Paraíba deduz a sua existência o que foi confirmado pelo trabalho de Bezerra (2011) que inclui os municípios de Camalaú, Congo, Monteiro, Prata, São João do Tigre e outros não especificados por ela. Estas duas listagens oferecem um ponto de referência mais seguro para compreender a caracterização do Polo. Ainda acompanhando Lira (2011), é interessante notar a participação das áreas rurais desses municípios na produção de confecções:

Riacho das Almas, com os Sítios Alto Bandeira, Atalaia, Serra Verde, Vitorino, Alagado, Cajueiro, Lagoa de algodão e as Vilas: Rangel, Peões, Trapiá e Couro D'antas; em Brejo da Madre de Deus com os sítios: Mandaçaia, São Domingos, Caldeirão, Cachoeira de Tabocas, Queimadas, Bandeiras Logradouro, Cambão, Tambor, São Paulo, Barra de Farias e a Vila de Fazenda Nova; em Jataúba com os Sítios Ipueira e Serrote Apertado, entre outros; em Santa Cruz do Capibaribe, a maioria dos sítios e em Caruaru a maioria dos sítios do 2º e 3º distritos, entre eles: Canaã, Juá, Riacho Doce, Malhada Queimada, Patos, Jacaré Grande, Dois Riachos, Caldeirão, Lages, Cachoeira Seca, Serra Verde, Serra Velha, Rafael, Palmatória e Baixio (p. 120).

³⁶ Lira inclui ainda um “etc” que não possibilita identificar quais outros municípios poderiam fazer parte.

Mapa 2 – Área de abrangência do Polo e os municípios agrestinos de Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim



Caruaru (cinza) Toritama (azul), Santa Cruz do Capibaribe (laranja) e Surubim (verde). Organização de Berlano Andrade (2017).

3.4 O MUNICÍPIO DE SURUBIM NO POLO

Surubim é tido por Lira (2011) como o quarto município de maior produtividade do Polo. Segundo dados do SEBRAE (2013), a estimativa para o ano de 2012 era que existissem 453 unidades produtivas³⁷, representando 2,4% do total dos 10 municípios analisados.³⁸ Em contraste com outros municípios, Surubim aparece em sexto atrás de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru, Toritama, Brejo da Madre de Deus e Taquaritinga do Norte.

Entretanto, essas duas informações não se contradizem. Há que se considerar ainda outros fatores como o volume de produção de peças. Sem falar que essa estimativa é limitada pelo grande número de empreendimentos informais que existem tanto nas áreas urbanas como rurais. Contudo, pode-se sugerir uma forte participação do município de Surubim no Polo.

Como afirmei anteriormente, os três principais municípios do Polo – Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama – concentram a maior parte da produção de confecções das

³⁷ Unidades produtivas é entendido por este relatório do Sebrae como empresas + empreendimentos complementares (*facções*).

³⁸ São eles: Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes.

idades e dos grandes espaços de comercialização como as feiras e os shoppings atacadistas de confecções³⁹. Para os demais, resta a sua vinculação a esses centros comerciais ou a possibilidade de que cada ator poder negociar diretamente com um comprador de fora da área de abrangência do Polo. É o caso da família de Vicente e Juliana, residentes no Jucá Ferrado. Atualmente a família se especializou na atividade das confecções, não mais exercendo alguma atividade agrícola paralela. Sua produção, localiza-se no interior da casa, é voltada para a confecção de shorts e saias, sendo que no passado produziram calças e camisas. Além deles, trabalham mais uma pessoa da família e subcontratam mais três. Para a comercialização, essa família recorre ao Moda Center e ao Calçadão em Santa Cruz do Capibaribe onde vendem diretamente a mercadoria e também vendem sob encomenda para pessoas de outros estados. Até a produção cair em função da crise, como eles relatam, compradores de Goiás, Minas Gerais, Fortaleza e Bahia encomendavam sua produção. O interessante no caso dessa família é que a produção sob encomenda oferece uma garantia maior do que as vendas em Santa Cruz ou, como expressaram, o *pinga na feira*. As vendas nas feiras dependem do interesse de compradores em um ambiente cercado de concorrentes o que faz com que se pensem estratégias de venda regulares como a adequação às tendências da moda. Como relata Vicente, “a encomenda é o que garantirá o *ganho*⁴⁰”.

A mobilidade intermunicipal é outra característica dessa divisão territorial do trabalho, para usar uma expressão de Lira (2011) ao se referir ao território das confecções. De fato, para além das pessoas que circulam nos centros comerciais com o objetivo de vender suas mercadorias, um grande contingente se desloca para trabalhar nas diversas atividades na confecção, na condição de migrantes sazonais como os que se fixam nesses municípios. De acordo com Fusco & Vasconcelos (2010), trabalhando com dados do Censo de 2000, em Toritama, quase 40% dos residentes que trabalham nas confecções eram migrantes. Acrescente-se a isso um número significativo de migrantes pendulares que trabalham em Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama mas moram em cidades e zonas rurais de municípios vizinhos.

Esses dados ajudam a enriquecer a caracterização do trabalho na confecção em Surubim. Se é possível apontar que nesse município, como informa os dados apresentados pelo SEBRAE

³⁹ O Moda Center Santa Cruz é considerado o maior centro atacadista de confecções do Brasil, reunindo mais de 10 mil pontos comerciais entre lojas e boxes, de acordo com o site do mesmo <<<www.modacentersantacruz.com.br>>>

⁴⁰ Importante notar nessa fala o uso da categoria *ganho*. Sigaud (1979), ao analisar a percepção dos salários entre os trabalhadores rurais, nota que *ganho* constitui uma forma de remuneração distinta do salário uma vez que este expressa uma forma diferente de relação de trabalho. O que vale destacar é a manutenção dessa categoria para explicar relações comerciais de outra ordem, agora relacionado ao trabalho faccionado.

(2013), havia 3.184 pessoas ocupadas nas unidades produtivas, tem-se que lembrar que um número significativo exerce o trabalho sazonal diário e semanal, ampliando a presença da mão de obra nessa atividade da confecção. Segundo Lira (2011), tanto Santa Cruz do Capibaribe como Toritama têm malha de influência ao leste do seu território, fazendo se inter-relacionar via subcontratação – e acrescentaria as migrações laborais – com os municípios de Taquaritinga do Norte, Vertentes, Frei Miguelino, Santa Maria do Cambucá e Surubim⁴¹.

Apesar de se diferenciar dos municípios que formam o núcleo desse aglomerado, em especial no que diz a sua localização na divisão regional do trabalho, Surubim tem procurado meios que possibilitem maior protagonismo junto ao Polo. Isso se apresenta na preocupação de entidades locais com a qualificação de mão de obra, o que tem feito com que a administração municipal invista em cursos de costura industrial – como será visto com mais detalhes nos próximos dois capítulos. Também o SENAI de Santa Cruz do Capibaribe, o SEBRAE e a ACIASSUR já organizaram um curso de aperfeiçoamento profissional. Por fim, a Escola Técnica Estadual da cidade oferece modalidades de cursos como o técnico em vestuário. Importante frisar que com o acesso às universidades e faculdades na região, muitos, em especial os mais jovens, podem ter acesso a cursos que possibilitam uma inserção qualificada no mercado de trabalho vinculado ao Polo como administração e design de moda. Outro ponto a destacar é a presença de empresas de grande porte em Surubim como é o caso da Rudá, voltada para a produção de jeans feminino e que vende para vários estados do país. Esse maior protagonismo tem feito com que o município integre a Rodada de Negociação da Moda de Pernambucana, por meio das empresas do município e tendo a ACIASUR como um dos apoiadores desse espaço. Como uma ação das associações empresariais da região, a Rodada tem permitido uma apresentação da produção local para compradores de vários lugares do país e também do exterior movimentando R\$ 289 milhões em negócios durante os eventos nesses 12 anos de sua existência⁴².

Surubim, assim como os outros municípios que formam o núcleo desse aglomerado – e mais especificamente Santa Cruz do Capibaribe onde surgiu a *Sulanca* – se caracterizou historicamente pela forte presença da atividade agropecuária na sua economia. A produção da cotonicultura, por exemplo, mobilizou dos pequenos produtores aos grandes fazendeiros que se tornaram uma oligarquia algodoeira que exerceram por muito tempo influência na política local.

⁴¹ A autora não nega que a área de influência desses municípios tende a ser maior abarcando municípios da Zona da Mata Pernambucana e da paraíba.

⁴² << <http://www.rodadamoda.com/apresentacao> >>. Acesso em julho de 2017.

Durante o seu auge, a indústria de beneficiamento de algodão possibilitou uma maior circulação de dinheiro no local e com o seu destaque regional, transformou-se em área de convergência e polo de várias atividades administrativas coordenadas pelo governo estadual (Medeiros, 2007). A cidade, então, destacou-se na produção dessa cultura e mais tarde a partir dos anos de 1970 quando o Agreste setentrional apresentará a maior densidade bovina de Pernambuco, Surubim, junto com Limoeiro, despontarão como os maiores criadores da área (Banco do Nordeste do Brasil, 1975). Do ponto de vista das políticas de fortalecimento das atividades agrícolas, desde o ano de 1929 o município contava com uma área destinada aos experimentos agrícolas, com maior atenção para o algodão: era a chamada Estação Experimental ou Campo de Sementeira que empregou um importante corpo técnico e mobilizou mão de obra das localidades circunvizinhas à sua sede. Como lembra Medeiros (2007), já sob o controle EMBRAPA a Estação Experimental foi perdendo espaço até encerrar por completo as suas atividades, o que ocorre no início dos anos de 1990.

Além das iniciativas do Estado para o fortalecimento das atividades agrícolas, as organizações dos trabalhadores rurais e entidades relacionadas possibilitaram um ponto de apoio a resistência e fortalecimento desses atores⁴³. Da parte do STR, que começa a se organizar a partir da década de 1960, há um empenho em garantir a defesa dos direitos desses o que ocorre muitas vezes sob conflitos, como o que aconteceu nas fazendas Parquevira, Caiana e Caiçara e, ainda na década de 1970, em Tabu onde camponeses resistiram a expulsão das terras por parte dos grandes proprietários (Abreu e Lima, 2012). No Tabu haveria uma das primeiras desapropriações para a reforma agrária do estado.

⁴³ Segundo me relatou Abdalaziz de Moura, fundador do SERTA (entidade voltada para formar jovens, educadores e produtores rurais com o foco no campo), em visita do LAE-Rural a unidade de Glória de Goitá (PE) da entidade em 2016, as origens desta remontam a uma série de intervenções em algumas comunidades rurais em Surubim, em especial as do Tabu e Lagoa do Capim, na década de 1980.

Imagem 3 – Estação Experimental em 1963 na época da silagem



Fonte: acervo de João Barbosa Neto disponível no site <http://minharuatemmemoria.ning.com>.

Imagem 4 – rua João Batista durante dia de feira (final da década de 1990)



Trata-se da parte da feira dedicada ao comércio de tecidos que no passado era conhecida como Feira do Loré. Fonte: foto tirada por Edvaldo Clemente disponível em <http://minharuatemmemoria.ning.com>.

A feira na cidade⁴⁴, em sua diversidade interna, tem desde muito tempo uma área dedicada ao comércio de tecidos. No passado, a chamada *Feira do Loré*, voltava-se para a venda de retalhos de tecidos. Hoje, vende uma variedade de produtos, incluindo peças das confecções. O caso da *Feira do Loré* é interessante porque se assemelha à história de Santa Cruz do Capibaribe onde o comércio de retalhos de tecidos está na origem da *Sulanca*. Esse dado possibilita estabelecer algumas aproximações entre as práticas comerciais dos pequenos produtores nessa região do Nordeste e com isso compreender os diversos desdobramentos que podem ter.

Com esses breves dados históricos, quero apenas pontuar que em Surubim houve outras formas de alternativa para quem trabalha no campo, fora o peso que as atividades agropecuárias exerceram ali por um longo tempo. Com isso, pode-se entender porque a incorporação deste município à dinâmica do Polo se dá em um ritmo próprio, e como a expansão do trabalho das confecções nas áreas rurais vai encontrar entidades de representação dos trabalhadores do campo.

3.5 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO NA CONFECÇÃO NAS ÁREAS RURAIS DE SURUBIM

No Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco predomina as unidades produtivas familiares. Esse perfil parece ser propício para a sua expansão nas áreas rurais. Trata-se de compreender como essas características possibilitam a reprodução do trabalho faccionado nesses locais – e que tipo de relação laboral é configurada – e quais as suas semelhanças e diferenças com as atividades nas áreas urbanas, ou mesmo procurar entender os diversos níveis de integração rural-urbano que se estabelece via atividades na confecção e venda desses produtos.

Os entrevistados destacam que foi a partir da rede de contatos, seja parentes ou vizinhos que iniciaram as atividades na confecção. Por exemplo, no Jucá Ferrado, o crescimento dos *fabricos* levou que vizinhos comesçassem a trabalhar uns para os outros. No Mimoso, algumas pessoas que já estavam trabalhando em Toritama se convertem em contatos pelos quais outros

⁴⁴ Ao longo da história de Surubim, as feiras livres não se restringiram ao que hoje é o centro da cidade. Conforme constatei em minha pesquisa anterior (Andrade, 2013) a comunidade rural do Desterro chegou a ter uma feira na década de 1930. Isso se relaciona com a capacidade dos pequenos proprietários rurais no Agreste de poder organizar a sua produção, onde as feiras são esse reflexo.

residentes da localidade puderam acessar esse mercado de trabalho. Muitas vezes, quando procuram explicar a sua entrada nessa atividade por meio dessas redes, acionam a categoria **conhecimento**. É o que mostra o depoimento de Beatriz (35 anos), moradora do Mimoso, ao falar sobre sua passagem durante algum tempo em Toritama onde trabalhou na confecção: “Aí eu conheci umas pessoas lá que eu tinha um certo **conhecimento** e fui”. Fabiano (22 anos), residente na Barra do Onça e que trabalha há quase um ano em um **traveto**⁴⁵ na cidade de Surubim, relata como sua passagem para essa atividade se deu por causa dos contatos em emprego anterior em um restaurante, no qual ele trabalhou por sete anos. Conforme outros funcionários iam migrando para o trabalho confeccionado, ele optou por essa atividade graças a essa rede:

*Esses pessoal que trabalham lá [atual unidade produtiva onde trabalha] são muito amigos meus, sabe, muitos trabalharam comigo no restaurante. Aí saíram e foram pra lá. É tudo conhecido, fui para lá conhecendo todo mundo lá. Amizades já, entendeu, **conhecimento** já.*

Esses casos sugerem que ao pensar nas redes que se constituem e permitem a circulação de pessoas, **conhecimento** é um elemento de identificação e reconhecimento entre as partes. Afinal, as redes não são tecidas entre estranhos. Reivindicar ter **conhecimento** é tornar evidente ser parte dessa interação⁴⁶.

As redes de parentesco, vizinhança e **conhecimento** explicam a capacidade de tanto fazer circular pessoas do campo para a cidade como de integrar áreas rurais ao trabalho nas **facções**. Assim, as diferentes formas de trabalho que caracterizam o Polo ganham expressão nas diversas **comunidades** em Surubim. Para além da descrição ilustrada anteriormente (Figura 03), tem-se que considerar que cada local pode adotar diferentes produções e dentro delas diversas tarefas segundo uma divisão do trabalho. No Jucá Ferrado, predomina os **fabricos** e **facções** relacionados a eles dedicados a produção de calças e shorts de baixo custo. Francisca (54 anos) oferece uma explicação dessa diferenciação da produção:

*Tem, assim, a **facção** da gente é do tipo que pega [peças de roupas dos fabricos], mas é roupa de trabalho, os shorts. É o preço mais baixo, mas é uma peça que vende diretamente. Aí chama short de trabalho só os shorts. Aí essas peças a gente pega porque ela só pega a máquina reta, aí pronto, para quem já tem interloque e overloque já pega outras peças para passar nela*

⁴⁵ **Traveto** é uma **facção** direcionada para a atividade de travetagem. Travete é uma máquina voltada para a costura de bolsos, zíperes e laterais. Também é usada para casear e dar reforço nas costuras.

⁴⁶ Souza (2012) explora a presença dessa categoria entre os **sulanqueiros** em Santa Cruz do Capibaribe. No seu caso estudado, **conhecimento** aparece como a capacidade de acumular prestígio e ter confiança na região e, em decorrência, ter crédito entre os atacadistas de tecido. Isso expressa uma rede na qual também fazem parte a vizinhança e o parentesco.

*também mas a de trabalho não precisa. Aí o dono do **fabrico** é o que tem em casa. O **fabrico** que tem no Jucá é desse tipo de **fabrico**, é desses shorts. Aí só faz passar em casa, no **fabrico** deles, cortar, pegar de volta com a gente, passar na máquina com a overloque, botar o elástico e o cordão. Aí esse **fabrico** tem no Jucá. Aí eles são os **fabricos** de shorts de trabalho, eles produzem muito, mas, é do tipo que não dá tanto trabalho como o **fabrico** grande, que é o fabrico de jeans, que não são registrados, que é em casa. Esses **fabricos** que é de jeans, essas coisas precisa de lavanderia, para levar para a lavanderia, tem que ter todo tipo de registro, ter o CNPJ.*

O investimento na atividade da confecção de jeans exige um capital maior em comparação a produção de roupas de baixo custo. A padronização das peças pode exigir um cuidado especial no corte dos tecidos, demandando um trabalho especializado, diferentemente dos **fabricos** de “roupas populares” que geralmente eles mesmos cortam os tecidos. A necessidade de vários tipos de máquinas para montar uma peça de jeans – além de outras etapas como pregar botões, lavar e tingir – vai demandar também um maior capital de giro. Assim, vários níveis de especialização surgem diante da cadeia produtiva das confecções. Pode-se pensar a partir daí duas consequências. A primeira é a que aponta um reforço para a utilização do trabalho subcontratado pelas **fábricas** e **fabricos**. Isso porque libera essas unidades produtivas de um peso maior de reinvestimento em instrumentos de produção. A segunda é que as diferentes atividades com seus graus variados de especialização permitem incorporar de várias formas possíveis a mão de obra. Francisca, esclarece que “as pessoas que não aprendem a costurar, pega para limpar peças”. Limpeza e bordado são atividades mais pontuais e que exigem menos especialização. São atividades que podem ser tanto constantes (a limpeza é uma das etapas finais na produção de roupas de jeans) como variáveis de acordo com épocas do ano (segundo o que Francisca me relatou, o bordado em peças tende a aparecer no final do ano). Este último parece sugerir também que a presença das atividades da confecção também pode ganhar um aspecto de atividade complementar em determinadas épocas do ano.

Imagem 5 – Fabrico de shorts



Foto: Berlano Andrade (2016).

Imagem 6 – Facção de vestuários de jeans



Foto: Berlano Andrade (2016).

Essa cadeia produtiva que se reajusta às possibilidades e potencialidades das diversas comunidades rurais se apoia também nas estruturas dos espaços domésticos. A remuneração do trabalho subcontratado é realizada em cima da encomenda: uma quantidade de peças é entregue e se acorda o tempo na qual o contratante irá buscá-las. Ao pagá-los, os donos das *fábricas* ou *fabricos* remuneram a unidade como um todo cabendo aos subcontratados administrar internamente o pagamento. Se, por exemplo, uma *facção* possui mão de obra externa à família,

estes deverão ser pagos pelas suas funções. Se predomina o trabalho entre membros da unidade familiar, tende a não haver uma remuneração fixa entre eles⁴⁷.

A partir desta pesquisa, quero destacar uma outra dimensão do trabalho nas *facções* nas unidades familiares em áreas rurais. Não se trata aqui de observar a reprodução de práticas do campesinato no espaço urbano diante de atividades não-agrícolas, mas de analisar nos espaços domésticos rurais como o trabalho para o Polo interage com essa *ordem moral*. Vários autores (Souza, 2012; Espírito Santo, 2013; Burnett, 2014) apontam que essa estrutura presente na *Feira da Sulanca* e em unidades produtivas nas áreas urbanas é expressão de uma sociabilidade oriunda das práticas dos *sitiantes*. Como tenho argumentado até aqui, as redes de parentesco, vizinhança e *conhecimento* mobilizam o acesso de pessoas para essas atividades e com a possibilidade dessa cadeia produtiva se organizar de forma descentralizada, temos uma configuração onde predomina o trabalho domiciliar.

Como argumenta Chayanov (1985), o tamanho e a composição da unidade familiar⁴⁸ camponesa exerce sua influência na organização da unidade econômica tanto quantitativamente como qualitativamente. No seu interior, essa organização se expressa por meio de uma série de obrigações entre os membros da família. Estas são delineadas diante da divisão sexual do trabalho e sua relação com o espaço doméstico, como descrevem Heredia (1979) e Garcia Jr (1983).

A noção de *ajuda* constitui uma dessas obrigações. Na unidade familiar, são as tarefas que, nas palavras de Souza (2012), mobilizam “a participação de todos os membros da família para auxiliar na produção e na manutenção da economia doméstica” (p. 112). Heredia (1979) mostra em sua pesquisa as diversas ajudas exemplificadas nos casos em que as crianças ajudam as mulheres em atividades como a alimentação e cuidado da pequena criação, limpeza no interior da casa ou quando vizinhas se dispõem a auxiliar mulheres que acabaram de ter filhos em alguma atividade doméstica. Ou seja, essa obrigação moral organiza as tarefas no interior da unidade produtiva⁴⁹.

⁴⁷ Essa situação encontra paralelo com as pequenas unidades produtivas de lingerie nas áreas rurais de Nova Friburgo – RJ estudadas por Carneiro & Pereira (2012). No caso por eles analisados, tende-se a remunerar o parente que não mora no mesmo domicílio. Os que habitam a mesma unidade doméstica não têm uma remuneração fixa. Segundo os autores, o trabalho dessas pessoas não é quantificado e na maioria dos casos é visto como *ajuda*. Por sua vez, Espírito Santo (2013) afirma que o trabalho *com a família* contém a prática de ajuda familiar.

⁴⁸ Chayanov aqui pensa em um modelo que não incluiu as unidades que contratam mão de obra.

⁴⁹ Silva (1995), em sua pesquisa sobre a produção familiar do bordado em Passira, Pernambuco, destaca que *ajuda* funciona como forma de socialização do aprendizado dessa atividade.

Nas comunidades rurais, a noção de *ajuda* mobiliza as tarefas nas confecções. Um exemplo é o caso de Beatriz que ajuda o esposo nas atividades agrícolas, ou nas suas palavras “sempre que eu posso, eu ajudo”. Mas no que diz respeito à atividade na confecção, na qual ela é a principal responsável na família, os filhos, um de 18 e outra de 5 anos, contribuem para a atividade: “Sim, trabalhamos eu e meu marido e meus filhos ajuda, assim, na hora de arrumar as peças, de cortar as linhas, de deixar tudo arrumadinho”. A participação dos filhos menores também ocorre no caso de Mariana (34 anos) residente em Jucá Ferrado. Tendo 17 e 16 anos, eles ajudam pela manhã quando não estão na escola:

(...) porque eles estudam. Aí eles não costuram o dia todo, costura meio período até 11h00 11h30. À tarde vão para a escola porque eu não quero que parem de estudar, porque hoje em dia sem estudo é difícil muita coisa.

Entre meus interlocutores, a *ajuda* também ocorre entre os que trabalham na confecção em outros lugares como é o caso da filha de Francisca que tem 25 anos e que mora em outra residência. Como ela explica “A minha filha trabalha costurando também. Ela costura em casa, costura na rua, quando ela vem, ela me ajuda na costura. Quando ela tá, ela costura tudo e assim vai.” Nesse caso, a *ajuda* está presente nas redes familiares como uma das várias obrigações entre os parentes que, aqui, já estão afastados do núcleo familiar.

Os casos aqui relatados sugerem a existência de mecanismos fundados numa *ordem moral* que permite o uso do trabalho familiar na confecção. Os mesmos que orientam tarefas nas atividades agrícolas. Pensando o caso dos *sulanqueiros* em um bairro popular em Caruaru, Espírito Santo (2013) destaca a oposição entre trabalhar com a família e com os de fora sendo a confiança um critério importante, principalmente em um universo caracterizado pela informalidade. O trabalho com a família, vizinhos e conhecidos é, segundo um dos interlocutores do autor, uma busca pelo trabalho por conta própria.

Essa constituição, familiar e informal, tem permitido a reprodução precária das relações laborais. A subordinação aos acordos informais de trabalho coloca os trabalhadores das confecções em situações de vulnerabilidade. Se por um lado, um subcontratado tem que seguir os padrões das peças de forma a garantir uma qualidade no produto, eles não podem exigir como contra partida regulamentação nas relações trabalhistas⁵⁰. E no interior da família, como

⁵⁰ Infelizmente não poderei explorar com mais fôlego as ambiguidades das relações de trabalho entre contratantes e subcontratados nas confecções. Mas destaco que diante desse universo de relações informais pude perceber mecanismos muito próximos ao que James Scott (2002) entende como *estratégias cotidianas de resistência*. Elas aparecem quando subcontratados “comem” tecidos, ou seja, gastam uma quantidade maior no corte de peças ou quando buscam mais de um contratante como forma de evitar uma dependência a um único *fabrico* ou *fábrica*.

destaca Espírito Santo (2013), torna-se ambíguo o par *ajuda*/exploração. É nesse sentido que ao desacelerar a produção, como é o caso da *crise* descrita no início do capítulo, muitas unidades produtivas fecham ou então as pessoas migram a procura de trabalho em outros *fabricos* ou *facções*.

A persistência da informalidade, segundo Vêras de Oliveira (2011), é um dos elementos constitutivos dos Polo e tem facilitado a reprodução dos empreendimentos de diversos portes ao mesmo tempo que esta característica inibe uma incorporação mais ampla dos empreendimentos locais a dinâmica capitalista. Segundo dados do SEBRAE (2013), nos dez municípios analisados, 80% das unidades produtivas são informais enquanto apenas 20% formais. Ainda segundo esses dados, Surubim apresenta uma baixa taxa de informalidade comparado com os demais tendo 67% informais. Esses dados confirmam que a informalidade predomina nas *facções*. Deve-se interpretar esses números a partir da definição de *nova informalidade* discutida por Lima (2013). Segundo este autor, é necessário atentar a redefinição deste conceito que incorpora a dinâmica do capitalismo globalizado e as transformações da produção e dos mercados de trabalho. Trata-se de incluir as mudanças relativas à desregulamentação econômica, à flexibilização das relações de trabalho e à “desterritorização” da produção e internacionalização dos mercados. Como destacam Lima & Soares (2002) o caráter familiar da produção junto a uma estrutura que facilita a “troca de emprego”, ou seja, leva os subcontratados a mudarem de subcontratantes de acordo com as ofertas explicam este perfil informal no Polo.

O debate sobre formalidade/informalidade e inserção no capitalismo global ganha neste caso especificidades que devem ser analisadas. Tem sido argumentado aqui como determinadas esferas morais vinculadas originalmente a um conjunto de práticas, valores e sociabilidades dos *sitiantes* contribuíram para o surgimento e reprodução da *Sulanca*. Nesse sentido, a ideia de *economia moral* proposta por Thompson (2015) oferece uma chave de interpretação importante. Para o autor, trata-se dos pressupostos éticos e morais baseados nos costumes, tradição e consenso popular. Scott (2002), por sua vez, procura ampliar essa noção, incluindo os princípios de reciprocidade e subsistência ligados a um conjunto de direitos e deveres mútuos que orientam as práticas de resistência - que na maioria das vezes são expressas em práticas

rotineiras e através de expressões difusas e fragmentadas - ante os grupos sociais com maior poder⁵¹.

No momento em que o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco vem cada vez mais se inserindo à dinâmica do capitalismo global, reproduz aquilo que Harvey (2014) entende como *acumulação flexível*. A forma como o território das confecções se vincula a esse padrão de desenvolvimento do capital merece uma análise específica que este trabalho não pode dar conta. A investigação etnográfica, contudo, permite-me fazer algumas considerações. Faz-se necessário dar mais atenção, ao tratar dos processos de transformação do capitalismo no globo nos dias de hoje sob o prisma da *acumulação flexível*, a sua configuração nas chamadas periferias do capitalismo, de forma a detalhar os mecanismos que lhe têm constituído. Também seria limitado tomar a *economia moral* de populações – no caso aqui analisado de agricultores de base familiar – como um simples contraponto e possibilidade de alternativas a um padrão hegemônico de reprodução do capital. Conforme Kofti (2016) argumenta a partir de sua pesquisa etnográfica em uma fábrica de vidros na Hungria, as diversas hierarquias morais de valor podem convergir no local de trabalho contribuindo para a reprodução da precariedade e do capital sob formas flexíveis. Alguns exemplos aqui trazidos mostram que determinadas práticas e costumes que representam uma determinada *ordem moral* têm sido úteis para a reprodução do capital como a noção de *ajuda*.

Com base nessas descrições das características do Polo e de suas dinâmicas, em especial, nos territórios rurais em Surubim, pode-se nos próximos capítulos analisar como a sua presença se relaciona com as construções de alternativas, vistas a partir das famílias e das organizações representativas desses atores.

⁵¹ Fassin (2009) destaca que é graças a James Scott que o conceito de economia moral é reapropriado pela antropologia nos Estados Unidos. Sua pesquisa sobre a economia moral de camponeses no Sudeste Asiático nos anos de 1980 permitiu a constituição de uma importante rede de pesquisas que lidam com a lógica econômica e mobilização social de áreas rurais em países em desenvolvimento.

4 A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS PELOS ATORES EM SURUBIM

4.1 OS LUGARES: OS NOMES, AS LÓGICAS E OS MAPEAMENTOS

Com as visitas às diferentes *comunidades* de Surubim, segundo observei, a construção de uma territorialidade passa também pela lógica das nomeações e dos valores atribuídos as localidades. No primeiro contato, aprendi os nomes dos lugares principais ou nomes de uma área maior com os quais todos os que nela vivem também o reconhecem. Ao adentrar nesses espaços, percebe-se que a necessidade de diferenciação dos indivíduos leva a nomeações de características geográficas e de famílias. Há as *comunidades* do Desterro e do Mimoso que são conhecidas por todos. Contudo, há também Lages do Desterro e Lages do Mimoso que apontam para uma área um pouco distante do núcleo da povoação e geograficamente distinto. Ao longo das comunidades, existem várias localidades que levam nomes de famílias ou do seu fundador. No Capim, no caminho em direção ao Desterro, há “os” Moreira⁵², uma pequena aglomeração de casas de parentes e agregados. Próximo ao Jucá Ferrado, algumas casas nas proximidades da rodovia PE-106 são conhecidas como “os” Luís⁵³. A maioria desses lugares, com nomes de pessoas ou famílias, são recentes, fruto de um crescimento nas áreas rurais, embora a prática de nomeação seja antiga.

Em um romance ambientado na zona rural de Surubim chamado O Círculo, Nascimento (1997) captura bem essas denominações quando seus personagens circulam: “Depois saiu Zefa, lá para as bandas dos Adelinos” (p.8), “Passariam pelo Gancho do Galo, pelos Mateus, pelos Cazés, em seguida chegariam ao Tambor” (p.12). Esses nomes revelam – e evocam referências a pessoas – a presença ainda significativa dos apelidos e o peso das relações de parentesco em seu interior. Por isso, os técnicos responsáveis por projetos de desenvolvimento rural já sabem e lembram aos moradores das localidades que informem seus nomes de batismo e os apelidos pelos quais são conhecidos. Muitos deles remetem ao progenitor (pai ou mãe) ou ao cônjuge. Nessas nomeações, é que se percebe como a territorialidade nesses espaços se constitui e como ela expressa reconhecimentos entre os atores. A relação entre localidade e parentesco constitui um elemento importante que se deve considerar na mobilidade de pessoas nessas áreas e na forma como o trabalho da confecção se insere nesse ambiente. Há que se entender que esse

⁵² Destaco que nesses casos os nomes das localidades são pronunciados junto com os artigos como se referissem a uma pessoa ou a um grupo.

⁵³ Não consegui informações sobre a grafia correta desse lugar.

processo é dinâmico e constante. Localidades surgem, crescem e, com isso, nasce a necessidade de se diferenciarem. Para isso, mobiliza-se todo o conhecimento sobre parentes – seus e dos outros – apresentando um mapeamento extenso. Seriam *operações de mapeamento* como apontou Comerford (2003), a partir da sua pesquisa em Minas Gerais. Para ele, trata-se de uma prática permanente de produção de referências mais ou menos contestáveis. Essa noção ajuda a explicar essas lógicas presentes em Surubim. Em ambos os casos se vê como a constituição desses “mapas” permite também exercer algum controle de quem é de fora. Por mais de uma oportunidade, quando respondia que também era da mesma cidade, questionavam-me: “quem é a tua família?”, “tu é da família de quem?”. Com isso, procuram me localizar na rede de conhecimento que têm de forma a tentar me compreender a partir de minhas ligações parentais⁵⁴.

Essas práticas, embora se reconfigurem constantemente, orientam a circulação de pessoas e objetos. Os circuitos que se constituem na circulação das produções agrícolas e das confecções, por sua vez, redesenham geografias econômicas. Harris (2013), em pesquisa multi-situada que busca compreender as transformações socioeconômicas que ocorrem ao longo de uma rota comercial que liga diferentes países como China, Nepal e Índia argumenta que vários atores envolvidos nesse processo produzem *desvios geográficos*, ou seja, “it is the interplay between the apparent fixity of certain paths or boundaries and the mobility of local individuals around such restrictions that actually produce geographies and histories of trade⁵⁵” (p.4). É a partir do nível de circulação das mercadorias que os comerciantes trocam que a autora percebe como esses atores produzem o espaço e com isso contrastam com o que o Estado tende a determinar como rotas comerciais. Nesse sentido, pode-se pensar o caso estudado nesta dissertação como um conjunto de arranjos de produção do território, de construção e redefinição de fronteiras e sua interação com as rotas de comércio formal e a classificação feita pelo Estado entre o rural e o urbano.

A delimitação do território em Surubim passa por compreender as diferentes interações produtivas no seu interior e como os atores nelas atuam, estabelecendo meios que permitam a sua reprodução social.

⁵⁴ Comerford (2003) narra que regularmente lidou com o questionamento de quem seria parente ao circular pelas comunidades durante a sua pesquisa. Para ele, essa maneira de abordar um estranho revelaria o pressuposto de que a princípio quem anda por essas localidades ou é morador ou é parente do morador.

⁵⁵ “é a interação entre a aparente fixidez de certos caminhos ou limites e a mobilidade dos indivíduos locais em torno de tais restrições que produzem geografias e histórias de comércio”, em tradução livre.

4.2 A MÁQUINA E A ENXADA: AS DIVERSAS INTERAÇÕES ENTRE AS ATIVIDADES AGRÍCOLA E DA CONFECÇÃO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Evans-Pritchard (2013), ao estudar a sociedade Nuer, nota a produção do que ele chama de *distância estrutural*, ou seja, “a distância entre grupos de pessoas dentro de um sistema social, expressa em termos de valores” (p. 123). No seu entendimento, “os valores limitam e definem a distribuição em termos estruturais e fornecem um conjunto diferente de distância” (p.123). Nesse sentido, se houver três aldeias equidistantes, duas que são formadas pela mesma tribo tendem a serem mais próximas entre si do que em relação a terceira. Ainda sobre a sociedade Nuer, o autor destaca,

Quando abandonamos os valores territoriais e falamos em linhagens e conjunto etários, o espaço estrutural é menos determinado pelas condições do meio ambiente. Uma linhagem está mais próxima de outra do que uma terceira. Um conjunto etário está mais próximo de outro do que um terceiro. Os valores atribuídos à residência, parentesco, linhagem, sexo e idade diferenciam grupos de pessoas através da segmentação, e as posições relativas que os segmentos ocupam uns em relação aos outros fornecem uma perspectiva que nos permite falar das divisões entre eles como divisões do espaço estrutural. (p.123).

A abordagem de Evans-Pritchard possibilita perceber como espaços sociais são constituídos. Como venho mostrando neste trabalho, ligações como as de amizade e parentesco aproximam socialmente espaços territorialmente distantes. Por sua vez, Godoi (2014) destaca que em situações de reprodução de grupos doméstico e residenciais em que alguns de seus membros são impelidos a migrar, não significa, por isso, a perda do território: suas vidas passam a ser multilocais e seus territórios de vida e trabalho descontínuos. Essa possibilidade de entendimento ocorre pois, para a autora, a produção do território se baseia na apropriação, controle, usos e atribuições de significados sobre uma parcela de um espaço.

O caso por mim estudado mostra essas diversas configurações que dão forma aos territórios em Surubim. Por meio do segmento de trabalhadoras e trabalhadores das confecções, os espaços das comunidades rurais e bairros urbanos são redefinidos de forma a aproximar uns em função dessa atividade produtiva. As redes sociais ligam membros das unidades familiares nas diversas cidades que compõem o Polo, oferecendo inclusive uma possibilidade não apenas da circulação de mão de obra, por exemplo, das áreas rurais para as cidades produtoras das confecções como também retornar com as máquinas e tecidos, criando múltiplos locais não só de moradia, mas de produção, reforçando a integração rural-urbana.

Os dois exemplos anteriormente citados colocam uma questão importante: o trabalho na confecção organiza um conjunto de atores sociais, levando-os a produzir uma nova territorialidade. Se antes um determinado espaço se vinculava com os vizinhos em função das atividades agrícolas (circulação de mão de obra em função do acesso ao trabalho *alugado*, por exemplo), hoje o vínculo pode ocorrer com outros lugares, produzindo outros valores da *distância estrutural* (Evans-Pritchard, 2013).

O trabalho na confecção se converteu em elemento a mais na configuração de espaços considerados rurais. A sua relevância se dá por ser compreendido por vários atores locais – de trabalhadores do campo e suas representações de classe aos representantes de diferentes esferas do Estado – como possibilidade de saída às limitações impostas à reprodução dos agricultores de base familiar.

Para analisar como as atividades vinculadas à confecção ganham forma nas áreas rurais, há que se considerar como ela se relaciona com as diversas sociabilidades características do universo rural, em especial relacionadas às atividades agrícolas. Em Surubim, apresenta-se tanto unidades familiares que se especializaram na produção de peças de roupas como as que dividem este tipo de trabalho com o agrícola.

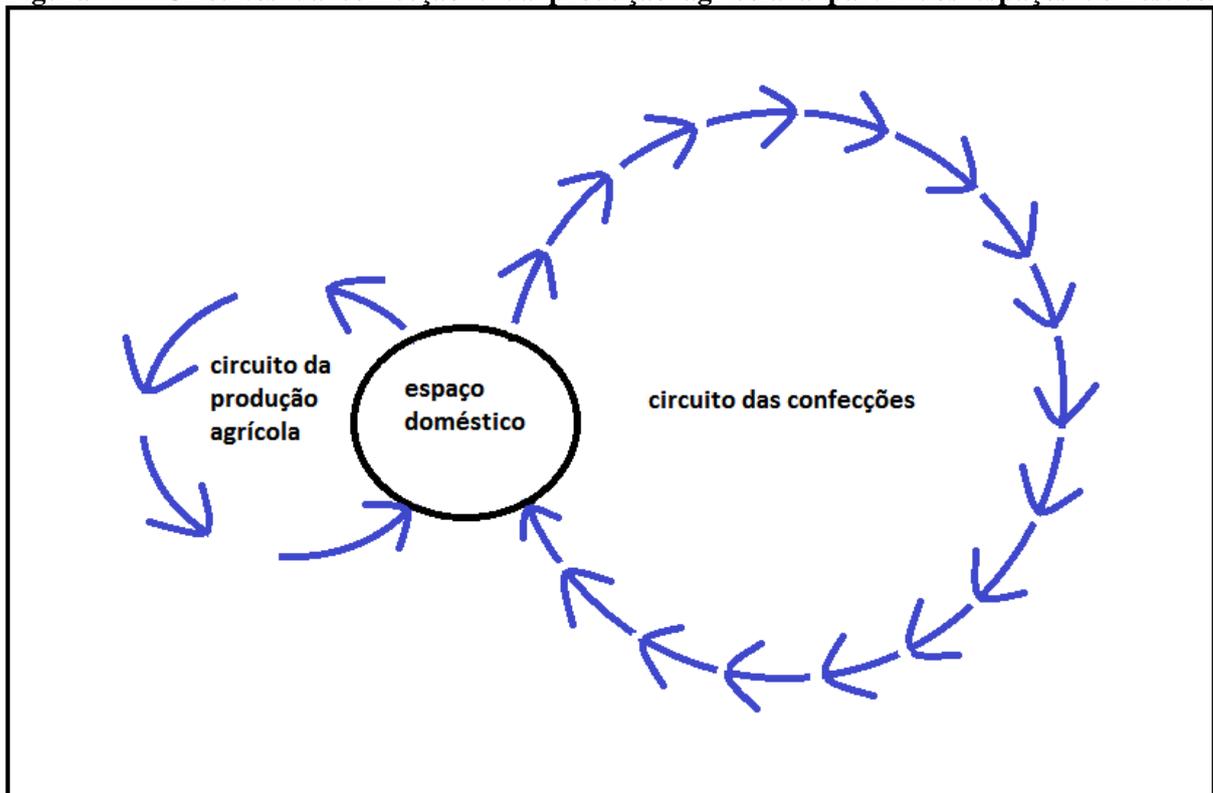
No Jucá Ferrado, ao questionar Helena se dá para viver só da agricultura, ouço uma contundente negativa. Nas suas palavras “Não tem condição... tem que ter outra renda para comprar outras coisas: uma carne, sardinha...”. Contudo, é preciso especificar as unidades familiares no que diz respeito ao peso que as atividades agrícolas têm na economia doméstica. No caso da família de Helena as atividades na criação e plantio exercem um significativo ganho na renda familiar. Além da plantação, que mobiliza mão de obra no *inverno*, há algumas criações de bovinos, suínos e caprinos, ou seja, atividades mais constantes ao longo do ano⁵⁶. Se no primeiro a produção é voltada para o consumo interno, o segundo constitui uma fonte de renda monetária que é adquirida com a venda dos animais.

A criação, o comércio e a produção de gêneros alimentícios como milho e feijão para a venda estabelecem um circuito comercial que passa a coexistir com da produção de vestuários para as confecções no interior do espaço doméstico. Os casos analisados nesta pesquisa mostram que os circuitos se diferenciam, a começar pela sua extensão (Figura 4). Se, por um lado, a produção de peças de roupas da família de Helena estabeleceu contatos até Minas Gerais,

⁵⁶ Há também produção de palma para a alimentação dos animais.

a venda de gado ou de caprinos, no máximo, se estenderá ao Sertão, conforme me relatou outro pequeno criador que estava iniciando uma pequena unidade de produção de peças de roupas na *comunidade* dos Tatus. A circulação do produto da confecção tende a ocorrer de forma mais rápida e numa extensão maior em comparação àqueles dos animais criados nas pequenas propriedades da região. A rotação do capital vinculado à produção de vestuário se apoia nas transformações no território em que o Polo reorienta os fluxos de mão de obra e mercadorias. Integra espaços rural e urbano e define uma divisão territorial do trabalho de forma a dinamizar a produção e o escoamento dessas mercadorias via a grande participação de pequenas unidades produtivas. No que diz à produção agrícola, excetuando-se os grandes proprietários e casos de organização associativistas da produção ou comercialização, os pequenos produtores rurais se veem em condições mais restritas de escoar sua produção, quando não dependem dos atravessadores⁵⁷.

Figura 4 – Circuitos da confecção e da produção agrícola a partir dos espaços domésticos



Quanto maior o circuito, maior sua extensão territorial e quanto mais setas, maior a velocidade da circulação da mercadoria. Fonte: organização de Berlano Andrade (2017).

Como se tem observado neste trabalho, nos debates sobre migrações no Nordeste uma das argumentações postas é a de que o ato de migrar não constitui uma fuga, mas sim uma

⁵⁷ Há que se considerar, contudo, as características das mercadorias. Os vestuários são de fabricação mais rápida, de alguns dias, ao passo que para um animal estar pronto para a comercialização, levam-se semanas, meses.

resistência (Scott, 1986). Isso quer dizer que ante as limitações de reprodução social das unidades familiares, migrar configura uma maneira de manter vínculos com as propriedades de origem via o assalariamento em outras atividades (Garcia Jr, 1990; Woortmann, 2009). O caso descrito logo acima mostra, no entanto, que uma outra possibilidade de se fixar na localidade, do ponto de vista das mobilidades, é estabelecendo outros circuitos de forma que uma determinada produção na unidade familiar possa circular penetrando por outros territórios e estabelecendo ligações com outros atores. Em outras palavras: antes, uma forma de tentar permanecer era através da migração temporária; hoje, pode-se também procurar se fixar na localidade fazendo com que sua produção circule cada vez mais longe e de forma mais rápida, no que se compreende como indispensável para a reprodução do capital (Harvey, 2011). Nesse sentido, observa-se que o trabalho na confecção influi na conformação do território rural. Com esse exemplo, e outros ao longo deste e do próximo capítulo, percebe-se que é apressado argumentar que essas diversas atividades não-agrícolas implicam uma desfiguração do espaço agrário quando sua relação é na verdade ambígua podendo estabelecer elementos para a sua reprodução.

A maioria das unidades familiares que visitei mantêm a produção agrícola basicamente para o consumo interno como no caso Francisca, no Jucá Ferrado:

- O que a você planta?

- *Milho, feijão, limpei tanto mato esse ano. Aí botamos roçado em Lagoa da Vaca, na terra que tem, que é herança de meu pai.*

- Você planta só em Lagoa da Vaca ou tem terra aqui?

- *Aqui tenho o quintal de casa, que tem o que, se eu tivesse **lucrado**⁵⁸ mesmo acho que tinha secado até milho naquele roçado, 53 metros de fundo, é grande. Aí lá [Lagoa da Vaca] plantei também. Ainda **lucrei** um jerimum. Aí pronto, aí a gente planta tudo: milho, feijão, faz uma horta no roçado. O pobre só planta desse jeito.*

Na propriedade em Lagoa da Vaca, além do esposo e filhos de Francisca, trabalham em parcela própria outros parentes como irmã e tio. Trata-se de um tipo de atividade que ocorre no *inverno*, ou seja, não é uma atividade que emprega mão de obra o ano todo ou que o retorno da produção seja lucrativo. Ainda de acordo com ela, uma característica no Jucá Ferrado é que os moradores plantam em terras descontínuas as suas casas e em propriedades de outras pessoas. O quintal, uma pequena extensão de terra que fica atrás das casas, permite uma possibilidade

⁵⁸ Aqui, *lucrar* se refere ao retorno, não monetário, da atividade investida. De forma semelhante, é usada a expressão *apurado*, embora esta apareça também para se referir ao retorno monetário, como observei nos termos usados pelos costureiros e vendedores no Polo.

de plantio ou de pequena criação. Mariana, na mesma localidade, cria galinhas e porcos. Estes, contudo, constituem uma renda monetária para a sua família. Na *comunidade*, algumas pessoas preferem criar porcos e comercializar a sua carne diretamente pois consideram mais lucrativo do que vender o animal vivo a um atravessador.

Beatriz (39 anos), moradora no Mimoso, também destaca o peso das atividades agrícolas no orçamento familiar. “Eu crio galinha para o consumo de casa mesmo”, diz ela. Como revela, o peso da atividade na confecção tende a influir na relação com o trabalho agrícola: “Até porque a gente nunca teve tempo de *botar* e de cuidar de um roçado grande pelo trabalho que a gente tem em casa pela costura. Aí é pequeno, mais para o consumo”.

Esses casos refletem um processo de diferenciação interna do campesinato em que uma parcela tende a depender, mais que outros, de atividades externas ao trabalho agrícola familiar. Em função disso, a categoria *camponeses-trabalhadores*, conforme é apresentado por Menezes (2002), procura descrever esse segmento. Para a autora, não se trata de uma categoria de transição, como se poderia entender como um estágio rumo a uma proletarização e urbanização, mas constitui uma adaptação permanente e de longa duração no interior da sociedade industrial. Nesse aspecto, o trabalho na confecção emerge como uma possível opção dentre outras que existem, a exemplo do assalariamento nas grandes cidades, como Recife e São Paulo. Assim, tem-se que orientar o olhar não em torno da hipótese de uma “descampenização-proletarização” mas dos mecanismos constantes de reprodução de formas de vida e trabalho tanto nos espaços agrários como, veremos a seguir, de uma atividade industrial.

A expansão das atividades relacionadas à confecção nas áreas rurais reflete a incorporação de uma mão de obra que se apresenta como disponível ante os limites relacionados ao trabalho agrícola. Dois aspectos se destacam como importantes para a reprodução das atividades vinculadas ao Polo.

O primeiro a destacar é o tipo de sociabilidade que decorre de uma *ordem moral* camponesa que ao se vincular com o trabalho da confecção, permite uma reprodução precária dessa atividade. Como vem sido argumentado neste trabalho, as origens e características do que hoje se conhece como Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco remontam aos costumes característicos dos *sitiantes* (Burnett, 2014 a, 2014 b; Milanês, 2015; Souza, 2012). Dessa forma, pode-se compreender a importância do trabalho familiar na confecção, entendido como manutenção da estrutura da família em uma outra atividade produtiva.

O segundo aspecto é que o trabalho agrícola permite algum nível de barateamento dos custos da força de trabalho dedicada à confecção. Morando na cidade, um trabalhador assalariado em uma *fábrica* ou integrantes de uma *facção* tendem a depender exclusivamente do rendimento nessas atividades. No campo, uma atividade pontual de plantio no *inverno* ou uma pequena criação permitem diminuir o peso dos custos na economia familiar⁵⁹. As diversas falas e depoimentos que surgiram na pesquisa tendem a se posicionar numa perspectiva em que o trabalho na confecção é requerido para complementar a renda familiar. Da mesma forma, as reuniões das associações, STR e CMDRS quando discutem essas atividades o fazem na perspectiva de *alternativas*, ou seja, em relação a uma forma de vida considerada entre os participantes desses espaços de ação coletiva. Ao mapear as cadeias e redes que configuram o trabalho na confecção, contudo, tornou-se claro que essa atividade subordina em alguma medida as demais como forma de garantir a acumulação do capital. Nesse caso, especifico uma característica já discutida no capítulo anterior que é atentar sobre a relação rural-urbana na conformação do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Ela é relevante pois permite aproximar essa característica com a especificidade de reprodução do tipo de capitalismo periférico no Brasil.

Vários trabalhos discutem como a coexistência de diferentes *modos de produção* ou *formações sociais* podem atuar de forma a que um possa dar suporte para a reprodução do outro ao invés de marcar uma transição de uma etapa para outra. Taussig (2010), por exemplo, mostra como no caso das grandes plantações de cana-de-açúcar na Colômbia a existência de trabalhadores que possuem ou compartilham pequenas roças permitem diminuir o custo do assalariamento. Como argumenta, “o complemento camponês do trabalho assalariado é, portanto, necessário tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores assalariados, uma vez que o salário capitalista raramente é suficiente para um indivíduo sobreviver” (p.139). O que tende a caracterizar o capitalismo periférico, e isso permite situar o desenvolvimento do Polo, é como operam as esferas da produção e da circulação da mercadoria.

Martins (2010), ao estudar o regime do colonato nas fazendas de café no Sudeste, mostra que o capitalismo na sua expansão atua tanto redefinindo antigas relações, de forma a subordiná-las à reprodução do capital, como incorporando relações não capitalistas. Segundo o autor,

⁵⁹ Pode-se considerar também as obrigações de partilha entre os membros da família. Nesse caso, transcende-se os limites da comunidade ou do que é rural e proporcionaria a circulação desses gêneros alimentares junto a parentes que vivem nas cidades.

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo - o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. (p. 33).

No Nordeste, Oliveira (2008) destaca a característica da formação dessa região e a emergência de uma “estrutura fundiária típica do latifúndio” (p.168) surgida uma vez que o capitalismo internacional domina a esfera da circulação deixando a esfera da produção nas mãos dos fazendeiros, moradores, meeiros e posseiros. Trata-se do fundo de acumulação que é dado pelas “culturas de subsistência” do morador, do meeiro e do posseiro. Esse mecanismo, segundo o autor, permitiu que fosse viabilizado “um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas” (p.168).

Assim, a configuração do território das confecções no Agreste de Pernambuco segue um padrão comum ao capitalismo periférico no país, apesar das narrativas sobre a excepcionalidade do seu surgimento⁶⁰. Por meio dos autores anteriormente citados considero que a possibilidade de reprodução do capital no Brasil se dá porque à esfera da produção se permite relacionar diferentes estruturas de forma que, em sua contradição, o capitalismo se expanda. Ao circular, a mercadoria procura superar as barreiras a sua mobilidade, promovendo redesenhos no espaço.

A inserção global desse território permite observar essa dinâmica de forma mais ampla. O caso aqui estudado pode ser compreendido a luz das análises de Wolf (2005) sobre o comércio de peles a partir do século XVI que integrou e desenhou extensões territoriais na América do Norte ante a expansão mercantil europeia.⁶¹ Para o autor, os impactos das forças “translocais” implicaram numa constante repadronização e reajustamento nas estruturas das sociedades dos povos originários, de forma que muitas das “nações” e “tribos” indígenas mais tarde reconhecidas como entidades étnicas se moldaram “em reação à disseminação do

⁶⁰ Martins (2010) destaca que nos marcos da lógica de produção capitalista de relações não capitalistas nascem na mesma época o colonato no café, a peonagem e o regime do barracão na economia da borracha na Amazônia.

⁶¹ O trabalho de Wolf oferece os detalhes etnográficos de uma importante premissa apresentada por Marx (2013) segundo a qual os momentos fundamentais da acumulação primitiva capitalista se dão com uma série de eventos para além do continente europeu que se articularam globalmente, ou, nas palavras do autor, “caracterizam a aurora da era da produção capitalista.” (p.821).

comércio de peles, processo do qual os indígenas americanos eram participantes tão ativos quanto os comerciantes, os missionários ou os soldados europeus intrusos” (p. 241).

Nesse sentido, o território rural aqui estudado apresenta várias repadronizações e reajustamentos diante da expansão das atividades relacionadas ao Polo. Os diversos atores presentes no local interagem com essa dinâmica contrapondo estratégias de localização (Escobar, 2010) e produzindo espaços também pelas rotas comerciais traçadas por esses sujeitos (Harris, 2013) agora envolvidos nas atividades na confecção.

4.3 O TRABALHO FEMININO NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E A REDEFINIÇÃO AMBIVALENTE DOS PAPÉIS DE GÊNERO. O PAPEL DO MICROCRÉDITO RURAL NA ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES

Se a produção de uma territorialidade pode ser compreendida pelas formas como os atores nela implicados agem, é importante considerar como as mudanças no interior de um grupo social refletem nessa produção. Um importante fio condutor é analisar como o trabalho e a ação organizada de mulheres rurais implica na conformação de um território.

Ao nível dos espaços domésticos e da arquitetura das casas, o trabalho na confecção tem implicado numa reordenação espacial na qual os papéis de gênero estão relacionados. A indissociabilidade entre o local de trabalho e o local de moradia impõe a questão de como o espaço onde as atividades são realizadas deve ser organizada. A expressividade do trabalho feminino na confecção faz com que as mulheres assumam o protagonismo na reordenação do espaço.

Nesse caso, as transformações nos espaços domésticos expressam as repadronizações e reajustamentos decorrentes da ampliação do trabalho na confecção para as áreas rurais. Nos casos analisados, quando, nas unidades familiares, coexistem o trabalho agrícola e da confecção, a divisão entre essas atividades pode ocorrer por gênero, mas em nenhum dos casos refletiu uma oposição. Vários homens ajudam as mulheres na costura da mesma forma que as mulheres colaboram nas atividades agrícolas. Em casos em que o trabalho agrícola tem pouco peso no orçamento familiar, essa divisão é menor ainda: homens e mulheres tendem a trabalhar na mesma intensidade nas duas atividades.

Um elemento que influi na divisão de tarefas é o fato delas ocorrerem com mais intensidade em determinadas épocas do ano. O trabalho agrícola ocorre no *inverno*, ou seja, de

março a agosto. Excetuando as atividades na criação, não haverá outra obrigação de grande esforço de mão de obra no restante do ano. Os trabalhadores na confecção, por sua vez, informam que as épocas de maior demanda são em junho e em novembro e dezembro. Espírito Santo (2013) atenta para a temporalização da *Sulanca*, que se expressa numa alternância entre os tempos “bons” e “ruins” da produção. Esse mecanismo indica também uma própria territorialidade, dela parcialmente decorrente. Ainda segundo o autor, a temporalização do trabalho orienta os *sulanqueiros* tanto no planejamento e cálculo do volume de trabalho necessário em cada época, como sobre as necessidades no que diz ao emprego de tecidos, variação de produtos, modelos de peças de vestuário e outras práticas econômicas e ofícios profissionais.

O suceder das diferentes temporalidades, tanto o trabalho da confecção como o agrícola, fará com que homens e mulheres lidem da melhor forma possível com as atividades. Vanuza (45 anos), residente em Pinhões, explica como essas tarefas são planejadas e executadas:

*- A gente trabalha no **verão** dando ração pros bicho até nove, dez horas. Aí come e vai pra máquina. Aí quando dá quatro horas, aí a gente sai pra fazer alguma coisa com os bichos, aí volta para a máquina. Dez da noite a gente sai da máquina.*

*- No **verão**, né?*

*- No **verão**. No inverno vai pro roçado.*

Esse caso demonstra como o tempo é administrado entre as diferentes atividades. Na sua residência, moram também os pais e mais três irmãs, e o plantio (feijão, milho e fava) e criação (aves e gado) ocupam um papel relevante na economia familiar. Com os pais já idosos, e a consequente diminuição do ritmo de trabalho, às filhas cabem a realização dessas diferentes atividades.

No caso de Helena, embora tanto ela como o esposo realizem atividades agrícolas e na produção de shorts e tops, ele tende a se dedicar mais ao cuidado dos animais, enquanto ela assume um maior protagonismo na atividade da confecção. Segundo ela, o marido se dedica mais ao cuidado dos animais, embora atue pontualmente colocando elásticos nas peças no turno da tarde. Na época de *botar roçado*, os dois trabalham na roça, sendo que de dia ela trabalha no roçado e à noite na costura.

Destaca-se ainda que há uma divisão sexual do trabalho nas atividades entre as unidades familiares apoiada no acesso ao crédito produtivo via empréstimo junto ao Banco do Nordeste

do Brasil⁶². O PRONAF constitui um mecanismo de financiamento de projetos individuais e coletivos que gera renda tanto aos agricultores familiares como aos assentados da reforma agrária. Através desse empréstimo, pode-se tanto custear a safra como investir em máquinas, equipamentos ou infraestrutura para atividades agropecuárias e não-agropecuárias⁶³. Conforme me falou Paulo Soares, técnico do Proamigo⁶⁴, vários clientes do banco têm realizado empréstimos para adquirir equipamentos para o trabalho na confecção. Segundo ele, um dos propósitos do programa é incentivar a diversificação produtiva entre os agricultores familiares, o que pode incluir atividades não-agrícolas, desde que as atividades agrícolas correspondam no mínimo a 30% do total de atividades realizadas pela unidade familiar. Esse acaba sendo um critério segundo o qual todos os *pronafricanos*, mesmo que se dediquem com maior prioridade à atividade na confecção, têm que executar uma certa fração de atividades agrícolas. De acordo com Paulo, cerca de 10% dos clientes do Proamigo no município têm direcionado o empréstimo para financiar as atividades na confecção.⁶⁵

Numa mesma família, duas pessoas podem adquirir empréstimos para empreendimentos diferentes. É o caso da família de Helena. Com o empréstimo, ela adquiriu máquina e tecidos enquanto o marido pôde comprar animais e construir um curral. Como foi explicado por um representante do BNB durante uma apresentação do Proamigo no Tabu um dos objetivos almejados pelo programa é estimular, através dos empréstimos, uma educação financeira.

O empréstimo estabelece também uma outra temporalização na qual os envolvidos se organizam em função das datas de pagamento. Dessa forma, incorpora-se mais esse planejamento ao cálculo das famílias que se dedicam ao trabalho na confecção. Diferentemente de outras unidades, os “confeccionistas-pronafricanos” não podem se arriscar com as épocas de baixas demandas na produção de vestuário uma vez que suas obrigações com o banco os fazem manter alguma produtividade para saldar as dívidas. Nesses casos, a temporalidade dos prazos do pagamento dos empréstimos subordina o da confecção⁶⁶.

Várias famílias entrevistadas realizaram empréstimos para comprar máquinas, tecidos ou construir salões onde possam realizar as atividades na confecção. Beatriz pôde comprar uma

⁶² Embora que o seu objetivo não seja estimular uma divisão sexual do trabalho.

⁶³ De acordo com a descrição oferecida pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em junho de 2017.

⁶⁴ Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil.

⁶⁵ Segundo Paulo, os demais clientes investem na bovinocultura, avicultura e ovinocultura.

⁶⁶ Peebles (2010) numa revisão sobre a temática do crédito/dívida na antropologia, mostra como a dívida tende a reorientar o tempo e o espaço numa coletividade. Como é visto aqui, os prazos de pagamento da dívida impõem ao futuro um peso organizador do tempo.

máquina num valor mais alto que até então não podia adquirir com as economias que possuía. Felipe, no seu caso, pôde construir um salão ao lado da sua residência e com isso dissociar um pouco os espaços de produção e de moradia.

Os empréstimos via Proamigo surgem como um canal de financiamento e reprodução das atividades da confecção. Não há dados sobre a quantidade de financiados nesses empreendimentos em todo o Polo, embora Bezerra (2011) e Milanês (2015) registrem o uso dos empréstimos pelos pequenos agricultores-confeccionistas⁶⁷. Mas se pode entender que sua presença constitui uma outra especificidade da presença dessa atividade nas áreas rurais. Quando se relaciona a uma política pública voltada ao fortalecimento de atividades no campo, o trabalho na confecção se converte num elemento a mais na formação de um território rural imbricado com o do aglomerado industrial do Polo.

As mulheres podem, então, ganhar um maior protagonismo no interior da família quando assumem a responsabilidade financeira que vai da relação com o banco ao compromisso firmado com um contratante ou subcontratados. Em alguns casos a remuneração das facções tende a não ser individualizada, ou seja, o pagamento é feito à unidade como um todo cabendo muitas vezes a uma pessoa administrá-la. É o caso de Mariana que embora todos na sua família, esposo e os filhos, trabalhem na costura, é ela quem assume a responsabilidade de administrar o rendimento.

A organização de atividades de produção, de consumo, de comercialização, de sucessão e de direito podem refletir numa reordenação das relações familiares (Scott, 2010). Uma determinada forma de trabalho feminino, como pode ser visto aqui, implica em mudanças nas hierarquias no interior das famílias e faz com que mulheres assumam novos papéis na construção de redes sociais de forma que se convertam em peças centrais nas reconfigurações espaciais, promovendo a circulação de pessoas e mercadorias. Com isso, uma nova territorialidade ganha forma por meio das mãos dessas mulheres que costuram roupas e projetos de vida.

Tratando-se de uma forma de atividade que é marcada pela precarização, as mudanças nas formas vida e trabalho de mulheres rurais ocorrem sob o signo da ambivalência. Ao mesmo tempo em que se observa um maior protagonismo delas nas atividades produtivas, as condições de trabalho não necessariamente tendem a ser melhores. Ao procurar observar as suas rotinas

⁶⁷ Diferente de Bezerra (2011), Milanês (2015) não especifica se o tipo de empréstimo encontrado na sua pesquisa é direcionado a agricultura familiar.

de trabalho, pude ver que em alguns casos mulheres tendem a assumir uma tripla jornada de trabalho: do trabalho na confecção, na agricultura e nas atividades domésticas. Esse último não parece ter sofrido mudanças no que diz respeito às atribuições de gênero, fazendo com que às mulheres se responsabilizem com o cuidado da casa e dos filhos. A rotina descrita por Beatriz ilustra bem esse quadro:

Eu começo a trabalhar, para falar a verdade, às cinco horas da manhã, que é quando eu acordo, né, para cuidar das coisas da casa porque de sete horas eu começo a costurar e vou até as doze. Aí paro, vou almoçar e volto de novo. Faço serão até dez, dez e meia [22h00 – 22h30] ou até mais, depende do que eu tenho, assim, para entregar no final de semana.

Ao ser questionada sobre o ritmo de trabalho e as diferentes atribuições, ela argumenta “É muito puxado, é bem cansativo, é coisa de louco assim a pessoa ser mãe, ser dona de casa e ainda ser profissional. As vezes chego a trabalhar doze, treze, quatorze horas por dia na costura”.

A invisibilidade do trabalho doméstico, a existência de obrigações como a *ajuda* fazem com que a estrutura das unidades familiares seja um apoio para a expansão do trabalho da confecção promovendo ao mesmo tempo uma redefinição dos papéis sociais e aproveitando os existentes para a reprodução de formas precárias de relações laborais.

4.4 AS DISPUTAS PELAS CLASSIFICAÇÕES DOS ESPAÇOS ENTRE OS DIVERSOS ATORES

Em Surubim, observa-se que muitas classificações são relacionais. Ao me falarem sobre a qualidade do solo para o plantio, referem-se ao arenoso em oposição ao argiloso. A partir desse par, as referências aos lugares podem remeter à qualidade do solo. Nas conversas, surgem menções de áreas com o solo propício ao desenvolvimento de uma cultura de frutas. Nos debates sobre *alternativas* ocorridos no STR, umas das propostas apresentadas é a do desenvolvimento da produção de caju em um desses lugares. A referência, agora, é acionada em função de mostrar a potencialidade de desenvolvimento no espaço rural.

A afirmação do espaço rural é um ponto sensível para a manutenção de uma identidade própria pelo qual faz existir as organizações voltadas para os atores de um local. Nesse sentido, outra classificação presente é a que define os espaços conhecidos como rural e urbano.

No território rural em Surubim, a antiga oposição *rua versus sítio* não é mais suficiente para abarcar a diversidade desse espaço. Embora ela seja usada nas áreas mais afastadas do centro da cidade, esse par tem sido substituído por *centro/rua versus comunidade*, por ser mais englobante. *Comunidade* permite abarcar: os povoados que cresceram e permitiram o surgimento de novas residências com arquiteturas distintas das antigas casas dos *sítios* e o aumento de formas de trabalho dissociados das atividades agrícolas; áreas na periferia que passam a ser chamadas de *pontas de rua* por incorporar um contingente oriundo do campo e que mantem alguma relação com esse, como os que trabalham sob o regime de *parceria*; e, como é bastante evidente neste caso estudado, os antigos povoamentos que vão se incorporando aos poucos à cidade e a depender de sua infraestrutura. Neste último, pode-se entender os motivos pelos quais essas áreas têm sido classificadas como urbanas pela administração municipal. Assim tem sido o caso, por exemplo, das localidades do Jucá Ferrado, Gancho do Galo e Lagoa da Vaca que se transformaram pelos loteamentos para a construção de casas, além de um condomínio residencial nas proximidades.

As classificações rural e urbano tendem a refletir um critério que não abarca a complexidade das relações existentes nesses locais⁶⁸. Apresentam, muitas vezes, apenas o interesse do poder público nos benefícios de uma caracterização em detrimento de outra. Um exemplo é que o IPTU constitui em um imposto recolhido para o município, enquanto o ITR é arrecadado para a União. Outra consequência dessas divisões se refere às políticas públicas. Como foi visto anteriormente, um dos critérios para o acesso ao crédito rural é ter no mínimo 30% de atividades agrícolas realizadas pela unidade familiar.

Como lembra Arruti (2016), a dicotomia rural-urbano tende a oferecer contextos estáticos, quando a necessidade seria a de descrever processos ou estruturas. Analiticamente, a noção *continuum rural-urbano* permite lidar melhor com a complexidade desses espaços. Wanderley (2001) coloca que essa ideia apresenta duas vertentes. A primeira, privilegia o polo urbano desse continuum compreendido como fonte de progresso e valores dominantes que se opõem ao resto da sociedade. Nesse caso, espaço rural seria entendido como atrasado e que tenderia a se reduzir em função da influência urbana. A segunda vertente, ao contrário, considera o *continuum rural-urbano* como uma relação que faz com que os dois polos sejam integrados. Nesse sentido,

⁶⁸ A administração municipal tem o poder de definir por lei os perímetros urbanos.

Mesmo ressaltando-se as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por conseguinte, não representam o fim do rural; o continuum se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações (p. 33)

Esta vertente possibilita compreender a dinâmica territorial que se observa em Surubim. Contudo, deve-se dar atenção às microdisputas sobre o que é rural e urbano por parte dos atores analisados nesta dissertação.

Os vários mecanismos de fortalecimento dos agricultores familiares passam pelas organizações destes: o STR e as associações de moradores e produtores rurais. É através dessas entidades, por exemplo, que se pode tirar os documentos necessários para entrar com o processo de aposentadoria rural. A filiação ao STR ou a Associação é uma ponte que possibilita o acesso a garantias e direitos a um determinado segmento da população. Com isso, a presença dessas entidades nas *comunidades* mais próximas à cidade atua como promotora do fortalecimento de uma identidade rural. Isso se dá de uma forma bastante dinâmica.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável atua na construção de novas associações e no acompanhamento das já existentes. Trata-se de um processo de mão dupla: ajudando a criar e organizar novas entidades nas *comunidades*, amplia a sua base de influência e com isso ganha mais legitimidade perante os órgãos públicos no momento de pleitear o acesso a programas sociais. Assim, incide na mobilização dos atores residentes nas localidades, promovendo ações de interesse coletivo.

Nesse aspecto, a categoria *comunidade* se converte numa noção que melhor se adequa ao *continuum rural-urbano* uma vez que oferece condições a construção das identidades rural e urbana no seu interior⁶⁹. Pode-se agora analisar como os processos decorrentes da incorporação desses espaços ao território produtivo da confecção influem na construção desses territórios rurais.

⁶⁹ Se neste caso, *comunidade* aparece na relação urbano-rural, em algum grau de continuidade à antiga oposição *sítio/rua*, em outras situações ela pode ter outras definições em função de outros critérios. No mês mariano, em maio, o STR participa das diversas atividades religiosas, as *noites*, em capelas, igrejas e residências. Nesses casos, *comunidades*, como foi observado nas listagens de locais divulgado pelo sindicato no seu programa de rádio, abarcam bairros urbanos, possivelmente por mesclar os critérios “geográficos” e de *comunidade moral* (os grupos católicos).

4.5 CONSTRUINDO IDENTIDADES, FORTALECENDO A AÇÃO COLETIVA

Como atividade não-agrícola, que vem redefinindo territórios e estruturando o mercado de trabalho nas áreas rurais, o trabalho na confecção se constitui em um elemento ambivalente na afirmação de uma determinada ruralidade pelos atores envolvidos. Em uma das formas pelo qual acessei o campo da pesquisa, via as entidades representativas dos agricultores familiares, as pessoas com quem estabeleci contato me apareciam em um primeiro momento como dirigentes destas. Por sua vez, o contato estabelecido através do técnico do Proamigo me levou a contatar pessoas que necessitam preservar algum nível de atividade agrícola como critério para manter o acesso ao crédito rural. Esses casos mostram como diferentes relações e papéis desempenhados em cada esfera social estão presentes no momento em que a atividade na confecção se torna alternativa de trabalho.

Como me fala Helena, “a sorte de muita gente é o empréstimo”. Para muitas pessoas o crédito rural tende a ser o meio mais fácil de fortalecer seu pequeno empreendimento. Em função disso, abrir mão de manter uma atividade agrícola acarreta a perda dessa garantia, como é o caso do casal Juliana e Vicente, no Jucá Ferrado, que deixaram de ser clientes do PRONAF quando se especializaram na produção e venda de roupas.

Muitos também são sindicalizados e contam com a futura aposentadoria como uma garantia de estabilidade. Em sua pesquisa, Milanês (2015) destaca que a formalização do trabalho na confecção é percebida de forma ambivalente pelos trabalhadores que encontrou. Segundo a autora, a regulamentação da relação de trabalho pode implicar um obstáculo aos direitos enquanto agricultores. Ainda de acordo com a sua investigação, entre quase a totalidade dos seus entrevistados, assinar a carteira de trabalho é percebido apenas como uma garantia de duas coisas: salário mínimo e aposentadoria. Outros direitos trabalhistas, como férias, seguro desemprego e licença maternidade eram mencionadas por poucas pessoas e mesmo assim sem saber ao certo o significado e como funcionam. No caso da minha pesquisa, várias garantias são debatidas e as vezes orientadas para o acompanhamento jurídico dentro dos espaços de representação dos trabalhadores rurais. Como veio a me relatar um diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Confecção, que tem uma pequena atuação em Surubim, o atendimento às pessoas se dá basicamente em torno de questões referentes ao assalariamento e demissões. Nesses casos, os atores envolvidos com os espaços de representação de

trabalhadores rurais, tendem a perceber nessas esferas um local onde os direitos tendem a ser garantidos de forma mais segura e mais diversificada⁷⁰.

Em relação às pessoas que estão engajadas nos espaços de ação coletiva, a relação com a atividade na confecção surge na construção de pautas nas reuniões. Quando se discute a diversas formas de *alternativas* aos limites da agricultura, surgem propostas como as de cursos de costura industrial como forma de geração de outro tipo de renda.

O que se pode argumentar é que a depender da circunstância uma identidade ou outra é acionada estrategicamente como forma de garantir a reprodução social da família. Embora algumas pessoas tenham se dedicado prioritariamente à confecção, em determinados momentos ser identificado como agricultor familiar possibilita o acesso a garantias que conjuntamente com o trabalho na costura permitem equilibrar as contas familiares ou garantir a reprodução do trabalho confeccionado.

Van Velsen (2010), argumenta que em uma sociedade o indivíduo terá que optar entre várias normas contraditórias:

Em todas as sociedades existem incongruências e contradições entre os vários conjuntos de normas nos diferentes campos de ação. Um problema que os membros de qualquer sociedade devem resolver é o de viver com tais incongruências por meio da **manipulação de normas**, de forma a que as pessoas possam continuar a viver juntas em uma ordem social. (p. 442) [destaque meu]

Pode-se, a partir dessa discussão, demonstrar como as diversas situações em que se encontram os atores aqui estudados os fazem “manipular papéis sociais” de acordo com determinada situação. Uma costureira não é apenas costureira. Ela é mãe, colega de trabalho na confecção, agricultora, delegada sindical, dirigente da associação local e membro de uma comunidade religiosa. Quando a questão central é o meio por onde se pode garantir a sobrevivência, vão sendo acionadas cada um desses papéis: nos espaços de sociabilidade, procura-se mobilizar as redes; frente às entidades que garantem direitos aos trabalhadores rurais, deve-se se engajar na construção de uma identidade coletiva enquanto agricultora familiar. Assim, o trabalho na confecção encontra uma forma de penetração e reprodução no espaço rural quando é “manipulado” estrategicamente junto a outras situações.

⁷⁰ Milanês (2015), ainda registra o depoimento do presidente de uma associação de agricultores onde ele percebe as movimentações em que pessoas “de fora”, ou seja, nas cidades, tendem a buscar na localidade um vínculo como forma de conquistar aposentadoria rural, uma vez que essa possibilidade é mais fácil na zona rural.

Tal observação reforça a percepção de que a acumulação do capital via o trabalho na confecção nesses espaços ocorre se apoiando em vários mecanismos. Um deles é o aproveitamento da organização social do trabalho que reproduz uma estrutura comum, a *forma sitiante*. Como foi visto, o trabalho entre parentes e vizinhos e uma possível reserva de alimentos vinda da pequena produção permitem baratear o custo da força de trabalho. Outro mecanismo é o aproveitamento do microcrédito rural para financiar a atividade na confecção. Por fim, os espaços de sociabilidade atuam como pontos onde são construídas parcerias e redes para o trabalho na confecção. Quanto mais há o esforço para estimular a organização dos agricultores familiares, mais propício fica a construção de eixos por onde circularão informações nas quais permitirão as pessoas melhor atuarem diante das situações encontradas.

No Gancho do Galo, pode-se observar como se materializa a construção de uma territorialidade envolvendo diversos agentes e tensões. Acompanhando uma das reuniões ordinárias da Associação de Moradores, pude ver como a construção de sua agenda de atividades reflete os diversos meios pelos quais os associados procuram se fortalecer. Nesse espaço são tratados temas diversos como a organização da documentação que comprova a condição de agricultor. Esse documento permite que o seu portador possa entrar com o processo de aposentadoria, licença maternidade ou adquirir o DAP, documento que assegura ao produtor rural a obtenção do financiamento pelo PRONAF. Através da associação também são discutidos o acesso a programas e parcerias como as que permitem o corte da terra no *inverno*, a distribuição de sementes e a construção de cisternas.

Aqui, a atuação da associação de moradores permite aos seus membros que busquem formas de manter a condição de trabalhadores rurais via mecanismos que permitam o exercício de suas atividades agrícolas, além das garantias que, como a aposentadoria, possibilitam alguma segurança em determinados momentos de sua vida. Além disso, o espaço da associação procura promover outras ações como cursos de violão, biscuit e costura industrial. Este último tem sido uma ferramenta demandada por algumas associações para formar mão de obra apta a se incorporar ao mercado de trabalho da confecção. Segundo me relata um dos diretores da associação, atualmente 12 mulheres participam das aulas que ocorrem nos dias de quarta-feira. Ainda segundo ele, os cursos são oferecidos pela prefeitura – que é dona das máquinas – que apresenta as opções de cursos e nas reuniões da associação é decidido quais serão escolhidos.

Nesse caso, a costura surge como demanda para um público local. Interessante observar que durante a reunião em que estava presente, quando foi questionada a ausência dos moradores

de uma das *comunidades* que integram a Associação, a resposta dada pela diretora presente foi de que “deviam estar costurando”. Essa observação indica que o trabalho na confecção acaba por influir na rotina da própria Associação, mostrando a ambivalência na construção de uma identidade rural naquela localidade.

Imagem 7 – Sede da Associação dos Moradores do Gancho do Galo



Foto: Berlano Andrade (2016).

Imagem 8 – Curso de costura industrial oferecido pela Associação dos Moradores do Gancho do Galo



Foto: Associação dos Moradores do Gancho do Galo (2016).

A partir do que foi visto aqui, a produção de territórios não se constitui em um movimento linear e homogêneo. Ele é disputado pelos diversos atores envolvidos. Diante dos projetos do capital, que se impõem e tentam delinear uma territorialidade, há que se considerar também os *projetos de vida* (Scott, 2013) dos segmentos subalternos. São nas suas ações, na mobilização de diversas estratégias de reprodução social que os espaços onde atuam passam a ser de disputa de sociabilidades, de epistemologias, de afirmação de outras territorialidades (Escobar, 2010).

A expansão do trabalho confeccionado para as áreas rurais mudou as existentes formas de fortalecimento da agricultura familiar. É através da análise de como se relacionam aos processos existentes que se pode perceber como opera o seu desenvolvimento. No próximo capítulo, procuro analisar como o trabalho na confecção se destaca na construção de estratégias das unidades familiares e nos espaços de ação coletiva.

5 O TRABALHO NA CONFECÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE FAMÍLIAS RURAIS E COMO PAUTA DAS ORGANIZAÇÕES DO CAMPO

5.1 REVISITANDO O DEBATE SOBRE ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS CAMPONESAS

Até aqui, detive-me em mostrar como tem se configurado o cenário na qual homens e mulheres têm de tomar escolhas para suas vidas, descrevendo alguns desses *usos* estratégicos e os considerando como parte integrante das transformações analisadas. Agora, é preciso refinar conceitualmente a categoria recorrida diversas vezes neste trabalho, as *estratégias*, procurando situá-la historicamente no conjunto de práticas tecidas por pequenos produtores rurais no Nordeste brasileiro. Assim, pode-se visualizar como as ações podem ser mediadas diante das condições históricas encontradas.

Localmente, as expressões *arte* e *artistas* descrevem um conjunto de ofícios e pessoas vinculadas à elas, de caráter artesanal, que empregam mão de obra no campo. Seriam os pedreiros, carpinteiros, marceneiros e mecânicos. Andrade (2005), já tinha registrado essas atividades no Brejo da Areia, no estado da Paraíba, como um recurso de complementação da renda entre os pequenos proprietários. Durante minha pesquisa sobre o uso do trabalho migrante na comunidade rural do Desterro (Andrade, 2013), pude notar que essa expressão também é usada. Ela era acionada para descrever os trabalhos que não tinham um caráter agrícola nas propriedades de outras pessoas. Nesse caso, tratava-se de uma forma de aprender um ofício que podia ser exercido, por exemplo, nas grandes cidades quando ao migrarem⁷¹.

A história dos camponeses e agricultores familiares no Nordeste mostra que o uso desses recursos não-agrícolas sempre esteve presente. Para além dos exemplos citados logo acima, pode-se destacar os ourives em Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, que se dedicam ao trabalho com o ouro como destacado por Alvim (1972). Em sua pesquisa, a autora mostra como o trabalho artesanal pode estar subordinado à atividade agrícola. Isso fica mais explícito nos casos das pequenas oficinas desses artesãos, em contraste com as grandes, em que os seus

⁷¹ Em sua pesquisa sobre os operários do açúcar em Pernambuco, Lopes (1978) identifica a autoclassificação *arte* (ocupação) e *artistas* (quem as ocupa) em contraste com classificações que são feitas de maneira vaga, a exemplo de *servente* e *ajudante*. A autoclassificação mais “precisa” no sentido da localização do operário no processo de trabalho, segundo o autor, dependeria desta ocupação ter importância social para ser denominada como tal. Os *artistas* seriam aqueles que exercem atividades em oficinas: carpinteiros, caldeireiros, torneiro e serralheiros. Diferem de outro grupo de profissões específicas, os *profissionais*: cozinheiro, soldador, evaporador, motorista dentre outros.

funcionamentos estão sujeitos à determinada época do ano. No *inverno*, a necessidade do trabalho agrícola levará à diminuição dessas atividades, fazendo com que só as estruturas maiores na “arte do ouro” tenham condições de se manter de forma constante ao longo do ano.

Próximo a Surubim, no município de Passira, desenvolveu-se a atividade artesanal do bordado. Sua origem, de acordo com Silva (1995), remonta à década de 1950 quando missionárias alemãs que se instalaram na cidade vizinha de Limoeiro introduziram essa ocupação como alternativa para a agricultura na região. Com a decadência da cotonicultura, essa atividade possibilitou uma fonte de renda, em especial para as mulheres. Na comunidade rural de Candiais, estudando pela autora, o trabalho no bordado arregimentou em sua maioria a mão de obra feminina combinando esse fazer com outras atividades, a exemplo da agricultura de subsistência.

Outro caso que merece ser destacado é a descrição feita da comunidade do Ribeira, em Cabaceiras, Paraíba, por um grupo interdisciplinar de pesquisadores (Cohen & Duqué, 2001). Aqui, observou-se que a maioria dos agricultores associam três atividades: a produção irrigada de alho, as culturas de subsistência e as atividades não-agrícolas (comércio, artesanato e assalariamento). Em função da seca de 1993, algumas famílias optaram pelo trabalho artesanal com o couro, seja através de um crédito bancário específico como revendendo e reinvestindo o ganho vindo da cultura do alho. Para outras famílias, a migração temporária para o Rio de Janeiro se converteu em alternativa, principalmente entre os jovens.

Esses breves exemplos ilustrativos – e poderia citar vários outros – permitem situar as razões que tornaram possíveis o surgimento do trabalho na confecção no Agreste de Pernambuco. Compreende que ele se insere num conjunto de lógicas e práticas presentes entre pequenos produtores rurais, quando as atividades agrícolas não são suficientes para a reprodução social – seja em função de fatores naturais como também relacionados ao acesso à terra para o seu cultivo – fazem com que os atores envolvidos se mobilizem em busca de saídas. A presença de atividades não-agrícolas constitui um arcabouço de saberes e fazeres que permitem a estruturação de formas de emprego de mão de obra. Não por menos, a presença de mulheres habilitadas ao trabalho na costura permitiu que a sua inserção na atividade da confecção, além dessa atividade ter presença significativa entre elas. Como lembra Lira (2011), a atividade no ramo calçadista em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama foi gradualmente

substituída pela atividade na costura de vestuários para a *Sulanca* uma vez que a atividade na indústria de calçados entrou em declínio⁷².

A questão relativa ao uso das estratégias pode ser compreendida do ponto de vista do planejamento familiar e como isso influencia nas escolhas dos indivíduos. Em um importante trabalho dedicado à agricultura familiar (Lamarche, 1998), essa questão é discutida do ponto de vista dos filhos, ou seja,

Os projetos que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem provavelmente, mais fielmente do que qualquer outro indicador, a avaliação que fazem da situação global da sociedade na qual vivem, assim como sua visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram. (p.119).

A partir da noção de planejamento familiar, pode-se recorrer à ideia de *estratégia doméstica* (Scott, 2014) que permite entrecruzar e complementar projetos individuais e familiares. Trata-se de considerar ao mesmo tempo as trajetórias individuais, em um processo constante de rearranjos familiares, com as estruturas sociais que, a exemplo do caso estudado nesta dissertação, vem redefinido os padrões migratórios. Com base na ideia de *estratégia doméstica* se observa no trabalho de Scott que a unidade doméstica em vez de perder membros com a migração estabelece uma forma de ganhar recursos via lugares distantes como forma de manter o local de origem.

Da perspectiva dos pequenos produtores agrícolas, as estratégias estão inseridas naquilo que van der Ploeg (2016) compreende como os diferentes equilíbrios⁷³ no interior da unidade camponesa. Para o autor,

A arte da agricultura, isto é, a construção deliberada e estrategicamente fundada de uma propriedade e os diversos elementos que a constituem, não separa a unidade de seu ambiente político-econômico. Parte da arte de balancear cuidadosamente os diversos equilíbrios envolve levar em consideração os parâmetros, oportunidades e ameaças advindos desse ambiente. Tais ameaças, oportunidades e parâmetros não são convertidos para a unidade de uma forma linear direta. Em vez disso, são sempre mediados pelo agricultor que pondera sobre uma série de altos e baixos. Fazem parte de um equilíbrio que é balanceado de uma maneira única pela família agricultora.

⁷² Segundo Lira (2011), entre as décadas de 1950 e 1970 em Santa Cruz do Capibaribe, não havia concorrência entre as produções calçadistas e das confecções uma vez que este era uma atividade feminina de complementação da renda enquanto aquele era a atividade principal realizada por homens em sua maioria. Com o declínio na produção de calçados, relacionado com o os custos do couro e com a concorrência em outras regiões, os homens passaram a se envolver com a comercialização das confecções. Segundo a autora, a atividade produtiva continuou por um bom tempo sendo realizada por mulheres.

⁷³ Os equilíbrios trabalhados pelo autor em sua obra, e que não devem ser reduzidos a eles, são: trabalho-consumo, utilidade e penosidade (os principais equilíbrios identificados por Chayanov); pessoas e natureza; produção e reprodução; recursos internos e externos; autonomia e dependência; escala e intensidade.

Portanto, tendências ambientais gerais representarão, com bastante frequência, efeitos diferenciados. A arte da agricultura é intrinsecamente indissociável da reprodução da heterogeneidade. Sobretudo considerando que a heterogeneidade resultante se torna parte integrante das deliberações: provoca debates (quais práticas têm melhor desempenho?) e pode induzir a mudanças (quando ocorrem rupturas, as práticas mais resilientes podem inspirar outras e assim balizar transições de maior escopo. (p.85-86).

No que diz respeito ao uso estratégico de atividades não-agrícolas pelas unidades familiares – e que constitui a característica que mais foi dedicada atenção nesta pesquisa –, além das evidências empíricas e dos registros históricos dos agricultores familiares e camponeses no Nordeste, há no interior da academia um debate em torno da noção de *pluriatividade* como ferramenta analítica que tenta explicar esse fenômeno. Para Schneider (2009), a questão que deve ser observada é se a *pluriatividade* expressa um fenômeno social inteiramente específico. Para Graziano da Silva (1997), tem-se verificado uma grande presença das atividades não-agrícolas no campo. Tratando dessas especificidades nos países desenvolvidos, o autor mostra que a *pluriatividade* se constitui como a marca fundamental de um “novo agricultor” caracterizado pelo caráter autônomo de sua atividade, e não mais especializado na atividade agrícola, que combina diversas formas de ocupação, sejam elas assalariadas ou não. Ainda segundo Graziano da Silva, é a dinâmica de crescimento de atividades rurais não-agrícolas que possibilita a *pluriatividade*. Elas estão relacionadas a um processo verificado nesses países de transferência das atividades urbanas, em especial das industriais, para o campo. Pensando no caso brasileiro, o autor afirma que em função do valor das rendas das atividades agropecuárias estar entre os menores que se pagavam no país em 1990, a possibilidade de assumir as ocupações não-agrícolas era fundamental para elevar e estabilizar as rendas das pessoas no meio rural no país.

Para Schneider (2009), *pluriatividade* é:

Um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (p.97).

Para o autor, embora os fatores exógenos à unidade familiar, como o mercado de trabalho não-agrícola, sejam centrais na conformação da *pluriatividade*, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos e das famílias. Ou seja, se relaciona com a *estratégia doméstica* desses atores. Para Schneider, apesar de haver formas não-agrícolas de trabalho rural em vários momentos, deve-se destacar que a partir da década de 1980 ocorre transformações

importantes na agricultura em vários lugares no mundo e, em função disso, as atividades não-agrícolas prevalecem nos espaços rurais.

Apoiando-se nas contribuições do Projeto Rurbano⁷⁴, Schneider descreve três causas que explicam essa emergência no Brasil. A primeira seria decorrente do que os membros do projeto chamam de “urbanização do campo”, quando ocorre um transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para o campo. A segunda é a crise do próprio setor agrícola, em especial nos anos de 1990, como apontado por Silva (1997). Trata-se de uma crise relacionada às transformações estruturais na agricultura brasileira e que teve como efeito a queda da rentabilidade dos principais produtos agropecuários brasileiros. Por fim, a terceira causa está relacionada aos limites do crescimento do próprio emprego agrícola relacionados à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego existente.

A *pluriatividade* constitui uma importante ferramenta de análise. Contudo, como é visto aqui, a sua emergência enquanto categoria explicativa está relacionada com a necessidade de compreensão das mudanças estruturais na sociedade, em especial na agricultura, a partir de um determinado momento histórico. Nesse sentido, ela se diferencia da abordagem dada por esta pesquisa, uma vez que procuro mostrar aqui as práticas históricas no universo rural nordestino. O recurso ao trabalho não-agrícola constitui uma ferramenta amplamente conhecida e utilizada⁷⁵. Ela é reconhecida por meio de categorias nativas, como é o caso das *artes*, e é parte integrante das diversas estratégias de reprodução social utilizadas pelos atores locais. Isso permite enriquecer o entendimento de que os costumes comuns aos *sitiantes* constituem um dos elementos fundamentais na conformação do Polo.

Independente disso, estudos orientados sob a perspectiva da *pluriatividade* apresentam questões que devem ser levadas em conta. Schneider (2004), em pesquisa sobre as relações entre a agricultura familiar e as atividades industriais no ramo calçadista no Rio Grande do Sul, registra que no momento em que as atividades não-agrícolas se convertem na principal fonte de renda na unidade familiar, altera-se a divisão do trabalho. Junto a isso, as relações intrafamiliares são redefinidas a exemplo do poder patriarcal, a divisão sexual do trabalho e a

⁷⁴ Trata-se de um programa de pesquisas coordenado por pesquisadores da Universidade de Campinas, dentre eles José Graziano da Silva.

⁷⁵ É algo que, naturalmente, não se restringe ao Nordeste. Autores que se dedicam a compreensão das sociedades camponesas como Wolf (1976) mostram que a combinação de outras atividades que não a agricultura lhes constituem. Um exemplo dado pelo autor é a dos “especialistas de tempo integral ou parcial” na comunidade camponesa medieval na Europa como o moleiro, o ferreiro, o tropeiro e algumas vezes o sacerdote. Travavam-se de cultivadores durante uma parte do tempo que não eram diferenciados do resto da população em função de graus diferentes de pureza e impureza ritual.

própria sistemática de reprodução do grupo familiar. Questões como essas oferecem pistas para a análise.

Por fim, o debate sobre estratégias de reprodução social faz com que se dê maior centralidade aos sujeitos desse processo. Menezes & Malagodi (2011), chamam a atenção para a necessidade de tomar o campesinato como *agente* ou *ator*, ou seja, como sujeitos ativos na construção de sua própria história. Essa perspectiva contrasta com uma determinada visão que tende a dar ênfase aos fatores estruturais no processo histórico e que negligenciou, por exemplo, o papel das redes sociais na construção de processos migratórios. Tomando essa discussão associada aos temas da autonomia e da resistência, centrais ao debate sobre os camponeses, os autores concluem que o desafio teórico e metodológico é “justamente compreender a multiplicidade e heterogeneidade das práticas do campesinato e de outros grupos sociais situados em relações de dominação nas suas configurações históricas específicas” (p.64).

Assim, toda a reflexão sobre as estratégias, em especial dos agricultores de base familiar, deve considerar a agência desses atores e as diversas mediações entre eles com os diversos grupos e esferas sociais nas quais estão inseridos. Deve-se, também, compreender a historicidade dessas práticas como recurso que revela a sua constituição enquanto experiência do grupo social de forma a dar inteligibilidade às suas ações.

5.2 MULHERES E JOVENS: PROJETOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA UNIDADE FAMILIAR

O trabalho na confecção mobiliza homens e mulheres numa perspectiva de busca de alternativas para a reprodução social das unidades familiares e na construção de projetos de vida dos indivíduos. É nesse sentido que, nesta pesquisa, apresentam-se as novas relações decorrentes desses arranjos produtivos como o redesenho da divisão sexual do trabalho e a mobilização de diferentes identidades (como a de confeccionista e de agricultora familiar) como forma de beneficiar uma ou outra atividade que é exercida.

As trajetórias de mulheres e jovens que buscam se inserir nas atividades da confecção oferecem detalhes de como a unidade familiar pode se configurar neste novo contexto. Para além das redefinições internas decorrentes da copresença de atividades agrícolas e não-agrícolas, é necessário também ver como os membros individualmente interagem nessas situações, em especial projetando para si perspectivas de futuro.

Entre as mulheres com quem dialoguei, observei várias formas de inserção nas atividades da confecção. As irmãs Daniela (44 anos) e Vanusa (45 anos), da *comunidade* dos Pinhões, explicam como iniciaram sua participação na costura: segundo Daniela, era porque “não tinha inverno, [para] trabalhar no campo, aí a gente fez o curso e começou a trabalhar”. O curso em questão é o de costura industrial oferecida pela administração municipal. Segundo elas, através de uma amiga ficaram sabendo da existência dele e passaram dois anos aguardando serem chamadas uma vez que a prioridade era para as pessoas da cidade, fazendo com que as da zona rural ficassem por último. Após seis meses do término do curso, elas iniciaram o trabalho na confecção. Como relata Daniela, “(...) aí depois que fez o curso, aí meu pai disse: vocês fizeram o curso, mas não vão trabalhar na cidade, não. Aí a gente pegou um garrote, vendeu e aí foi inteirando e foi comprando de uma por uma as máquinas”.

Esse depoimento revela como a estrutura familiar e as opções das suas integrantes se relacionam. A rede de *conhecimento* que as informou da possibilidade de acesso a uma atividade alternativa ao trabalho agrícola reflete a existência de uma cadeia na qual várias mulheres estão envolvidas e, em muitos casos, assumindo um protagonismo na sua família. No caso aqui relatado, observa-se que as escolhas foram mediadas diante da estrutura familiar. Embora não pudessem trabalhar na cidade, as irmãs Daniela e Vanusa puderam contar com os animais de propriedade da família para poder montar a unidade produtiva da confecção. Esse caso permite mostrar como as ações e projetos individuais tendem a ser mediados por outras esferas.

Outra forma de ingressar na atividade da confecção observada é através da experiência de trabalho com parentes. É o caso de Cláudia (30 anos), residente no Mimoso. Antes de se mudar para essa localidade e iniciar uma pequena *facção*, ela residia na *comunidade* vizinha do Alegre onde trabalhou junto com uma irmã. Atualmente, ela trabalha com mais cinco pessoas, incluindo outra irmã, esta residente em Cachoeira do Taépe. Se, como visto anteriormente, por um lado o trabalho *com* a família expressa um caráter não quantificado, e em muitos casos visto como *ajuda*, por outro, o trabalho *para* a família, ou seja, dos parentes que moram em outro domicílio, tende a ser remunerado. O caso de Cláudia e suas irmãs pode ser entendido na perspectiva de um mecanismo de agenciamento na rede de mulheres. A possibilidade de trabalhar para um parente na confecção constitui nesse caso uma forma de busca autonomia, tanto individual como coletiva entre o conjunto das mulheres.

Para adquirir as máquinas e, com isso, montar um *fabrigo* ou *facção*, as mulheres recorrem a diversos meios. Podem comprar, através de capital próprio, adquirido com a venda de animais da propriedade, o que corresponde a um cálculo econômico familiar onde se transfere o capital da atividade agrícola para a não-agrícola. Pode vir das economias feitas pela passagem na atividade da confecção em outras localidades, ou mesmo em outros empregos. Pode também vir dos financiamentos como o Proamigo. Francisca, moradora no Jucá Ferrado, ao explicar como adquiriu suas máquinas oferece uma complexidade de meios para se inserir nessa atividade:

- De onde veio o capital para comprar a máquina?

- *Olha, primeiro eu comprei uma máquina, eu comprei aquela pequena para ficar pagando.*

- Com essa máquina já costurava para fora?

- *Costurava esses mesmos shorts que já era de um rapaz do Gancho do Galo. Aí eu costurava para ele. As peças eu peguei e tentei fazer. Consegui, aí fiquei pagando ao vendedor da máquina. Aí, depois ele, o rapaz para quem a gente costurava, comprava as máquinas em Santa Cruz, que nesse tempo não tinha esse negócio de empréstimo. Ele comprava a máquina lá na Makital, que não tinha aqui também, era tudo em Santa Cruz. Aí ele comprava e ia **descontando** na costura.*

- Esse rapaz no Gancho do Galo fazia isso com outras pessoas?

- *Todas as costureiras dele. Ele fazia isso. A gente tava costurando e ele fazia tudo para melhorar. Quando quebrava, ele levava. Ele trazia agulha, óleo, essas coisas, aí ele **descontava** na costura.*

- Mas enquanto aquela primeira máquina, foi comprada com economia sua?

- *Foi de casa. Vendia uma galinha, qualquer coisa. Tinha porco, criava porco. Vendia o porco e comprava alguma coisa assim e ia levando.*

A diversidade de meios pelos quais Francisca procurou se firmar na atividade da costura revela as condições oferecidas tanto no interior da unidade familiar como externa a ela. Como afirma, é *de casa* de onde veio o recurso para a compra da primeira máquina. Importante destacar que Francisca só fez empréstimos junto ao Proamigo para a compra de animais. Dessa forma, o capital investido com a venda dos animais retornou através do financiamento que por sua vez foi pago com o que ganhava na costura, estabelecendo uma troca entre as diferentes esferas de produção.

A entrega de máquinas e equipamentos sob a condição de *desconto* no preço das roupas produzidas é outro mecanismo que permite a integração de mão de obra nessa atividade. Constitui uma espécie de financiamento entre o contratante e o contratado. Segundo Francisca,

essa prática chegou a transbordar a relação que antes era estritamente relacionada ao equipamento e produção de roupas quando outro confeccionista na qual veio a trabalhar vendia bojões de gás ao preço do desconto do valor das roupas fabricadas por ela. Ou seja, diversas práticas econômicas têm sido usadas como forma de construir possibilidades de incorporação de trabalhadoras nessa atividade e de reprodução do capital.

No território do Polo, pode-se ver que esses mecanismos podem aparecer sob outras formas. Milanês (2015) destaca a prática dos contratantes de emprestar máquinas além de entregar peças para a costura. Trata-se de uma possibilidade de empregar uma mão de obra para que trabalhem em seus domicílios quando esta só possui sua força de trabalho.

Durante a pesquisa, pude encontrar pessoas empenhadas em aprender o ofício da costura e com isso se inserir na atividade da confecção. Ao visitar uma escola rural na **comunidade** do Mocotó, tive a oportunidade de conversar com alguns dos frequentadores do curso de costura industrial oferecido pela administração municipal. Nesse espaço, havia tanto pessoas mais velhas como jovens. É o caso de Pedro (17 anos) morador na Lagoa da Vaca. Residindo com o pai (60 anos) mãe (58 anos) e uma irmã (34 anos) ele é estudante numa Escola de Referência em Ensino Médio em Surubim e havia pouco tempo ingressado no curso de costura. Ao questioná-lo sobre os motivos que o levaram a querer fazer o curso, responde: “porque, assim, eu pretendo terminar [o curso], arrumar um serviço de costura. Por isso eu vim aqui. Aí por isso eu vim fazer o curso”.

Ao perguntar mais sobre a sua rotina escolar e a trajetória dos outros irmãos, algumas pistas surgem e com isso esclarecem quais os projetos que ele almeja para si. A irmã que ainda mora com ele chegou a trabalhar por alguns meses limpando as peças de jeans, contudo, os outros dois irmãos estão estabelecidos na atividade da confecção. O irmão de 28 anos atualmente trabalha numa lavanderia em Surubim. Como relata Pedro, ao casar e iniciar um novo núcleo familiar, ele não mais exerceria atividades na agricultura, como ainda fazem os pais e irmãos que permaneceram na **comunidade**. Além dele, uma irmã de 23 anos mora há quatro anos em Santa Cruz do Capibaribe, onde já iniciou uma nova família nuclear. O que a levou para essa cidade e a se empregar na atividade da confecção foi o contado de um primo dono de uma unidade produtiva, onde atualmente trabalha, e do irmão mais velho que chegou a exercer essa mesma atividade para o seu cunhado.

As redes abertas pelos irmãos, além da presença desse tipo de atividade na localidade onde reside, proporcionam um horizonte do qual ele *pode* considerar. A sua situação enquanto

estudante secundarista – e deve-se destacar que o EREM é um modelo escolar que almeja um maior investimento na formação de seus discentes – também vem a influir na construção de seus projetos. Assim, quando questiono quais são suas perspectivas para o futuro ele me diz: “é fazer faculdade e trabalhar. Se não conseguir isso, trabalho na costura”.

Na mesma turma de Paulo, Isabela (18 anos) procura na costura uma forma de ocupação que a faça sair da agricultura. Nas suas palavras, “eu estou começando a trabalhar na agricultura, mas não gosto. Pretendo aprender a costurar para trabalhar fora. Trabalhar fora, na agricultura não”. Atualmente ela reside com os avós, primos, bisavô e a sua filha de dois anos na *comunidade* do Mocotó onde se dedicam ao plantio de milho, feijão, abóbora, cultivo de árvores frutíferas, além da criação de aves e caprinos para a venda.

Enquanto os parentes que permaneceram continuam trabalhando na agricultura, uma parte da renda dos avós e do bisavô de Isabela também vem da aposentadoria rural, a mãe dela (34 anos) e a irmã (14 anos) migraram para Toritama para trabalhar numa facção local. Segundo me relata,

*Elas fizeram um curso em Surubim. Aí de Surubim, elas conheciam uma mulher lá que é dona de **facção**. Aí elas foram para lá, por experiência, e aí elas se acostumaram e terminaram trabalhando lá. Aí minha mãe, acho, tem uns seis ou sete anos que costura. Minha irmã foi embora ano passado.*

Ao procurarem se empregar em alguma atividade, essas duas mulheres acionam as suas redes de conhecimento e se veem obrigadas a morar em outra cidade, constituindo espaços agregados ao grupo doméstico de origem. Além delas, uma tia de Isabela exerceu atividade na confecção em Toritama, deslocando-se diariamente até esta cidade até se estabelecer em definitivo em Surubim ao conseguir emprego numa *facção* nessa cidade. Essas mulheres têm visto a necessidade e possibilidade de buscarem empregos em outras atividades que não as que historicamente eram encontradas nos espaços rurais. Mais do que isso, podem circular entre os municípios, estabelecer novas moradias e a partir delas dotá-las de valores simbólicos condizentes a esses novos arranjos familiares.

Um ponto em comum entre Pedro e Isabela diz respeito à relação morar/trabalhar no campo. Ao conversar com o primeiro e questionar se ele teria interesse em sair da área rural, responde “não, vou morar aqui mesmo”, embora não tenha interesse em trabalhar na agricultura.

Como foi visto, seus interesses estão em exercer outras atividades que não a agricultura. Mas isso não implica sair da localidade. Afinal, na localidade se tornou comum o fluxo de pessoas seja para trabalho como para estudo. O fato da *comunidade* ser cortada pela rodovia

PE-90 garante condições estruturais de deslocamento de forma mais rápida para outras cidades, como ocorre entre os jovens de Surubim que realizam cursos superiores nas cidades vizinhas. Essa concepção de Pedro também é compartilhada por Isabela: “pretendo continuar morando aqui, só que trabalhando fora e não mexendo na agricultura”.

Imagem 9 – Escola rural no Mocotó onde a associação local se reúne e onde também é oferecido o curso de costura industrial



Foto: Berlano Andrade (2016).

Para além deles, a relação morar/trabalhar no campo também foi exposta por outros dois jovens, moradores na Barra da Onça, estes já inseridos no trabalho na confecção. Para Fabiano (22 anos), a opção em ficar, embora trabalhe na cidade e tenha que se deslocar para lá diariamente se dá porque é onde ele planeja iniciar um novo ciclo familiar:

Você tem interesse em morar aqui ou em outro lugar?

Aqui mesmo, porque tou construindo a minha casa também. Aqui no terreno que é um terreno até grandinho, sabe? Aí tou construindo no terreno também.

Enquanto não conclui a construção da sua casa, mora com a esposa na residência dos pais dele junto com duas irmãs mais novas. Na residência, atualmente só ele exerce atividade remunerada. As atividades na agricultura realizadas pelos pais, e que contam com a sua eventual ajuda, é voltada apenas para o consumo interno. O terreno ao qual ele se refere é a propriedade da família, ou seja, toma a possibilidade de construir uma nova casa em terras familiares,

garantindo fortes laços de reciprocidade que os ligarão, numa relacionalidade que caracteriza essa *configuração de casas* (Marcelin, 1999).

Débora (24 anos) compartilha do mesmo sentimento de Fabiano. De acordo com ela, “Aqui é bom, nasci, me criei aqui, eu gosto. Aqui você tem facilidade para as coisas, não como na *rua*, mas tem. Melhor que em certos lugares. Eu gosto daqui, é calmo.” Atualmente trabalha numa *facção* na mesma localidade, sendo a única que não é da família dos donos da unidade produtiva (ao total são cinco pessoas trabalhando). A sua entrada no trabalho na costura ocorre da seguinte forma:

Eu primeiro aprendi [a costurar] na prefeitura, no curso que teve. Aí eu fui e passou três meses. Aí depois eu fiquei em casa, parada porque não tinha nada e chamaram minha irmã, que ela também fez curso, só que ela não aprendeu nada. Aí ela disse que não tinha aprendido, mas que eu tinha. Aí mandaram eu fazer um teste, aí eu fiquei.

À esta atividade, soma-se o trabalho no bordado de peças de jeans para um outro contratante, que ela realiza na casa dos pais, no turno da noite junto com a mãe, a irmã e um irmão, menor de idade, sendo que estes não bordam, mas limpam as peças de roupa. Por fim, ainda ajuda os familiares no *inverno*, trabalhando apenas nos dias de folga do trabalho na *facção*, os sábados e domingos. A casa dos pais oferece um ponto de apoio importante para Débora. Mãe de duas crianças de quatro e cinco anos, ela precisa ter com quem deixá-las em função de sua rotina intensa de trabalho. Assim, elas ficam aos cuidados da avó e das tias.

No que concerne aos planos para o futuro, ela afirma: “quero trabalhar na costura, quando eu puder comprar, compro uma máquina para mim mesmo”. E pensando sobre os irmãos que trabalham com ela no acabamento de peças de roupa, no que diz respeito aos seus interesses de continuarem trabalhando nesse ramo, diz:

O que borda mais a gente tem, ele tem 12 anos, ele tem vontade. Minha irmã também. Ela fez curso comigo, mas não aprendeu, ela quer entrar de novo. Aí por isso que tenho planos de comprar uma máquina para a gente trabalhar, entendeu? Com meus irmãos.

O trabalho na costura, com isso, é um objetivo pelo qual ela pode garantir a sua autonomia e a de seus irmãos.

Os quatro casos dos jovens apresentam uma diversidade de situações nas quais decisões devem ser tomadas. E ao fazer isso, uma série de questões, como a relação com a unidade familiar e as opções de alternativas presentes, devem ser consideradas. Milanês (2015) destaca no seu estudo que os jovens têm sido cada vez mais atraídos para o trabalho na costura. Segundo

ela, o que vem abastecendo o Agreste pernambucano é muito mais a nova geração de trabalhadoras e trabalhadores na confecção do que na agricultura. Silva (2009), por sua vez, ao estabelecer um perfil entre os jovens que trabalham na confecção no distrito de Pão de Açúcar, em Santa Cruz do Capibaribe, mostra que essa atividade é predominante na esfera familiar em comparação com outras. Ainda segundo essa autora, esse tipo de trabalho é considerado como o primeiro emprego para a maioria dos entrevistados jovens. Essas informações ajudam a compreender como o trabalho na confecção tem mobilizado esse segmento. Os depoimentos apresentados nesta dissertação esclarecem que além das redes que mobilizam as pessoas nesse mercado de trabalho, a oferta de cursos de costura industrial tem sido um mecanismo importante de mobilização.

A relação morar/trabalhar no campo, assim, revela a sua complexidade uma vez que ela se vincula a uma série de questões que levam o jovem a tomar sua decisão. Isso só pode ser compreendido, como vimos, ao considerarmos a noção de *estratégia doméstica* (Scott, 2014) que permite tomar conjuntamente os projetos desses jovens com os das suas famílias. Só assim se pode ensaiar um entendimento desses arranjos familiares.

Ao observar como mulheres e jovens atuam buscando meios de construção de projetos de vida individuais e familiares, uma coisa que se observa é a multiplicidade de estratégias que podem existir no interior da família. Na Barra da Onça, enquanto Débora e alguns irmãos procuram recorrer à atividade na confecção como meio de proporcionar a subsistência, o seu pai recorre às viagens ao *sul*, como muitos outros nessa localidade ainda o fazem. Diante dos limites na agricultura para esta família, cada um recorre a diferentes estratégias. Nesse sentido, deve-se dizer que essas práticas são ao mesmo tempo específicas na forma como são usadas pelos diferentes atores e generalizantes no fato de serem usadas por um grupo de pessoas.

Ao nível das famílias, as estratégias são um instrumento de reprodução social e construção de projetos. Ao mesmo tempo que sua dinâmica interna pode orientar o seu uso, o tipo de estratégia utilizada pode, por seu turno, implicar em mudanças na conformação familiar. Importante saber também, e a isso será dedicado os próximos subcapítulos, como no interior dos espaços representativos dos agricultores são pensadas as estratégias de fortalecimento desses atores.

5.3 O DEBATE NAS ENTIDADES RURAIS SOBRE OS MEIOS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO

Além dos espaços domésticos, outra esfera na qual homens e mulheres atuam na construção de meios que possibilitam sua reprodução social é o das entidades representativas destes: o STR, as associações de produtores rurais e moradores e o CMDRS. Aqui, a atuação dos indivíduos passa a ser mediada pelo conjunto de membros nos espaços nos quais devem construir demandas a serem disputadas. Outra característica é que a possibilidade de acesso aos **benefícios**, aos projetos e ações realizados pelas entidades estão subordinados à perspectiva de manutenção destes atores no campo. Esse entendimento aparece em diversas falas, seja a dos associados e diretores dessas organizações como a dos representantes dos grupos e entidades **parceiras**. Numa reunião de apresentação do PRONAF no Tabu, o representante do IPA esclarece aos presentes: “Qual é o papel do IPA? É fazer você ficar na terra, não ir para a cidade”. Da mesma forma, na assembleia mensal do STR, em sua sede, uma diretora fala para o público: “pode ter outra fonte de renda, mas não pode se ausentar da agricultura”. José Inácio, presidente do CMDRS de Surubim, coloca essa questão da seguinte forma,

*(...) esse é o objetivo do Conselho e é isso que estamos fazendo. Estamos focados em melhorar cada dia mais as condições de vida dos agricultores. Por quê? Para que os agricultores permaneçam na zona rural, não saiam da zona rural, não migrem para a cidade, abandonando o seu espaço onde aprendeu a viver, aprendeu a profissão, é o que ele sabe fazer. Além disso, para não migrar para outros meios de vida ou outra profissão que venha a suprir a necessidade da renda. A gente vê, por conta dessas secas, dessas estiagens, a agricultura hoje não dá mais a renda. Ela não dá mais condições de viver só da agricultura, por conta da estiagem e outras situações. E aí a gente vê que a preocupação maior do Conselho é a gente fazer com que o agricultor volte a produzir, volte a produzir para que esta atividade não acabe, porque a gente tá vendo que, realmente, tá galopante, eles migrando para uma segunda atividade, vamos falar assim, eles tão migrando para outra atividade e aqui em Surubim estamos vendo que está aparecendo muito forte é a questão dos **fabricos** de confecção.*

Essa preocupação é o que orientará a busca de **alternativas** e a articulação de **parceiros**. Há que se entender, também, que o fato de serem entidades voltadas para os atores rurais, muitos recursos, direitos e projetos são direcionados exclusivamente a este perfil, como o Garantia-Safra, a aposentadoria rural, a construção de cisternas de captação de água das chuvas, a distribuição de sementes, o corte da terra, dentre outros. Para muitos desses casos, a comprovação da condição de agricultor familiar é central para o acesso a essas modalidades de benefício. Nas diversas reuniões nas associações, no STR e no CMDRS, constantemente esclarecem os critérios de aptidão. Um exemplo é o DAP: documento que assegura ao produtor

rural em sua condição de agricultor familiar é um importante critério. Para ter acesso ao Garantia-Safra, por exemplo, ele tem que ser atualizado anualmente.

Surubim tem se caracterizado pela forte organização e atuação das entidades dos agricultores familiares. Na cidade, além do STR, localiza-se a sede do Polo Sindical do Agreste Setentrional da FETAPE, que abrange 15 municípios⁷⁶, o que revela a importância regional do sindicato local. O sindicato foi fundado em 1967 sendo que seu reconhecimento se deu no ano seguinte. Atualmente, segundo informações de seus diretores, consta que 13 mil pessoas são aposentados rurais, o que corresponde a 22% da população da cidade. Abreu e Lima (2012), em levantamento sobre a participação feminina nas direções dos STRs em Pernambuco entre as décadas de 1950 e 1980 mostra que o Agreste se distinguiu das outras regiões pela expressiva presença de mulheres⁷⁷. Segundo a autora, isso se deveu a alguns fatores como a estrutura das pequenas propriedades que permitiam que elas trabalhassem melhor o seu tempo de forma a poder participar desses espaços, diferentemente, por exemplo, das que trabalhavam na cana; uma taxa de alfabetização maior em comparação com a Zona da Mata e uma presença maior da atuação da Igreja com o seu trabalho de base em que muitas vezes havia uma atenção para as mulheres. O reflexo disso pode ser visto na atual composição da direção do STR de Surubim com significativa representação feminina, incluindo na presidência.

Nas várias reuniões e assembleias que ocorrem no STR, igrejas, casa de farinha, nas sedes das associações e do CMDRS e nas áreas externas às casas das lideranças, as mulheres são uma presença significativa, atuando como dirigentes, articulando as redes de contato para participar dos espaços e construindo pautas de interesse coletivo. Sendo elas um segmento expressivo nas atividades na confecção, em especial nas áreas rurais, torna-se possível entender o porquê da reivindicação de cursos de corte e costura industrial nos espaços das associações e do CMDRS.

O CMDRS foi fundado em 2001. Atualmente contem 32 associações cadastradas de um total de 47 existentes nas 57 *comunidades*. E se trata de um número crescente uma vez que o Conselho atua na fundação de novas associações e na reativação das já existentes. Conta ainda na sua composição representantes de órgãos públicos e do STR. A expressiva atuação do

⁷⁶ São eles: Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Vertentes e Vertente do Lério.

⁷⁷ Segundo o levantamento da autora, em 1988 o STR de Surubim elegeu sua primeira mulher na direção, Ida Maria da Silva Pereira. Devo acrescentar que anos depois outra mulher, Severina Cecília, seria eleita para a presidência do sindicato, sendo, por sua vez, sucedida pela atual presidente da entidade, Ivete Ramos.

CMDRS de Surubim se faz notar também no seu engajamento no Colegiado Territorial do Agreste Setentrional, instância entre o Estado e sociedade civil que aglutina 16 municípios da região⁷⁸. Isso se fez perceber na Assembleia do Colegiado ocorrida em 16 de agosto de 2016 quando representantes de Surubim foram eleitos para os cargos na direção dessa entidade, incluindo a presidência.

Os conselhos municipais de desenvolvimento rural surgem enquanto dispositivos orientados a estimular os atores locais seja na execução de políticas públicas como formulando e canalizando demandas sociais, como afirma Wanderley (2014). Ainda segundo a autora, o seu surgimento está relacionado com a afirmação e legitimação da agricultura familiar como forma de produção que ocorreu em decorrência do impacto do PRONAF. Para Sabourin (2009), a implantação desses conselhos municipais junto com a criação do PRONAF permitem a territorialização do desenvolvimento rural. Para o autor, esses mecanismos, que têm uma origem recente, fortaleceram diferentes modalidades de articulação entre iniciativas coletivas isoladas expressas na escala microlocal ou comunitária.

Como foi visto no capítulo anterior, a necessidade de afirmar uma identidade rural, como forma de garantir acesso a uma série de políticas voltadas a esse espaço, tem levado a uma disputa de afirmação territorial. E o trabalho na confecção que é requerido por muitos dos atores dessas entidades se converte em um elemento ambíguo nesse processo. José Inácio destaca essa situação:

A nossa visão não é a confecção, mas hoje a gente vê que tá realmente ajudando na renda do município, não só na zona rural.

Algumas das comunidades tem apresentado como demanda o trabalho na costura?

*Olhe, tem. Justamente isso aí, como falei no início o quanto deles de procurar melhorar a sua vida, nós temos diante das propostas deles, diante de tantas na questão da agricultura, mas a gente vê também, muitas propostas que eles tão fazendo, muitas reivindicações como cursos de corte e costura, de bordado, de comercializar, de como comercializar a produção deles, oficinas. Eles tão muito focados nisso. Inclusive, eu tenho já na lista seis **comunidades** pedindo cursos pra eles se aperfeiçoarem, porque eles já têm noção, para melhorar o seu conhecimento na questão do corte e costura. Para a gente levar para as **comunidades** para que seja oferecido os cursos lá na **comunidade**. E aí tem uma parceria também com o SENAI e estamos organizando isso para trazer esses órgãos para vir esses cursos aqui. Além da prefeitura, né, a gestão municipal já faz esse trabalho, mas é realmente um anseio muito grande das*

⁷⁸ Surubim, São Vicente Ferrer, Machados, Limoeiro, Feira Nova, Passira, Cumaru, Salgadinho, João Alfredo, Bom Jardim, Orobó, Casinhas, Vertente do Lério, Vertentes, Frei Miguelino e Santa Maria do Cambucá.

famílias hoje. Eles se organizam para entrar no mercado de trabalho e melhorar a sua renda.

Esse depoimento é bastante significativo, pois embora destaque que o objetivo do CMDRS não seja o de promover o trabalho na confecção, reconhece que essa alternativa de trabalho tem ganhado força a ponto dos associados estarem reivindicando ações voltadas à formação e qualificação de mão de obra para essa atividade. O CMDRS, então, encontra-se na situação de atender a essas demandas e de procurar, na articulação com os diferentes *parceiros*, ações nessas direções. Um registro da presença da questão do trabalho na confecção se encontra em um vídeo (Imagem 10) distribuído na comemoração de 15 anos do CMDRS. Na sequência de imagens que mostram as ações na qual o Conselho está envolvido, registra-se mulheres trabalhando na costura, destacando que essa atividade tem sido adotada em função da crise hídrica.

Imagem 10 – Registro audiovisual do CMDRS sobre a presença do trabalho na confecção



Fonte: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Surubim – DVD.

A presença do trabalho nas confecções aliado com as dificuldades dos atores de se manterem nas atividades agrícolas impõe para as entidades representativas dos agricultores familiares a consideração dessa atividade no conjunto de projetos e ações que promovem. Na dimensão do acontecimento das reuniões e do dia a dia das associações, pode-se perceber como isso operar em seus detalhes. É o que será feito a seguir.

5.4 AS REUNIÕES: AS PAUTAS, OS PLANEJAMENTOS E AS ESTRATÉGIAS

“Façam dessa reunião um fuxico!” Assim uma diretora do STR encerra a sua fala em uma reunião de base realizada em uma pequena igreja nos Pinhões em 05 de abril de 2016. Esse chamado procura estimular os presentes a fazerem circular as informações compartilhadas pela direção sindical, que naquela oportunidade lidou com uma gama de assuntos, indo da conjuntura política nacional aos direitos assegurados as trabalhadoras e trabalhadores rurais. As diversas reuniões de base do sindicato, as reuniões ordinárias das associações e as assembleias do STR e CMDRS nas quais pude participar revelam um universo de interações sociais muito além do caráter estritamente relacionado à tomada de decisões. Enquanto evento importante na organização dos atores envolvidos, o seu espaço acaba funcionando também como esfera de *encontros* onde pessoas podem conversar, trocar informações e planejar ações comuns para as mais diversas situações.

Em algumas reuniões nas *comunidades*, pude perceber que enquanto ela não começava, os presentes se dividiam espacialmente por gênero: homens e mulheres formavam grupos distintos e, às vezes, relativamente distantes entre si. O contraste visual permitiu, por fim, perceber que elas compõem o grande número de presentes, em muitas das reuniões. Em localidades onde as residências se encontram afastadas umas das outras, esses momentos são propícios para a socialização. Elas, em especial, transformam os bastidores das reuniões em “reuniões paralelas” ondem trocam informações sobre o trabalho na confecção, tema bastante presente hoje no universo rural de Surubim. Portanto, por meio dessas interações as demandas referentes a ações voltadas ao trabalho na confecção vão sendo construídas.

Tomar os eventos das reuniões para visualizar a construção de estratégias, constitui uma ferramenta potente para descortinar as práticas e concepções dos atores envolvidos em relação ao trabalho. A respeito das reuniões de trabalhadores rurais, Comerford (1999) faz a seguinte consideração:

(...) as *reuniões* podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns parâmetros e mecanismos para as disputas de poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõe a representar. (p. 46)

As reuniões das associações e do CMDRS seguem um determinado rito. Primeiro, instala-se a composição da mesa. Em seguida, realiza-se uma oração com todos os presentes. Trata-se de uma prática que deve ser entendida naquilo que a Teologia da Libertação compreende como *mística*, ou seja, a evocação de símbolos e valores comuns ao grupo social de forma a prepará-los para o espaço coletivo⁷⁹. Quando há a presença de convidados externos ou quando a reunião conta com a presença dos *parceiros* se solicita que esses se apresentem para o público. Por fim, entra-se na discussão das pautas. Como é visto aqui⁸⁰, o espaço não é limitado à discussão direta de questões referentes aos associados, a reunião é preparada simbolicamente, nelas as pessoas são apresentadas e com isso inseridas na interação do espaço. Sob essas circunstâncias é que serão negociadas as pautas a serem seguidas.

Em 10 de agosto de 2016, o CMDRS realizou a sua assembleia mensal. Estavam presentes representantes das associações de produtores rurais, do Clube de Mães da Lagoa da Vaca, representantes do STR, das secretárias de juventude e de agricultura, do IPA, do Batalhão da Polícia Militar, além do técnico de desenvolvimento rural do ProRural, dentre outros. Ao iniciar as atividades, o presidente pede que todos se levantem e antes de conduzir a oração pede chuvas “para acumular água”. Antes de seguir para a pauta, que tratará das cotas para o Garantia-Safra, abre-se o espaço da reunião para os informes. Compartilha-se com os presentes a notícia de que será fundada uma nova associação em Duas Estradas dentro de alguns dias; que o ProRural já começou a visitar as residências cadastradas no “Galinha Caipira” que é o projeto de construção e instalação de estruturas para a criação dessas aves e que a associação da Barra da Onça está entregando um ofício com nomes previamente selecionados para o curso de corte e costura industrial, promovido pela prefeitura.

Como tem aparecido em vários depoimentos registrados nesta dissertação, muitas pessoas iniciaram sua inserção no trabalho na confecção quando tomaram notícias da existência de vagas para os cursos de corte e costura industrial. A administração municipal tem cumprido um papel importante na popularização desses cursos⁸¹. Lira (2011) relata, igualmente, alguns aspectos da atuação da administração municipal de Surubim. Destaca os esforços em oferecer

⁷⁹ Embora o sentido de mística é mais amplo uma vez que pode estar relacionado ao cultivo da memória coletiva e no resgate da história comum do movimento social. O recurso a oração aqui tende a refletir o peso da religiosidade nos espaços rurais, e em especial entre as pessoas mais velhas. Nunes (2014) oferece uma interessante descrição do papel das místicas como prática de comunicação em pesquisa junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

⁸⁰ Pode haver diferenças na forma de encaminhar a reunião nas diferentes entidades, contudo.

⁸¹ Bezerra (2011) destaca a proliferação de cursos de corte e costura, orientados pelo SENAI, demandados pelas prefeituras da região do Cariri Paraibano. Deve-se, com isso, perceber a extensão desse tipo ação no Polo, mobilizando mão de obra tanto nas áreas urbanas como rurais.

curso noturno para os funcionários dos estabelecimentos existentes através do Centro de Vocação Tecnológica de Confeção⁸². Ainda segundo a autora, tal ação foi inicialmente pensada para atender os jovens desempregados que residissem em Surubim, acima de 16 anos e com ensino fundamental completo. Porém, houve uma necessidade de redefinir esses critérios uma vez que o público inscrito não se encaixava simultaneamente em todas essas características.

A oferta desses cursos estimulou homens e mulheres a procurarem migrar, de forma definitiva ou aliada ao trabalho na agricultura, para a atividade na confecção. Isso se converte numa opção que mobiliza esses atores a demandar ações através dos espaços de ação coletiva que estão inseridos. Nessa relação estabelecida entre a administração municipal e a população interessada em participar nesses cursos, o CMDRS atua como mediador. Nas palavras de José Inácio “o Conselho participa na troca de informações. Eles informam e o Conselho leva as demandas”.

Na Associação de Moradores da Comunidade da Barra da Onça, em reunião realizada em 4 de setembro de 2016, a direção pôde retornar para os associados a informação de que tinha levado o ofício com o nome dos interessados em realizar o curso de corte e costura industrial. Nessa oportunidade, pude conversar com uma das associadas que aguardava o início dos cursos. Cintia (47 anos) é agricultora. Quando “acaba a agricultura”, ou seja, no *verão*, ela trabalha realizando faxinas na cidade. Chegou a atuar com artesanato com retalhos de tecidos fazendo lençóis e tapetes mas abandonou em função do pouco rendimento. O conhecimento que ela tem da costura aprendeu com a mãe ainda criança, habilidade que lhe permite fabricar roupas apenas para a família, mas não sabe trabalhar com o perfil de máquinas usadas na confecção:

*Eu costuro pra casa. Tive vontade de trabalhar fora, mas nunca fui chamada pra **fabrico**, não. Uma é que ainda não peguei aquela prática naquelas máquinas, porque as máquinas que eu tenho é máquina reta, né, levei ela até para botar peça, ela é reta, é motor, mas é normal, e tem aquelas que acho complicada, assim, eu acho que é e não é, que eu nunca fui. Mas assim, pra costurar qualquer peça, eu costuro.*

Assim, o curso oferece uma possibilidade de ela superar essa limitação e poder adquirir prática com a costura industrial:

Agora vocês estão aguardando o curso, não é?

⁸² Os Centros Vocacionais Tecnológicos são espaços voltados para o fortalecimento de sistemas produtivos locais através. Vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; atua em várias áreas temáticas como infraestrutura, indústria, produção alimentícia, dentre outras.

Sim, se eu aprender a costurar e aprender prática naquelas máquinas, eu corro pra máquina! Porque se tem uma coisa que eu gosto, é de costurar, de verdade. Quando eu chego de noite, quando vou fazer faxina duas vezes na semana, faço os serviços faço as coisas todinha, faço o café e vou costurar.

A mediação que o CMDRS faz entre os seus integrantes e as demandas relacionadas ao trabalho na confecção vai mais além das pautas de ações e projetos voltados para a zona rural. No dia 12 de agosto de 2016 ocorreu a fundação da associação representativa dos moradores da localidade de Duas Estradas. Esse ato contou com a coordenação de José Inácio que organizou toda a documentação para garantir o reconhecimento dessa nova entidade. Durante a reunião de fundação, foram feitos todos os esclarecimentos relativos a essa nova associação, das políticas públicas conquistadas via o CMDRS e de questões imediatas para os presentes como a distribuição de cotas do Garantia-Safra.

No momento de registrar o nome da nova entidade em ata, José Inácio pergunta se ela deveria ser chamada de Associação de Produtores Rurais e Costureiras, uma vez que, vizinho a Duas Estradas, no distrito de Chéus, os moradores, em discussão voltada para fundação de sua entidade, haviam solicitado que se acrescentasse “costureiras” no seu nome em função dessa atividade ser bastante significativa na localidade. Não foi o caso de acrescentar essa nova atividade no nome da associação, já que a totalidade dos presentes declararam que ali o que predomina é o trabalho agrícola. Mas essa situação é bastante expressiva pois ela mostra a necessidade de reconhecimento e, se for o caso, de readequação a essa nova realidade.

Esse entendimento parece já ser aplicado na **comunidade** dos Tatus. Como me fala o representante da associação local, há dois anos ele pleiteia instalar um projeto na sede da entidade na qual possa funcionar uma **facção** durante o dia e um curso de corte e costura à noite. Segundo ainda me relata, no futuro poderia ser construído uma lavanderia. Como argumento, ele me diz que em um levantamento na localidade identificou a existência de 60 pessoas interessadas na costura. Por fim, ele me mostra a planta do que seria esse novo espaço. Para ser construído, ele garantiu que fosse desmembrada uma parte da propriedade pertencente ao seu pai e que ela fosse doada para a Associação. O caráter desse projeto mostra que os envolvidos estão interessados em aproveitar da melhor forma possível as situações que se encontram presentes na região.

Conforme observado, é possível ver como nas esferas das entidades dos agricultores familiares o trabalho na confecção tem aparecido e moldado em alguma medida as suas ações. Trata-se de um processo que está longe de ter uma definição e que levará os envolvidos a

pensarem e repensarem quais as formas mais adequadas de permanecer nas suas localidades ou de ter acesso a uma renda que lhes seja satisfatória.

O trabalho na confecção, dessa forma, precisa ser entendido como uma opção que surge no horizonte de homens e mulheres. Ao tomar o ponto de vista dos agricultores familiares, percebe-se que historicamente as *estratégias* são mobilizadas como forma de garantir sua reprodução social. Elas podem ser expressas, por exemplo, nas *práticas de mobilidade* que colocam em movimento os atores como forma de garantir o vínculo com o lugar de origem. Também se apresentam pelo recurso de outras atividades que não as atividades agrícolas, numa busca de equilíbrios na renda familiar que podem levar tanto a manutenção de uma forma de vida como transformá-la.

Assim, as *estratégias* são relevantes uma vez que, por meio delas, pode-se compreender a conformação do território do Polo. O seu desenvolvimento e expansão deve ser compreendido através das ações dos atores que estão em constante “movimento” na busca pela sua sobrevivência e na construção de uma identidade coletiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco teve origem e se reproduz incorporando os espaços rurais à sua volta. Nesta dissertação, procurei descrever e analisar esse processo que vem ocorrendo com mais intensidade nos últimos anos no Agreste Setentrional de pernambucano, em especial nos territórios rurais do município de Surubim.

Os agricultores familiares enfrentam profundas mudanças no meio rural, relacionadas com a propriedade fundiária, crescimento urbano e limitações à realização de atividades agrícolas. Historicamente, diante dos diversos empecilhos postos à reprodução camponesa no Nordeste, estratégias das mais diversas foram utilizadas por esses atores. Nesse sentido, as mobilidades – em especial a migração – são expressões características dos pequenos produtores rurais na região. Por meio delas homens e mulheres circularam e circulam por um amplo território promovendo uma integração inter-regional necessária a uma determinada época da história nacional e garantindo a manutenção da propriedade familiar nas localidades de origem. Os fluxos migratórios foram construídos e redefinidos em função das diferentes dinâmicas socioeconômicas que despontaram em vários lugares do país ao longo dos anos. Dessa forma, a região agrestina analisada nesta pesquisa foi, em um momento, área de saída de mão de obra migrante para o Sudeste do Brasil e em outro se converteu em região que atraiu enorme contingente populacional, levando às transformações decorrentes desse rápido crescimento demográfico. As biografias de alguns personagens descritas nesta dissertação mostram como uma pessoa, ao longo de sua vida, pode se deslocar a diferentes lugares e exercer diferentes atividades ainda que, muitas vezes, retornar esteja em seu horizonte.

Da mesma forma, as atividades não-agrícolas são amplamente utilizadas e não devem ser tomadas simplesmente como indício de descaracterização do meio rural e muito menos do agricultor de base familiar. Constituem outro tipo de estratégia historicamente utilizada por camponeses e agricultores familiares como forma de garantir a reprodução social destes. Elas devem ser analisadas, assim como as migrações, diante das dificuldades relacionadas à manutenção das atividades agrícolas e reprodução das unidades familiares. Essas diversas formas de emprego de mão de obra entre as famílias, contudo, devem ser compreendidas na sua relação com o trabalho agrícola, além de considerar suas características próprias. Considerando esses pressupostos, entende-se os níveis de equilíbrio que podem existir entre as diferentes esferas produtivas e como um pode subsidiar a reprodução do outro.

Com base nessas considerações, pode-se, então, compreender como o Polo se tornou “possível”. Indo além das narrativas difundidas na região que tratam o surgimento da *Sulanca* como uma ação fruto da criatividade de homens e mulheres pobres que procuravam fugir da seca, pode-se situar que a sua origem só foi possível porque as práticas que caracterizam os *sitiantes*, como o trabalho familiar e diferentes obrigações sociais, ofereceram condições para a sua organização e desenvolvimento. O desenvolvimento dessa argumentação se deu pela orientação teórica e metodológica empreendida nesta dissertação ao focalizar os agricultores familiares em suas *práticas migratórias* e procurando historicizar as diferentes estratégias usadas por estes atores no Nordeste de forma a encontrar continuidades históricas e paralelos nas lógicas em diversos lugares da região. Ao argumentar que a história da *Sulanca* é parte da história das mobilidades de homens e mulheres pobres, quero com isso situá-la no mesmo processo no qual fazem parte peões de trecho, trabalhadores volantes, sacoleiros etc. que tornam possíveis a organização do trabalho e do mercado de consumo entre aqueles que estão, em sua maioria, na informalidade, excluídos daquilo que Braga (2012) chama de “cidadania salarial”. Assim, diferente de uma simples “ruptura com o passado”, a *Sulanca* conforma uma outra possibilidade de agir dentro das práticas já comumente utilizadas pelos agricultores familiares no país.

Este trabalho procurou entender como essas questões apareciam para os atores investigados. Ao tomar os espaços domésticos – e em especial a casa – como ponto de partida e de chegada de onde se organizam as mobilidades entre os atores, esta dissertação demonstra que o surgimento do Polo possibilitou um novo arranjo na articulação trabalho e mobilidades. As migrações que antes eram mais longas, levando meses para o seu retorno, agora podem ocorrer de forma semanal ou diária. A proximidade das áreas onde as atividades produtivas na confecção são realizadas confere uma circulação de pessoas e objetos de forma a integrar os espaços por meio de uma divisão territorial do trabalho em que áreas se especializam em determinadas funções na cadeia produtiva.

No processo de circulação, observa-se não apenas o fluxo de mão de obra como também de matérias-primas e maquinário para a realização da atividade da confecção. Se em estudos anteriores sobre as migrações no Nordeste brasileiro, como em Garcia Jr (1990) o retorno garante um reinvestimento na localidade de origem através do capital adquirido em atividades em outros lugares, no caso aqui estudando ao retornar o migrante traz consigo uma máquina na qual pode trabalhar na costura. O impacto disso é grande. Permite-se a volta ao lugar de onde saiu sob a garantia de emprego em uma atividade não-agrícola. Nesse sentido, ao mesmo tempo

que induz um fluxo de trabalhadores para fora das *comunidades*, o Polo, por suas características, também possibilita que se retorne às mesmas. Uma consequência é a forma de integração rural-urbano nesses espaços com a penetração da atividade da confecção. Ela ajuda a moldar a força de trabalho e as diversas dinâmicas produtivas, em especial, no que diz respeito ao trabalho na agricultura. Assim, tanto o retorno como o desejo em permanecer na localidade, embora não se vinculando às atividades agrícolas, tornam-se uma possibilidade que influi nos projetos e estratégias das famílias.

A reprodução do capital via o trabalho na confecção longe de negar relações oriundas de práticas comuns aos *sitiantes* agrestinos ou a uma *ordem moral* camponesa, considera-as e as subordina à sua lógica. Diante do que hoje se caracteriza como padrões flexíveis de acumulação, o que se encontra no território do Polo é uma possibilidade de organização socioeconômica que ao invés de desarticular antigas relações, as toma como ponto de apoio. É nesse sentido que se deve compreender os padrões de residência e relações de vizinhança nos espaços rurais e que permitem que os filhos fiquem sob os cuidados de parentes próximos garantindo que a mão de obra feminina seja liberada. Também permite entender a importância da *ajuda*, um mecanismo que torna invisível o trabalho de mulheres e crianças no interior de uma unidade produtiva que mobiliza um grande número de integrantes da família para trabalhar na confecção sem que com isso implique em um assalariamento ou remuneração individual de todos. Dessa forma, compreender as relações laborais existentes no caso estudado partem de tomá-las na perspectiva de uma *economia moral da produção flexível* (Kofti, 2016).

Do ponto de vista das interações socioeconômica é importante destacar como as atividades agrícolas e não-agrícolas se relacionam. Ainda sobre os mecanismos de reprodução do capital, pode-se perceber que mesmo as atividades que ocupam um peso cada vez mais reduzido na economia doméstica como a criação e o plantio para consumo interno em determinadas épocas do ano permitem que a força de trabalho não dependa exclusivamente da remuneração vinda do trabalho na confecção. Com isso, o custo da mão de obra tende a ser menor nas *comunidades*.

Os diferentes circuitos econômicos foram analisados também nas suas inter-relações. Como foi visto, o circuito das confecções pode se estender a uma escala mais ampla do que o da produção agrícola. Com o primeiro, pode-se estabelecer formas de sustentação da unidade doméstica que o segundo não consegue. Desse ponto de vista, a pequena propriedade agrícola encontra uma forma de se manter, apoiando-se na produção não-agrícola.

O trabalho realizado se apoiou no debate sobre mobilidades. As formas de reprodução social do grupo doméstico podem ocorrer tanto pela circulação de pessoas, como de mercadorias. No segundo caso, diante das limitações de produção e escoamento agrícolas, a extensão das confecções que chega a vários estados do país garante uma forma da família se fixar na localidade. Em outras palavras, as formas de permanência da unidade doméstica em seu local de origem ocorrem tanto por meio da migração como fazendo circular o que é produzido no seu interior.

É nesse sentido que a presença do trabalho nas confecções nos espaços rurais tem que ser compreendida em sua ambiguidade. Esta atividade não pode ser tomada simplesmente como vetor de desestruturação das relações agrícolas quando, como foi visto ao longo desta dissertação, diversos níveis de interação fazem com que as atividades na agricultura e um modo de vida rural encontram nessa atividade um ponto de apoio. Da mesma forma, as relações sociais identificadas como rurais e agrícolas lhe oferecem uma possibilidade de penetração nesses espaços e reprodução. Qualquer avaliação das transformações que vêm ocorrendo no meio rural do Agreste Setentrional de Pernambuco tem que considerar o papel desempenhando pelo Polo, em conjunto com outros fatores como a estrutura fundiária na região e as constantes estiagens. Qualquer tentativa de fortalecimento da agricultura familiar terá que lidar com estes dois últimos fatores⁸³, caso contrário o trabalho na confecção tenderá a ser uma alternativa cada vez mais usada.

Para os atores imersos nesse processo, essas questões aparecem sob o ponto de vista dos projetos de vida e das estratégias. Como se viu, uma mesma família pode recorrer a diferentes formas que garantam a sua reprodução social, como migrações para o *sul* e trabalho na costura. Da mesma forma, em cada escolha se pode observar aspirações de mudança de vida entre seus integrantes. E assim, como demonstrado, muitos jovens procuram uma forma de trabalho diferente da exercida pelos pais. Igualmente se observa entre as mulheres. O trabalho na confecção tem contribuído na flexibilização de hierarquias familiares, dando às mulheres mais autonomia e o protagonismo na expansão dessa atividade. Não por menos, observam-se mulheres administrando as unidades produtivas, ensinando seus companheiros a costurar e adquirindo empréstimos para a ampliação destas. Isso reflete um movimento de mão dupla onde

⁸³ E é claro que tem que ser pensada formas de valorização dessa atividade, em especial, entre os segmentos da juventude que cada vez mais optam por outros trabalhos que não seja na agricultura.

as condições no espaço doméstico podem fazer com que se busquem alternativas que permitam a sua reprodução social ao mesmo tempo que provocam mudanças nas relações sociais.

É dentro dessas novas situações que as entidades representativas dos agricultores familiares – STR, associações e CMDRS – procuram lidar com um espaço rural em rápidas mudanças. A questão que parece ser central a essas entidades é relativa às formas de permanência no campo, tendo agora que lidar com um fenômeno que ainda não é claro nas suas consequências. Aos poucos, as demandas relativas ao trabalho nas confecções aparecem nas pautas e projetos dessas entidades. Um caminho que parece ser mais seguro para eles é a manutenção de uma diversidade de *alternativas* e projetos para os agricultores familiares, além de procurar ter um número cada vez maior de *parceiros* de forma que lhes dê condições de atuar da melhor forma, diante das indefinições que podem surgir.

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou uma ampliação do olhar sobre esse processo. Ao mesmo tempo, revelou uma série de questões que não puderam ser desenvolvidas em profundidade aqui, mas que necessitam uma atenção maior. Cito algumas delas.

A primeira se refere às mudanças semânticas de termos e categorias usadas entre os *sitiantes* diante das atividades no Polo como é o caso do *ganho*. Uma análise das classificações usadas pelos trabalhadores da confecção e sua comparação com as utilizadas pelos camponeses pode oferecer pistas das lógicas que permanecem e são reinventadas na transição de uma atividade para outra.

Igualmente importante é compreender as práticas econômicas desses atores que se revelam no cruzamento da confiança interpessoal, trabalho remunerado e obrigações firmadas. Nesta pesquisa apareceu na prática de *descontar* no preço da produção de roupas o valor das máquinas compradas pelo patrão de uma das costureiras.

Outro ponto que merece mais atenção diz respeito a temática do consumo. Tanto as mudanças do que é consumido entre os trabalhadores envolvidos na dinâmica do Polo em função da ampliação do seu poder de compra como o mercado consumidor que permite a produção de determinados tipos de vestuários.

O papel que determinadas instituições como as administrações municipais cumprem no apoio às atividades na confecção. A dimensão dos cursos de costura industrial pode oferecer detalhes das prioridades dadas a estes ofícios. Também é importante considerar a sua presença

junto a outras opções de cursos de formação e entender a escolha de um em detrimento de outros.

Por fim, é importante ampliar a análise das entidades dos agricultores familiares e procurar entender como a questão do Polo aparece em organismos de abrangência maior como no Polo Sindical da FETAPE e o Território do Agreste Setentrional. Igualmente importante é verificar como essas mesmas questões analisadas em Surubim aparecem nos STR's e associações de outros municípios, em especial em Toritama e Santa Cruz do Capibaribe em que a proporção de agricultores familiares que trabalham nas atividades das confecções é muito maior. Nesse caso, quais os debates em que eles têm se envolvido? Quais as estratégias que estão mobilizando diante dessa configuração? Quais as semelhanças e diferenças em lidar com essas situações em cada município?

Os agricultores familiares, então, necessitam ser compreendidos em sua diversidade e nas diferentes possibilidades de se constituírem. O que esta pesquisa procurou foi expor alguns detalhes dessa identidade, de forma a oferecer condições para entender esses importantes atores na estrutura social do país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva. (1986), *O Averso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecções*. São Paulo, Editora Hulcitech.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. (2012), *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. Recife, Editora Universitária UFPE.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. (1972), *A Arte do Ouro: Um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (1997), *A Sedução da Cidade. Os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial.

ANDRADE, Berlano Bênis França de (2013). *Tecendo memórias, carregando lugares: trabalho familiar e migrações como estratégia de reprodução social no Agreste pernambucano*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pernambuco.

ANDRADE, Manuel Correia de. (2005), *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo, Cortez. 7ª Ed.

ARRUTI, José Maurício. (2016), “Entre campo e cidade: quilombos, hibridismos conceituais e vetores de urbanização” In OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. (Org.) *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. (1975), *Aspectos da economia leiteira e da indústria de laticínios no Nordeste*. Fortaleza, BNB; Sudene.

BEZERRA, Elaine M. (2011), *O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande.

BURAWOY, Michael. (2014), *Marxismo sociológico: Quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo, Alameda.

BOURDIEU, Pierre. (1999), A casa *Kabyle* ou o mundo às avessas. *Cadernos de Campo*. n.º. 8, ano IX: 147-159.

BRAGA, Ruy. (2012), *A política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo Editorial.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1995), *A partilha da vida*. Taubaté, Cabral Editora.

BURNETT, Annahid. (2014 a), “As raízes rurais da Feira da Sulanca no Agreste pernambucano” *Revista Extensão Rural*, DEAER – CCR – UFSM. v.21, n.4, out./dez.

_____. (2014 b), “O ‘ponto de mutação’ da Sulanca no Agreste de Pernambuco. *História Oral* 17 (2): 153-171.

CARNEIRO, Maria José. (2008), “‘Rural’ como categoria de pensamento” *Ruris* 2 (1).

_____; PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. (2012), “Tecendo novas estratégias: confecções em domicílios rurais em Nova Friburgo” In CARNEIRO, Maria José (coord.) *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e de pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Mauad X – Faperj.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1999), “Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 5 (9): 151-171.

_____. (2011), “Trabalho e mobilidades no mundo globalizado” In MENEZES, Marilda A; GODOI, Emília Pietrafesa de (orgs.). *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo, Annablume; Brasília, CNPq.

_____. (2014), “Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização” in CAVALCANTI; WANDERLEY; NIEDERLI. *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife, Editora UFPE.

CHAYANOV, Alexander V. (1985), *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión.

COHEN, Marianne; DUQUÉ, Ghislaine. (2001), *Les deux visagens du Sertão: Stratégies paysannes face aux sécheresses (Nordeste du Brésil)*. Paris, Éditions de l'IRD.

COMERFORD, John. (1999), *Fazendo a Luta: Sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. _____ (2003), *Como uma família: sociabilidade, território do parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

_____. (2014), “Vigiar e Narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações”. *Revista de Antropologia*. 57 (2): 107-142.

DAVIDSON, Neil. (2010), “From deflected permanent revolution to the law of uneven and combined development” In: <http://isj.org.uk/from-deflected-permanent-revolution-to-the-law-of-uneven-and-combined-development/>. Acesso em 20 de abril de 2017

DUARTE, Luiz Fernando; GOMES, Edlaine de Campos. (2008) *Três Famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

ESCOBAR, Arturo (2010). *Introducion – Lugar* In *Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida redes*. Popayán, Envió Editores.

ESPIRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. (2013), *Sulanqueiras. O trabalho com vestuário e outros ofícios no Agreste Pernambucano*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

EVANS-PRITCHARD, Edward (2013). *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva: 2ª Ed.

FASSIN, Didier. (2009), “Les économies morales revisitées”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 64e année: 1237 – 1266

FLORES, Sara Maria Lara. (2010), “Introduccion” In FLORES, Sara Maria Lara (coord.) *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México DF, Miguel Angel Porrúa,.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. (2002), *Comunidade operaria migração nordestina e lutas sociais São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas.

FORTES, Meyer. (2011), *O Ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Série tradução Vol. 1, Brasília: DAN: UNB.

FURTADO, Celso. (1964), *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura: 2ª Ed.

FUSCO, Wilson; VASCONCELOS, Valtemira Mendes. (2010), Migrantes e costureiros: trabalhadores do setor de confecções em Toritama-Pe. *Cadernos de Estudos Sociais*. 25 (1): 43-60.

GARCIA, Marie France. (1983), “Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social”. *Boletim do Museu Nacional*. nº 45.

GARCIA JR, Afrânio Raul. (1983), *Terra e trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1990), *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Editora Marco Zero; Brasília, Editora UNB.

GEERTZ, Clifford. (2008), “Uma Descrição Densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura” In GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.

GODOI, Emília Pietrafesa. (2014), “Territorialidade”. In: Lívio Sansone; Cláudio Alves Furtado. (Org.). *Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. 1ed.Salvador: EDUFBA, v. 1: 443-452.

GOMES, Sueli de Castro. (2002), Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo.

GRAZIANO DA SILVA. José. (1997), “O novo rural brasileiro” *Nova Economia*. 7 (1): 43-81.

GREGORY, Chris. (2015), *Gifts and Commodities*. London, HAU Books: 2ª Edition.

HARRIS, Tina. (2013), *Geographical Diversions: tibetan trade, global transsactions*. Athens, University of Georgia Press.

HARVEY, David. (2011), *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo Editorial.

_____. (2014), *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola: 25ª Ed.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. (1979), *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOFTI, Dimitra. (2016), “Moral economy of flexible production: Fabricating precarity between the conveyor belt and the household”. *Anthropological Theory*, 16(4) : 433–453.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) (1998), *A Agricultura Familiar: comparação internacional II Do mito à realidade*. Campinas, Editora Unicamp.

LIMA, Jacob Carlos. (2013), “Nova informalidade”. In: Anete Brito Leal Ivo. (Org.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas*. São Paulo, Annablume.

_____ ; SOARES, Maria José Bezerra. (2002), “Trabalho flexível e o novo informal” *Caderno CRH* n. 37: 163-180.

LINS, Rachel Caldas. (1981), “A bovinocultura no Nordeste e aspectos gerais do Agreste pernambucano” In *Notas e Comunicações de Geografia: série estudos e pesquisas n° 6*.

LIRA, Sonia Maria. (2011). *Muito Além das Feiras da Sulanca: a produção de confecção no Agreste/PE*. Recife, Editora Universitária UFPE.

LYRA, Maria. (2005), “Sulanca X muamba: rede social que alimenta a migração de retorno” *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19: 144-154.

LOPES, José Sérgio Leite. (1978), *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 2ª Ed.

LÖWY, Michael. (1998), “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado” In *Revista Outubro*. Edição 1 (6), pp. 73-80.

MARCELIN, Louis HERNES. (1999), “A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano” *Mana*. 5 (2): 31-60.

MARX, Karl. (2013), *O capital*. São Paulo, Boitempo Editorial.

MARTINS, José de Souza. (1981), *Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, VOZES.

_____. (2010), *O cativo da terra*. São Paulo, Contexto: 9ª edição.

McALLISTER, Carol. (1991), “Uneven and Combined Development: Dynamics of Change and Women’s Everyday Forms of Resistance in Negeri Sembilan, Malaysia.” In *Review of Radical Political Economics*. 23 (3&4): 57-98.

McGRANAHAN, Carole. (2015), “Anthropology as Theoretical Storytelling” In <https://savageminds.org/2015/10/19/anthropology-as-theoretical-storytelling/>. Acesso em 20 de abril de 2017.

MEDEIROS, Luiz Antonio. (2007), *Surubim: A História de Todos os Tempos*. Surubim, Edição do autor.

MELO, Mario Lacerda de. (1980), *Os Agrestes: estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos*. Recife, SUDENE.

MENEZES, Marilda A. (2002), *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro, Relume Dumará; João Pessoa, EDUFPA.

_____. (2009), “Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste”, In GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda A; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v. 2: *estratégias de reprodução social*. São Paulo, UNESP; Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

_____; MALAGODI, Edgard. (2011), “Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência” In SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre, UFRGS Editora.

MILANÊS, Renata B. (2015), *Costurando roupas e roçados: as linhas que tecem trabalho e gênero no Agreste pernambucano*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

MILLER, Daniel. (2013), Casa: teoria da acomodação. In *Trecos, troços e coisas: Estudos Antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro, Zahar.

NASCIMENTO, Ivaldo Souza do. (1997), *O Circulo*. Surubim, Edição do autor.

NUNES, Márcia Vidal. (2014), *Teologia da Libertação, Mística e MST: O Papel da Comunicação Grupal Libertadora na Organização Política do Movimento*. Fortaleza, Imprensa Universitária.

OLIVEIRA, Francisco de. (2008), *Noiva da revolução/ Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe*. São Paulo, Boitempo Editorial.

PALMEIRA, Moacir [et al.]. (1977), “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” *Anuário antropológico/76*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

_____. (2009), “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”, In WELCH, Clifford A [et al.] *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas, vol. I*. São Paulo, UNESP; Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

_____. (2014), “Feira e Mudança Econômica” *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, 11 (1).

PEEBLES, Gustav. (2010), “The Anthropology of Credit and Debt” *Annu. Rev. Anthropol.* 39: 225 – 40

PINA-CABRAL, João de; GODOI, Emília Pietrafesa de. (2014), “Apresentação Vicinalidades e Casas Partíveis” In *Revista de Antropologia*. 57 (2): 11-21.

RABOSSI, Fernando. (2008), “Em la uta de las confecciones”. *Revista Crítica en Desarrollo*. 02: 151-171.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (2009), “De Guangdong a Caruaru”. *Le Monde Diplomatique Brasil*: 8-9.

_____. (2010), *A Globalização Popular e o Sistema Mundial Não Hegemônico*. Série Antropologia Vol. 432, Brasília: DAN/UnB

SABOURIN, Eric. (2009), *Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Editora Garamond Universitaria.

SAHLINS, Marshall. (1997), "O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção" *Mana*, 3(1): 41-73.

SCHNEIDER, Sergio. (2004), *Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS Editora: 2ª Ed.

_____. (2009), *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre, UFRGS Editora: 2ª Ed.

SCOTT, James C. (2002) "Formas cotidianas da resistência camponesa". *Raízes*, 21, 1: 10-31.

SCOTT, Russell Parry. (1986), "A Lógica Migratória Camponesa Sob O Capital" In DUARTE, Renato. (Org.). *Emprego rural e migração na América Latina*. Recife, MASSANGANA.

_____. (2013), "Projetos de desenvolvimento no rio São Francisco: administrando vocações e desigualdades" *Campos* 14(1-2): 15-36.

_____. (2010), "Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações" In SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide, Menezes, Marilda (Orgs.) *Gênero e geração em contextos rurais*. Recife, Editora Universitária UFPE.

_____. (2014), *Migrações interregionais e estratégia doméstica: Nordestinos, mobilidades e a casa até os anos 1980*. Recife, Editora Universitária UFPE.

SEBRAE. (2013), *Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambucano*. Recife, SEBRAE.

SHANIN, Teodor. (1980), "A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista" *Estudos CEBRAP* 26: 41-80.

SIGAUD, Lygia. (1979), *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades.

_____. (1980), *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SILVA, Maria Regina M. Batista e. (1995), *O universo da bordadeira: estudo etnográfico do bordado em Passira*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Sandra Roberta. (2009) A juventude na “Sulanca”: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande.

SOUZA, Alana Moraes de. (2012), “*A gente trabalha onde a gente vive*”: A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. (1977), *Cassacos e corumbas*. São Paulo, Ática.

_____. (1982), *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências.

TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura. (2010), “Introdução” In TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura (Orgs.) *Depois que a chuva não veio: Respostas sociais as secas no Nordeste, na Amazônia e no Sul do Brasil*. Fortaleza, FUNCEME/CIFAS.

TAUSSIG, Michael. (2010), *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo, Editora Unesp.

THOMPSON, Edward Palmer. (2012), “Folclore, antropologia e história social” In THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora Unicamp: 2ª Ed.

_____. (2015), *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras.

TROTSKY, Leon. (1977), *História da Revolução Russa 1º volume – A Queda do Tzarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. (2016), *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano*. São Paulo, UNESP; Porto Alegre, UFRGS Editora.

VAN VELSEN, Jaap. (2010), “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado” In FELDMAN-BIANCO. Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo, Editora Unesp.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. (2011). “O pólo de confecções do agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem” In: 35º *Encontro Anual da ANPOCS*, 2011, Caxambu. Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo, Anpocs.

VINCENT, Joan. (2010), “A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes” In FELDMAN-BIANCO. Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo, Editora Unesp.

WANDERLEY, Maria. N. B. (2004), “Olhares sobre o ‘rural’ brasileiro In Raízes. vol. 23, nºs 01 e 02: 82–98.

_____. (2009), *O Mundo Rural como um Espaço de Vida*. Porto Alegre, UFRGS Editora.

_____. (2001), “A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural”. In GIARRACCA, Norma. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires, CLACSO.

WOLF, Eric. (1976), *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 2ª Ed.

_____. (2005), “O comércio de peles” In *A Europa e os povos sem história*. São Paulo, Edusp.

WOORTMAN, Ellen F. (1983), “O sítio camponês” *Anuário Antropológico*. 81: 164-203.

_____. (1995), *Herdeiros, Parentes e compadres - Colonato do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo, HUCITEC; Brasília, EdUnb.

WOORTMANN, Klaas. (1980), “Casa e família operária” In *Anuário Antropológico*. Universidade de Brasília.

_____ (1990), “‘Com Parente Não se Neguecia’ O Campesinato Como Ordem Moral” In *Anuário Antropológico/87*, Editora Universidade de Brasileira.

_____ (2009), “Migração Família e Campesinato”, In WELCH, Clifford A [et al.] *Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas, vol. I*. São Paulo, UNESP; Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Sites:

<http://minharuatemmemoria.ning.com>

www.modacentersantacruz.com.br

<http://www.rodadamodape.com>

<http://rudajeans.wixsite.com/ruda/sobre>

<http://surubim.pe.gov.br/>

<http://www.mda.gov.br/>

Documento audiovisual:

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Surubim (2016). DVD

O que essa feira tem? (2015). Produção de Betto Aragão, Paloma Aleixo e Luana Cintra. (<https://www.youtube.com/watch?v=-4Njb5xJYv4&t=130s>)

Sulanca (1985). Direção de Kátia Mesel.

(<https://www.youtube.com/watch?v=VJgPRQ4UVmM>)

NUNES, Armando; PORTELLA, J. (1957), “Moça de Feira”. Interpretação de Luiz Gonzaga. Álbum O Reino do Baião.

Jornais e periódicos consultados:

Jornal Correio do Agreste – agosto/setembro de 2009 a dezembro de 2010

ANEXO A - COLHEITA DE ALGODÃO EM SURUBIM (1953)

Fonte: Foto de Tibor Jablonsky. Disponível em www.ibge.com.br

ANEXO B - FEIRA NA RUA PAULO AFONSO (1974)

Fonte: <http://minharuatemmemoria.ning.com>

**ANEXO C - TURMA DA ESCOLA DE CORTE E COSTURA EM SURUBIM
(1936)**



Fonte: <http://minharuatemmemoria.ning.com>

ANEXO D - CVT DE CONFECÇÃO ONDE É OFERECIDO CURSOS DE COSTURA EM ESPAÇO PERTENCENTE A PREFEITURA DE SURUBIM



Foto: Berlano Andrade (2016)

ANEXO E - CALENDÁRIO COM AS INFORMAÇÕES DOS DIAS DE FEIRA EM CARUARU, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE E TORITAMA

CALENDÁRIO DE FEIRAS 2017



Moda Center
Santa Cruz



PARQUE DAS FEIRAS



SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
TORITAMA

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	5	6	7	8	9	10	11	5	6	7	8	9	10	11
8	9	10	11	12	13	14	12	13	14	15	16	17	18	12	13	14	15	16	17	18
15	16	17	18	19	20	21	19	20	21	22	23	24	25	19	20	21	22	23	24	25
22	23	24	25	26	27	28	26	27	28					26	27	28	29	30	31	
29	30	31																		
<small>01 - CONSTITUIÇÃO DO BRASIL</small>							<small>01 - CARNAVAL</small>							<small>01 - DIA DO COMÉRCIO</small>						

ABRIL							MAIO							JUNHO									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
						1	1	2	3	4	5	6											
2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10			
9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17			
16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24			
23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30				
30																							
<small>01 - DIA DA TERRA / 02 - DIA DO TRABALHADOR / 03 - DIA DO COMÉRCIO</small>							<small>01 - DIA DO TRABALHADOR / 02 - DIA DO COMÉRCIO</small>							<small>01 - DIA DO COMÉRCIO / 02 - DIA DO TRABALHADOR</small>									

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO										
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S				
						1																		
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9				
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16				
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23				
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30				
30	31																							
<small>01 - DIA DO COMÉRCIO / 02 - DIA DO TRABALHADOR</small>							<small>01 - DIA DO COMÉRCIO / 02 - DIA DO TRABALHADOR</small>							<small>01 - DIA DO COMÉRCIO / 02 - DIA DO TRABALHADOR</small>										

OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO										
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S				
1	2	3	4	5	6	7																		
8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9					
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16				
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23				
29	30	31					26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30				
<small>01 - DIA DO COMÉRCIO / 02 - DIA DO TRABALHADOR</small>							<small>01 - DIA DO COMÉRCIO / 02 - DIA DO TRABALHADOR</small>							<small>01 - DIA DO COMÉRCIO / 02 - DIA DO TRABALHADOR</small>										



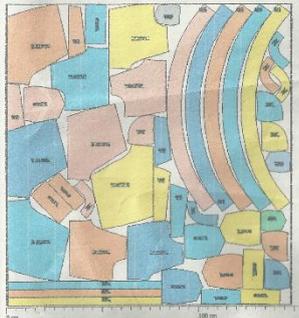
DIÁRIO DAS FEIRAS - BH ÀS 18h



VERDE - DIA DA FEIRA AMARELO - FERiado BRANCO - FERiado

02/01/2018 (1ª FEIRA DO ANO)

ANEXO F - RELATÓRIO DE ENCAIXE DE ROUPAS DE JEANS

Relatório de Encaixe		 <small>moving the CAD technology forward</small>	
Informação Ordem			
Nome da Ordem	short cos 7,5 REF 006	Usuário	
Nome do Encaixe	M1:36(x1);38(x1);40(x1);42(x1);44(x1);36(x1);38(x1);40(x1)	Data/Hora	2016.11.07 20:39:28
Nome do Arquivo	short cos 7,5 REF 006		
File path	Not saved.		
Informação Encaixe			
Largura do encaixe	158,00 cm	Número de projetos	2
Comprimento do encaixe	147,02 cm	Número de produtos	6
Eficiência do encaixe	94,11%	Total de peças	47
Opções de enfiesto	Par	Número de peças posição	47
		Peso por unidade	0 G/m2
		Peso Total	0,00 KG
		Peso usado	0,00 KG
		Peso perda	0,00 KG
		1. Rolo Branco	
Anotações: Nenhum			
36x5=180 <small>sem P. sem</small>			
Splices			
Marker number	Start point	Stop point	